



unesp

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

**PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO
EM
GEOGRAFIA**

Caroline França de Toledo

GEOGRAFIA E LITERATURA: O OLHAR DE UMA GEÓGRAFA SOBRE A OBRA
CASA DE PENSÃO (1884) DE ALUÍSIO DE AZEVEDO

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS E CIÊNCIAS EXATAS

RIO CLARO

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“Júlio de Mesquita Filho”
Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Câmpus de Rio Claro

CAROLINE FRANÇA DE TOLEDO

GEOGRAFIA E LITERATURA: O OLHAR DE UMA GEÓGRAFA SOBRE
A OBRA CASA DE PENSÃO (1884) DE ALUÍSIO DE AZEVEDO

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Geografia, na
Área de Concentração em “Organização do
Espaço”, como parte dos requisitos para a
obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. João Pedro Pezzato

RIO CLARO – SP

2021

T649g Toledo, Caroline França de
Geografia e literatura: o olhar de uma geógrafa sobre a obra
Casa de pensão (1884) de Aluísio de Azevedo / Caroline
França de Toledo. -- Rio Claro, 2021
115 p. : fotos

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista
(Unesp), Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro
Orientador: João Pedro Pezzato

1. Naturalismo. 2. Aluísio de Azevedo. 3. Espaço urbano. 4.
Imaginário geográfico. 5. Reformas urbanas. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca do
Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

CAROLINE FRANÇA DE TOLEDO

GEOGRAFIA E LITERATURA: O OLHAR DE UMA GEÓGRAFA SOBRE
A OBRA CASA DE PENSÃO (1884) DE ALUÍSIO DE AZEVEDO

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas do Câmpus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Comissão Examinadora

Professor Dr. João Pedro Pezzato (orientador)

Professora Dra. Adriana Carvalho Silva

Professor Dr. Filipe Rafael Gracioli

Conceito: APROVADA

Rio Claro, 08 de novembro de 2021

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família por estar presente no decorrer das fases da minha vida, me apoiado e incentivando. Às minhas avós, Aparecida e Juliana, por estarem presentes em mais uma etapa, sempre com palavras doces e ternas. Aos meus pais, Silene e Anderson, obrigada pela paciência e persistência nos momentos de dificuldade e, também, aos momentos de descontração, sorrisos, e carinhos. Estar com vocês, é estar em ótimas companhias.

Ao meu professor e orientador, João, pelo empenho e dedicação nos diálogos e direcionamentos da pesquisa. Por estar presente no caminhar dos estudos, da produção acadêmica, das reuniões e almoços. Considero-te além dos segmentos acadêmicos.

Ao Artur, que esteve ao meu lado desde o início do mestrado, presente nos momentos que precisei de ajuda, que precisei desabafar as angústias e que precisei de empurrões de incentivo. Agradeço por me fazer forte e ser forte. Seu empenho foi essencial para o bom desenvolvimento desta pesquisa. Obrigada por me oferecer aquele café na cantina!

Aos colegas, professores e funcionários do programa de pós-graduação em Geografia do campus de Rio Claro. Em especial à Marina e Franciele que me acompanham desde a graduação. Obrigada por partilharem comigo tantos momentos memoráveis ao longo desses anos.

Agradeço ao Prof. Dr. Filipe Rafael Gracioli, e Profa. Dra. Adriana Carvalho Silva, que compuseram a banca examinadora, tanto da qualificação, como da defesa, contribuindo com sugestões sólidas e engrandecedoras, de modo a direcionar e clarejar o seguimento do trabalho.

À todos que pude conhecer nesta fase tão importante e que contribuíram de alguma maneira no meu dia-a-dia, na cidade de Rio Claro, no campus da UNESP, no condomínio onde morei e demais espaços compartilhados.

E, por fim, ao Aluísio de Azevedo, agradeço à construção literária rica em críticas, publicada em um período de difícil aceitação. Obrigada pela coragem e consciência perante às mazelas sociais, presentes até hoje em nossa sociedade. Sua leitura é necessária e atual.

Resumo

O estudo das relações entre Geografia e arte tem, há alguns anos, ganhado maior destaque que em décadas anteriores. Neste trabalho, será explorada, especificamente, a literatura como um dos pilares de estudo associado à Geografia. O foco será no autor naturalista Aluísio de Azevedo e sua produção, em especial a obra *Casa de pensão* (1884). A correlação entre a Geografia e a citada obra literária ocorrerá através da análise da influência da filosofia positivista, para a dimensão científica, e o naturalismo, no caso da obra literária. Outra dimensão explorada no estudo, será as configurações do espaço urbano no contexto das reformas modernizadoras por que passou a cidade do Rio de Janeiro, localidade em que se transcorria a trama abordada. A análise partirá da perspectiva de Aluísio de Azevedo em representar tanto as atitudes dos personagens, como a espacialidade carioca. É, assim, provável concluir que *Casa de pensão* oferece vividas representações da essência das configurações dos espaços em que perpassam seus personagens. Nesse sentido, é possível considerar, também, que ele próprio, o espaço da trama, se torna um de seus personagens. Além disso, quando os escritos do literato são colocados em diálogo com a história da Geografia urbana, fica revelada uma trama ainda mais rica e reveladora da amplitude em que espaços e lugares estão apresentados na obra.

Palavras-Chave: Naturalismo. Aluísio de Azevedo. Espaço urbano. Imaginário geográfico. Reformas urbanas.

Abstract

The study of the relationship between Geography and art has, for some years, gained greater prominence than in previous decades. In this work, the literature will be specifically explored as one of the study pillars associated with Geography. The focus will be on the naturalist author Aluísio de Azevedo and his production, especially the work *Casa de pensão* (1884). The correlation between Geography and the aforementioned literary work will occur through the analysis of the influence of positivist philosophy, for the scientific dimension, and naturalism, in the case of the literary work. Another dimension explored in the study will be the configurations of urban space in the context of the modernizing reforms that the city of Rio de Janeiro went through, the location where the plot discussed took place. The analysis will start from the perspective of Aluísio de Azevedo in representing both the attitudes of the characters and the spatiality of Rio de Janeiro. It is, therefore, likely to conclude that *Casa de pensão* offers vivid representations of the essence of the configurations of the spaces in which its characters permeate. In this sense, it is also possible to consider that he, the plot space, becomes one of his characters. Furthermore, when the writings of the literate are placed in dialogue with the history of urban geography, an even richer plot is revealed, revealing the breadth in which spaces and places are presented in the work.

Keywords: Naturalism. Aluísio de Azevedo. Urban space. Geographical imaginary. Urban reforms.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Caricatura 1 - Jornal *O Fígaro*, 1876. Página 36.

Figura 2 – Caricatura 2 - Jornal *O Mequetrefe*, 1877. Página 36.

Figura 3 – Caricatura 3 - Jornal *O Mequetrefe*, 1877. Página 37.

Figura 4 –Caricatura 4 - Jornal *O Mequetrefe*, 1877. Página 38.

Figura 5 - Avenida Central, 1903. Página 57.

Figura 6 - Avenida Central, 1907. Página 58.

Figura 7 – Avenida Rio Branco (Antiga Avenida Central). Página 58.

Figura 8 - Avenida Rio Branco. Página 59.

Figura 9 - Batalha das Flores, 1902. Página 60.

Figura 10 – Quiosque na Rua 1º de março, centro, 1911. Página 61.

Figura 11 - Aqueduto da Carioca, rua de Mata-Cavalos e convento de Santa Teresa, 1820. Página 73.

Figura 12 - Fotografia panorâmica de 1852 da cidade do Rio de Janeiro. Página 75.

Figura 13 - Arcos da Lapa (antigo Aqueduto da Carioca) e bairros de Santa Teresa e Glória, 1866. Página 76.

Figura 14 - Palácio do Catete entre os anos de 1911-1922. Página 77.

Figura 15 - Inauguração da Estrada de Ferro Pedro II, 1858. Página 79.

Figura 16 - Trilhos da Estrada de Ferro Pedro II, Quinta da Boa Vista, entre 1878-1889. Página 80.

Figura 17 - Trilhos da Estrada de Ferro Pedro II, Quinta da Boa Vista, entre 1878-1889. Página 80.

Figura 18 - Estação do Campo d'Acclamação, 1881. Página 81.

Figura 19 - Estação do Campo d'Acclamação, entre 1911-1920. Página 81.

Figura 20 – Charge publicada na Revista Ilustrada, 1893. Página 83.

Figura 21 - Imagem do cortiço Cabeça de Porco, 1880. Página 84.

Figura 22 – Fotografia panorâmica da cidade do Rio de Janeiro, 1880. Página 85.

Figura 23 - Bondes na Rua do Passeio, centro, 1905. Página 86.

Figura 24 - Vagão de bonde elétrico, 1907. Página 87.

Figura 25 - Porto do Rio de Janeiro, 1885. Página 88.

Figura 26 – Porto o Rio de Janeiro, 1895. Página 88.

Figura 27 - Estalagem na Rua do Senado, centro. Página 89.

Figura 28 - Estalagem no Rio de Janeiro. Página 90.

Figura 29 - Estalagem na Rua do Senado, centro. Página 90.

Figura 30 - Demolições na Rua Sergipe – Bairro Maracanã. Página 91.

Figura 31 - Avenida Beira-Mar em Botafogo, 1907. Página 92.

Figura 32 - Construção da Avenida Beira-Mar, 1906. Página 92.

Figura 33 – Fotografia panorâmica da Avenida Beira-Mar, 1908. Página 93.

Figura 34 - Teatro Municipal e Escola de Belas Artes, 1910. Página 93.

Figura 35 - Teatro Municipal, 1912. Página 94.

Figura 36 - Biblioteca Nacional, 1910. Página 95.

Figura 37 - Exposição Nacional, 1908. Página 96.

Figura 38 - Exposição Nacional, 1908. Página 96.

Figura 39 – Exposição Nacional. Pavilhões da Praia Vermelha e bairro da Urca, 1908. Página 97.

Figura 40 - Exposição Nacional, 1908. Página 97.

Figura 41 – Início do desenvolvimento urbano da zona sul, 1895. Página 98.

Figura 42 - Hotel Copacabana Palace e Avenida Atlântica, início do século XX. Página 98.

Figura 43 - Quiosque ao chão, 1906. Página 99.

Figura 44 - Forte no Morro do Castelo, 1914. Página 102.

Figura 45 - Morro do Castelo, 1921. Página 103.

Figura 46 - Cortiço Chácara da Floresta, no Morro do Castelo, 1921. Página 103.

Figura 47 - Morro do Castelo e Avenida Central, 1906. Página 104.

Figura 48 - Ladeira da Misericórdia, 1922. Página 105.

Figura 49 - Desmonte do Morro do Castelo, 1922. Página 105.

Figura 50 - Desmonte do Morro do Castelo, 1922. Página 106.

Sumário

Introdução	6
1.Geografia e Literatura: um diálogo	12
2.Estudo da obra de Aluísio de Azevedo a partir do conteúdo geográfico naturalista	28
2.1 Aproximação entre a geografia científica e a produção literária de Aluísio de Azevedo a partir do conceito de Naturalismo	28
3.Estudo da obra de Aluísio de Azevedo a partir do conteúdo geográfico urbanista	52
3.1 Casa de pensão e a imaginação do espaço urbano do Rio de Janeiro.....	52
Conclusão	111
REFERÊNCIAS.....	114

Introdução

Ao cursar minha graduação em Geografia, deparei-me com a necessidade de escolher um tema para ser tratado no trabalho de conclusão de curso, nos anos concluintes do período em questão. Cogitei várias abordagens e direções dentro da geografia, sempre priorizando assuntos que me despertassem interesse pessoal, devido ao empenho e dedicação exigido na produção de tal pesquisa.

A leitura de obras clássicas da literatura nacional me acompanha desde o período escolar, e procurei manter essas leituras de acordo com a possibilidade de conciliação com as demais atividades da graduação. Durante esta fase, li a obra *Casa de pensão* (1884), de Aluísio de Azevedo e me encantei com as críticas abordadas pelo autor, que enfatizava denúncias dos costumes nocivos da sociedade brasileira, incluindo em suas histórias, temas “proibidos” de serem incluídos nas produções literárias até então, como racismo, as diferenças morais entre as classes sociais, a opressão sofrida por indivíduos da sociedade, não só na referida obra, mas em todas que escreveu depois de assumir sua essência naturalista como escritor, deixando a sugestão de que se opunha ao conservadorismo da época.

Naquele momento, já com certa dose de amadurecimento crítico, trazida em decorrência das contribuições que a geografia proporcionou e o tempo já cursado, pude enxergar na obra uma possível comunicação com a geografia, que é uma disciplina de uso crítico, que explora as mais diversas potências humanas.

Pesquisei mais a fundo o autor Aluísio de Azevedo, suas obras e a escola literária a qual pertenceu, o Naturalismo. Pude perceber que as críticas aos costumes sociais abordados na época da escrita das obras, tanto de Aluísio de Azevedo, como dos demais escritores naturalistas, poderiam ser identificadas até os dias atuais, pertencendo, ainda, ao modo de vida da sociedade. O que demonstra a atualidade das obras e de seus contextos, embora pertencentes ao período de mais de um século atrás.

As mazelas sociais, trazidas pelas desigualdades de classe, desigualdades econômicas, diferentes oportunidades para os indivíduos da sociedade, aspectos políticos e culturais, eram expostos nas obras do período naturalista e, também, abordadas pela geografia, em suas diferentes divisões.

Ao perceber essa aproximação entre ciência geográfica e arte literária, defini o tema que seria abordado na produção do meu trabalho de conclusão de curso, intitulado: “Desafios de aproximação entre a geografia e a literatura: o olhar de uma geógrafa sobre a obra *Casa de pensão*.”

Nele, foram propostas as primeiras aproximações entre as características do pensamento geográfico, como o uso do determinismo, ao alto uso do cientificismo da escola literária naturalista, que também se apoiou na definição determinista para a explicação de comportamentos, aos quais se desejava explicar.

Fiz uso dos conceitos da geografia cultural para embasar a união das duas disciplinas abordadas e para concluir o trabalho, comparei mapas e fotos da cidade do Rio de Janeiro, que é onde a trama do livro se passa e de pontos localizados na obra: Rua do Ouvidor, Rua do Resende e Bairro de Santa Teresa.

A cartografia contribuiu para a realização da análise comparativa dos mapas e das fotos do período da publicação da obra – anos finais do século XIX, especificamente o ano de 1884 – nos respectivos pontos selecionados mencionados anteriormente e esses mesmos pontos atualmente, mais precisamente no ano de 2017, ano da escrita do trabalho de conclusão de curso.

As fotos foram tiradas presencialmente por mim, e posteriormente, comparadas com fotos/imagens antigas, colhidas via *internet*. A análise comparativa proporcionou a percepção de mudanças na paisagem da cidade do Rio de Janeiro, ocasionadas pelo crescimento e dinamismo da configuração urbana, provocada por diferentes segmentos.

O resultado do trabalho de conclusão de curso me empolgou e instigou a dar continuidade ao tema de estudo, também incentivada pela banca avaliadora, na seguinte fase do meu percurso acadêmico, o mestrado.

Após ingressar no mestrado e delinear os passos a serem percorridos juntamente ao orientador Prof. Dr. João Pedro Pezzato, propusemos como objetivo geral, o estudo da geografia a partir das obras de Aluísio de Azevedo. Embora a grande maioria de suas obras seja apoiada na corrente naturalista e traga em si as críticas e as abordagens que o escritor desejava denunciar, na respectiva pesquisa, serão utilizadas as seguintes obras: *O mulato* (1881), *Casa de pensão* (1884) e *O cortiço* (1890).

Estas são suas obras de maior notoriedade, tanto que se destacaram na época de publicação e acabaram por se consagrar como clássicos da literatura nacional.

Podem estar presentes ao longo do trabalho, demais obras, contos e outras publicações do escritor, ao longo de sua carreira, para aprimorar a ênfase de algo específico que se pretenda demonstrar. Para alcançar o objetivo geral proposto, será necessário constituir os objetivos específicos, compostos da seguinte maneira:

- 1) Compreender a relação entre geografia e literatura;
- 2) Identificar a contribuição da teoria naturalista para a geografia e a literatura no século XIX;
- 3) Relacionar a obra de estudo ao espaço urbano do Rio de Janeiro no século XIX e as reformas urbanas efetuadas no início do século XX.

O primeiro objetivo específico será a tratativa da junção da ciência geográfica à arte literária, demonstrando os fundamentos e diálogos entre tais. Existem produções científicas dentro do seio geográfico que discutem esta temática e versam sobre diferentes propostas, resultando em contribuições para ampliar as visões e os estudos sobre esta relação. Geógrafos como Livia de Oliveira, Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro, Lúcia Helena Batista Gratão e Eduardo Marandola Junior, que produziram reflexões acerca da comunicação entre geografia e literatura, contribuirão para a elaboração desse setor da pesquisa.

O segundo e terceiro objetivos específicos partirão da proposta de analisar geograficamente as obras *O mulato*, *Casa de pensão* e *O cortiço*, de Aluísio de Azevedo, porém, cada qual abordará um direcionamento diferente. O segundo objetivo específico abarcará a relação entre a geografia e a literatura pelo viés naturalista, que esteve presente em ambas no decorrer de seus históricos como ciência e arte, respectivamente. É através do pensamento naturalista que se estrutura e se firma um pensamento geográfico, assim como as publicações literárias dos escritores pertencentes a esse período, como Eça de Queiroz, em Portugal, grande influenciador de Aluísio de Azevedo, no Brasil.

No contexto da corrente naturalista, há também, a vertente positivista, ambas preconizadas na teoria do evolucionismo. O pensamento positivista, através das contribuições de Auguste Comte, também respaldou filosoficamente, tanto a geografia em seu processo adaptativo e desenvolvimentista, como os escritores da literatura brasileira que usaram os conceitos positivistas na criação de suas obras.

O uso do naturalismo nas críticas do autor, muito embora a teoria naturalista tenha suas falhas, como é sabido atualmente, contribuiu para a abordagem de temas velados e comportamentos maléficos praticados pela sociedade no século XIX,

expostos por Aluísio de Azevedo nos livros publicados, nos fazendo refletir que estão presentes na sociedade e praticados nos dias atuais.

Aluísio de Azevedo estava inserido no século XIX, e sofreu as influências dos costumes sociais e das mudanças que ocorreram nesse período. Para o entendimento deste período, serão utilizadas as contribuições de historiadores como José Murilo de Carvalho e do crítico literário Alfredo Bosi, que irão auxiliar na compreensão das características e modificações que marcaram o século XIX, em questões históricas, culturais, sociais e econômicas. Como exemplo disto, pode-se destacar a Proclamação da República e a abolição da escravidão. A intenção será deixar claras todas as influências que puderam atuar na formação crítica de Aluísio de Azevedo e dos rumos que o Brasil levava, a partir das idas e vindas transcorridas pelo século XIX.

Esse período, em especial da segunda metade do século XIX até meados do século XX, foi de grande relevância para a geografia, pois é quando ocorre definitivamente sua consolidação como disciplina científica no âmbito acadêmico, e para a literatura, é o momento em que se dá a legitimação do uso desta arte como instrumento científico, que contribuiu para a abordagem crítica dos percalços do contexto geral.

A história do pensamento geográfico auxiliará na demonstração da aproximação entre as fontes que levaram Aluísio de Azevedo a compor seus ideais e transpassá-los às obras literárias que publicou. Como trazem em seu arcabouço produtivo, a abordagem histórica do pensamento geográfico, Ruy Moreira e Antônio Carlos Robert Moraes, serão autores de grande embasamento nesta seara.

O terceiro objetivo específico, de caráter analítico das obras, consistirá na perspectiva urbanística como foco de estudo, de maneira a demonstrar como as obras *Casa de pensão* e *O cortiço* apresentam o espaço urbano da cidade do Rio de Janeiro do final do século XIX, representando outro objetivo específico.

A obra *O mulato* não irá constar no processo analítico urbano devido à localização de sua trama se transcorrer na então província do Maranhão, afastando-se do âmago da proposta que é a análise do espaço urbano da cidade do Rio de Janeiro. Sua contribuição será de suma importância e relevância no ponto de vista do naturalismo, uma vez que é a obra inaugural do período naturalista da literatura nacional.

Casa de pensão se passa na cidade do Rio de Janeiro e demonstra, através da representação do autor, como se configurava o espaço urbano e através de quais elementos se compunha esse espaço. Atrelado a isso, têm-se as características econômicas, políticas, culturais, e demais processos que incidem sobre a perspectiva dinâmica das modificações urbanas.

Como são romances urbanos, *Casa de pensão* e *O cortiço* retratam de maneira exímia o cenário urbano, contando com um rico detalhamento dos costumes e das características da cidade do Rio de Janeiro, local onde as obras são descritas. Este fator, induz, inevitavelmente, à obra *O cortiço*, em determinadas passagens desta pesquisa, mesmo que esta publicação não seja nosso foco. Antagonicamente ao detalhamento de Aluísio de Azevedo em suas obras, têm-se as reformas urbanas modernizadoras da cidade do Rio de Janeiro, visando banir os costumes sociais brasileiros em prol de uma capital europeizada, bem como a população residente em moradias coletivas que não condiziam com as recém-introduzidas características europeias.

Autores como Paulo César da Costa Gomes, Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro, Maurício de Almeida Abreu, André Nunes de Azevedo, serão grandes contribuintes para se obter os resultados almejados no objetivo que aborda a visão urbanística, auxiliando na sintetização do espaço urbano atual ao do século retrasado.

O aporte estrutural do trabalho consistirá na elaboração dos capítulos a partir dos objetivos específicos propostos. Para cumprir o que se deseja nos objetivos específicos, a metodologia consistirá na revisão bibliográfica dos assuntos que norteiam a produção desta dissertação, acompanhada das contribuições do geógrafo Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro, a partir do pretexto de analisar o conteúdo geográfico presente nas obras literárias, onde ele afirma a necessidade de considerar tudo o que possa compor a realidade humana, não só no aspecto aparente, como também nos segmentos social, econômico, político e cultural.

É a partir de tais contribuições que se considera a importância da leitura das obras de Aluísio de Azevedo, ou demais escritores do período realista e naturalista, tão relevantes quanto este. Algumas críticas existentes nas obras analisadas nesta pesquisa persistem até a atualidade, estando presentes no cotidiano da sociedade e também da cidade.

A geografia, como uma ciência que trata de questões sociais e físicas, estando presente em discussões e debates diversificados, comportando diferentes segmentos

de abordagens, muitas de cunho crítico, nos fazendo refletir, mostra sua capacidade de abrangência, deixando implícito o poder de abarcar tanto as críticas abordadas nas obras literárias, como a ocorrência dessas críticas na sociedade e/ou na cidade.

Dessa maneira, fica evidente a conexão entre geografia e literatura em diferentes aspectos e abordagens, também de forma a complementar e elucidar os conceitos científicos da ciência geográfica, ou de “geografizar” uma ou mais obras literárias.

A partir da fase renovadora da geografia – em meados da década de 1960 – a geografia deixa de ser uma disciplina de cunho meramente descritivo (MORAES, 2003) e voltada apenas para a dimensão positivista da ciência, para ir se tornando um instrumento de transformação, voltada para o olhar cotidiano, propondo práticas e direcionamentos que vieram a contribuir com diferentes maneiras de abordar suas diretrizes, demonstrando sua capacidade de abrangência, a qual sustenta o propósito desta pesquisa.

1.Geografia e Literatura: um diálogo

Geografia e literatura são duas formas de absorver e oferecer conhecimento. No decorrer de suas trajetórias, seguem rumos diferentes e acabam pertencendo a categorias distintas, mas não deixam de ter a carga informativa presente. A história do pensamento geográfico foi marcada pelo uso da teoria naturalista, sendo esta o principal meio de formação da geografia como disciplina científica.

O objetivo deste capítulo é demonstrar a maneira como a geografia se consolidou, discutindo tal consolidação através de autores que produziram conhecimento no ramo da história do pensamento geográfico. Quanto à literatura, o capítulo contará com a explanação da influência naturalista na literatura brasileira, marcando o início do período realista e naturalista da mesma, compostos por relevantes temas abordados nas publicações e importantes obras escritas, que vieram a tornar-se grandes clássicos da nossa literatura.

Cada leitor seleciona seu repertório de leitura de acordo com o tema que mais lhe agrade, com as experiências que têm ou deseja ter, o interesse que tenha, seja momentâneo ou não. As obras literárias são maneiras de se transportar para outros mundos, de compor experiências novas e diferentes das já habitadas, de refletir, de descobrir.

O estudo de obras literárias a partir da perspectiva geográfica pode nos conceder diferentes modos de expressão dos sentidos do mundo, permitindo-nos reconhecer que a concepção de mundo nunca é estagnada e fixada em uma definição, oferecendo o constante desafio de criar a partir dos diversificados ângulos de leitura e entendimento (MARANDOLA JR.; OLIVEIRA, 2009).

Através desses diferentes ângulos de percepção, juntamente ao pensar geográfico, obtêm-se novos rumos de escrever os espaços e demonstrar suas imagens, quebrando a limitação da dinâmica espacial, propondo a formação de uma nova ordem para as peças no mundo.

De acordo com FERRAZ et al. (2016, p. 328):

Ficamos presos em desvendar a verdade última e definitiva do que vem a ser “território”, “região”, “paisagem”, “espaço” [...]. Ao invés de ficarmos bloqueados pelas palavras, de ficarmos rodando e rodando atrás de saber “o que são essas palavras”, seria mais instigante ouvir o poeta e pensarmos “o que podem ser essas palavras.

Com o potencial imaginativo que a leitura de uma obra literária pode nos proporcionar e a partir dele, criamos mentalmente os espaços, com as sensações próprias de cada um, ficando implícita a relação geográfico-literária que ocorre, mesmo que de maneira imperceptível.

Dessa forma a geografia não se limita e não se restringe aos conceitos a ela atribuídos. Ela também se constitui pelo uso de mecanismos simbólicos e linguísticos, como também de mecanismos imagéticos, imaginativos e estéticos, desencadeando novas sensibilidades e pensamentos espaciais, de modo a potencializar outras narrativas geográficas, resultando na compreensão dinamizada e diferenciada das relações sociais de acordo com suas referências de espaço e tempo (FERRAZ et al. 2016).

De acordo com Marandola Jr. e Oliveira (2009), o interesse de geógrafos na contribuição da literatura para o conhecimento geográfico ocorre através dos romances que traziam consigo a carga de realidade, a descrição de paisagens e costumes dos lugares e até mesmo dos processos físicos. Para eles (2009, p. 490):

Fascinava os geógrafos do século XIX e da primeira metade do século XX a capacidade de muitos escritores de descrever regiões e lugares que os próprios geógrafos, muitas vezes, ainda não tinham estudado. Pode-se identificar estas indicações inclusive no período de sistematização da geografia, como nas aproximações de Humboldt com a pintura e a literatura, num contexto de maior aproximação entre os saberes.

As obras literárias comportam em seus conteúdos, simbologias, descrições culturais que mexem com o imaginário do leitor e podem ser aparatos para se registrar um dado geográfico e histórico, podendo ser usado posteriormente para ilustrar um local, por exemplo.

As produções literárias são vistas como documentos, capazes de guardarem em si os pormenores descritivos dos contextos abordados, sejam eles da sociedade, do período econômico ou histórico de um determinado local, ou até mesmo de um importante indivíduo.

Como destacam Marandola Jr. e Oliveira (2009, p. 491-492),

O romance brasileiro, portanto, pode ser tomado em sua linguagem literária para se debruçar sobre suas geografias. São inúmeros escritores que contribuíram para o conhecimento do tema e das gentes brasílicas, englobando as questões locais e regionais, contribuindo para firmar e delinear a identidade deste vasto país em busca de afirmação, enquanto nação. São autores que lançam as bases para se compreender a formação histórica e cultural, partindo de uma geografia com ritmos e símbolos criando personagens e descrevendo a realidade de um prisma artístico. [...] É tarefa do geógrafo lançar as redes para procurar as ilações entre as duas linguagens.

Com as abordagens espaciais, ricas em compor paisagens, através das narrativas literárias, é que se inicia o interesse geográfico em tais abordagens. Este interesse retrata a relação da literatura com a condição da formação da geografia como ciência, datada entre os séculos XVIII e XIX. “É a época do surgimento dos Estados-nacionais, da sistematização e institucionalização de várias ciências e do triunfo do positivismo e do racionalismo enquanto formas privilegiadas de pensamento” (MARANDOLA JR.; OLIVEIRA, 2009, p. 498).

O positivismo surge com a hipótese fundamental de que a sociedade humana deve ser regulada pelas leis naturais, ou por leis que tenham essencialmente as características das leis naturais. Nessa perspectiva, as leis independem, supostamente, de qualquer interferência que as ações do ser humano possam influir.

Segundo os positivistas, há a crença na harmonia social, no equilíbrio entre sociedade humana e natureza. Para que isso ocorra, é necessário haver a implantação das leis naturais em quesitos como: vida social, econômica e política.

Para conhecer a sociedade humana, deve-se aplicar a mesma metodologia à que se aplica para conhecer a natureza, dessa forma, a mesma metodologia contempla ciências naturais e ciências sociais, designada de naturalismo positivista. Aborda-se de maneira marcante o uso da objetividade científica, que consiste no tratamento às ciências sociais de modo neutro, livre de ideologias, objetivamente, indo de acordo com os parâmetros das ciências da natureza.

É no século XVIII que se inicia o pensamento positivista, através das contribuições do Marquês de Condorcet (1743-1794), filósofo e matemático francês. Para ele, o comportamento da sociedade deve ser encarado de forma rigorosa, precisa, como são tratados os estudos numéricos, projetando a intenção de uma matemática social (LÖWY, 2002).

Ao que se pode observar, segundo as descrições de Löwy, é que havia a necessidade de romper os ideais e as crenças de uma sociedade feudal composta pela grande influência do clero e do governo absolutista. A igreja, o poder feudal e o Estado monárquico ditam e controlam os conhecimentos científicos desse período.

O pensamento positivista nasce, então, com o caráter crítico e revolucionário desse sistema vigente. Havia o intuito de desmonopolizar o conhecimento restrito às doutrinas teológicas e demais dogmas que impediam a ampliação da formulação de

teorias acerca dos mistérios que ainda não haviam sido desvendados, ou de convicções e afirmações rasas que ficavam a cargo das explicações do clero.

Conde de Saint-Simon, discípulo do Marquês de Condorcet, após analisar algumas classes sociais através da ciência positiva (positivismo aplicado à ciência), demonstra que, por exemplo, o clero e a aristocracia podem ser consideradas classes parasitas do organismo social, deixando clara sua crítica aos dogmas das classes dominantes do período (LÖWY, 2002).

Nos princípios do século XIX, a expectativa revolucionária do positivismo dá espaço a um certo conservadorismo, proposto por Auguste Comte. Para ele, a visão revolucionária e utópica de Condorcet e Saint-Simon era equivocada. O pensamento positivista havia de ser inteiramente voltado ao método positivo, livre das intenções revolucionárias (LÖWY, 2002).

Segundo Comte, as leis naturais são invariáveis e devem ser aplicadas em todo o cerne social. Afirmava que as riquezas deveriam continuar concentradas nas mãos dos senhores detentores destas e que tais leis invariáveis deveriam ser explicadas ao proletariado, justificando a motivação de tal distribuição social. Seria, portanto, estabelecida a ordem pública, primordial defesa de Auguste Comte.

A França, país de origem do filósofo Auguste Comte, se encontra, a partir de 1830, com a sua configuração social modificada. A burguesia deixa de ser uma classe revolucionária e contestadora para se tornar conservadora e dominante (LÖWY, 2002).

Neste ínterim, a geografia está se desenvolvendo como ciência, embora ainda não possa ser assim denominada. É apoiada nas reflexões positivistas que a geografia amadurece enquanto disciplina científica.

A geografia tradicional se sustenta no pensamento positivista durante todo o processo em que formaliza suas correntes. O primeiro ponto em que essa relação pode ser observada é na restrição da realidade ao aspecto sensitivo, à aparência dos fenômenos. A filosofia positivista afirma que os estudos devem seguir o ângulo visível do real. O cientista é um observador, que colhe as informações cedidas por este cenário palpável (MORAES, 2003).

Dessa forma, a geografia caracteriza-se por ser uma ciência pautada na observação, onde o observador descreve, enumera e classifica os acontecimentos referentes ao espaço. Esta limitação avaliativa colocou a geografia em um patamar

engessado, restrito, deixando-a incapaz de se expandir, de estender o conhecimento que absorvia.

O uso do método interpretativo que baseava-se na fusão do homem com a natureza, como se ambos respondessem aos estímulos da mesma maneira, também é um indício da fundamentação da geografia no arcabouço teórico positivista. Na época, havia a hierarquização das ciências e a ciência natural é vista como a mais desenvolvida, portanto, no topo da pirâmide hierárquica, sendo o ponto de partida das demais ciências que surgiriam.

As ciências humanas e sociais deveriam seguir as mesmas leis aplicadas à natureza, através das ciências naturais, naturalizando os fenômenos humanos. Este fato expõe o marcante naturalismo presente desde os primórdios do pensamento geográfico tradicional.

O homem surge nas análises de estudo como uma peça a mais na paisagem, mais um fenômeno para compor a superfície terrestre, e conseqüentemente, ser relacionado no processo analítico da relação entre homem e natureza, pela ótica geográfica. A presença do ser humano como componente da paisagem é tratada, pela geografia, como uma informação numérica, matemática. Neste momento, pode-se fazer uma alusão à matemática citada anteriormente, utilizada como aspecto fundamental para as bases da filosofia positivista. O uso de conceitos absolutos, como a quantidade populacional de habitantes em determinada localidade, é puramente matemático, advindo da perspectiva positivista (MORAES, 2003).

Neste período, a geografia procura ser uma ciência que naturaliza os fenômenos humanos. O que se pode ser considerado exclusivamente humano, não é incorporado aos estudos. A confirmação desse fato vem do compromisso de relacionar o homem à natureza, excluindo as interações entre os homens.

Dessa forma, extremamente empirista e naturalista, a geografia se torna uma ciência de síntese, encarregada de relacionar e ordenar os conhecimentos produzidos pelas demais ciências. Ficaria a cargo da geografia analisar tudo o que estivesse presente na superfície terrestre e suas respectivas dinâmicas econômicas, físicas, e demais variedades passíveis de serem encontradas.

Alexander von Humboldt exemplifica essa característica geográfica ao relacionar o homem aos fenômenos celestes, através da luz e da gravitação. (MORAES, 2003). Humboldt é um geólogo e botânico naturalista de suma importância para o desenvolvimento da geografia como ciência. É um dos que a consideram uma

ciência de síntese e será explicado com maior detalhamento no decorrer do respectivo texto.

O fato de se categorizar a geografia como ciência de síntese tinha o propósito de maquiar a indefinição do objeto de estudo e seu conteúdo vago. Tal artifício era contrário à uma exigência da corrente positivista, que alegava a necessidade de se definir o objeto de estudo precisamente.

Os princípios do pensamento geográfico, através do seu caráter vago, resultam em dualidades, muitas vezes antagônicas. Mesmo assim, aparentemente, a geografia demonstra encarregar-se desse convívio “harmônico”. Havia a preocupação de destruir a construção do pensamento geográfico que vinha se desenvolvendo (mesmo que de maneira confusa e desordenada) ao se fazer críticas e contestações aos princípios e afirmações atribuídos à geografia.

Chega-se à afirmação de que a geografia é composta pela junção de duas vertentes. Uma, que engloba um conteúdo geral; e a outra, que é apoiada em visões de mundo, em diferentes posicionamentos sociais. O resultado consiste no reflexo de diversificadas definições para o objeto geográfico, através do conteúdo geral, peneirado pelas diferentes perspectivas que o reproduzem, sejam elas políticas, ideológicas ou científicas (MORAES, 2003).

Ainda segundo Moraes, só seria possível haver um consenso na definição do objeto geográfico se a ideia de ciência fosse incorporada de maneira “purificada”, sem envolvimento de agentes influentes externos. O que se caracteriza como algo praticamente inalcançável, uma vez que, sendo a sociedade composta por classes e essas, por sua vez, conflituosas, não poderia a ciência, que é a expressão dessas classes, promover a harmonia entre elas. O antagonismo das propostas de estudo é resultado desses conflitos de classes.

A definição da geografia, portanto, partirá do olhar interpretativo de cada indivíduo e seu posicionamento social. A geografia migra do plano abstrato a partir do momento que aceita sua multiplicidade de formas interpretativas, haverá quantas geografias forem necessárias para contemplar todas essas interpretações, partidas de diferentes engajamentos sociais e políticos.

No início do século XIX, a sistematização da geografia começa a se consolidar, após perpassar por acontecimentos históricos, que contribuíram para a sua maturidade como disciplina. De início, havia o conhecimento da superfície terrestre

como um todo; sabia-se dos continentes, porém, não existia um maior detalhamento acerca dessas informações.

As grandes navegações e o processo de colonização exigem um nível informativo de maior precisão, em comparação ao que se tinha. A confecção de mapas, artifício exclusivo de geógrafos, contribui para acelerar a sistematização da geografia. Necessitava-se saber a localidade dos portos com precisão, a orientação dos ventos e das correntes marítimas, afim de evitar contratempos nas missões de navegação (MORAES, 2003).

Novas relações comerciais começavam a surgir, integrando os cantos do globo terrestre, daí também o interesse em se ter, neste contexto, indivíduos que dominavam graficamente a realização dos mapas. É um período adaptativo, em que os modos de produção se transformam e as relações intercontinentais aumentam.

Como foi dito, ficava a cargo da geografia analisar diferentes pontos do cotidiano natural e social da época. Com a transição do feudalismo para o capitalismo, evolui-se pensamento de teor geográfico, uma vez que este precisa acompanhar as modificações políticas e econômicas que se desenrolam durante o período adaptativo. Essas adaptações trazem consigo movimentações nas esferas filosóficas e científicas, proporcionando à geografia contribuições reflexivas.

Essa transição no modo de produção ocorreu de forma desigual na Europa. Cada país absorveu o capitalismo de uma maneira, de acordo com suas características específicas, o que desencadeou uma gama de resultados diversos.

É na Alemanha, com Alexander von Humboldt (1769-1859) que a geografia se sistematiza como disciplina científica. Para ele, a geografia deve conectar os elementos presentes na natureza e explicar a motivação de estarem conectados, portanto, mais uma vez, demonstrando a capacidade da geografia em sintetizar os elementos de estudo. O pesquisador, como agente dos estudos, deve observar os elementos na natureza e suas interações.

O chamado “determinismo geográfico” é um conceito que surge através dos discípulos de Friedrich Ratzel (1844-1904), que levaram suas colocações a um nível radical, simplificando e empobrecendo seus estudos, muito embora sua teoria contivesse problematizações e soluções deterministas. Para Ratzel, havia a necessidade de propor uma geografia do homem, porém, como se apoiou na perspectiva naturalista, acabou criando uma teoria aprofundada na ciência natural.

Esse geógrafo alemão buscava uma melhor compreensão sobre como as condições naturais influenciavam na evolução das populações humanas de todo o planeta. Quais eram as motivações que as levavam a migrarem, colonizarem, como se formavam os históricos, as distribuições dos povos e das raças, e os espaços dessas populações.

Como mostrado anteriormente, seus discípulos, em especial sua aluna Ellen Semple (1863-1932), divulgou as teorias de Ratzel nos Estados Unidos da América e desenvolveu sua própria teoria, baseada nos conceitos de Ratzel, de que o relevo influenciava na religião dos povos, para ilustrar o radicalismo dos discípulos, mostrado anteriormente.

A evolução do pensamento geográfico traz, Vidal de La Blache (1845-1904), geógrafo francês que irá debater suas ideias com as de Ratzel, na principal tentativa de descentralizar o imperialismo alemão, legitimado por este. A geografia francesa, além da tentativa de deslegitimar o imperialismo alemão, precisava firmar sua posição expansionista.

Para conseguir o êxito dos ideais geográficos franceses, La Blache assume o conceito de neutralidade da ciência em sua teoria, contrapondo-se ao raciocínio de Ratzel. Porém, isto não assegura a ideia de que La Blache tenha realmente sido neutro em seu discurso científico e que não houvesse interesses franceses em sua teoria.

O caráter naturalista em La Blache não será tão expressivo como em Ratzel. Para ele, o homem não deve ser reduzido e equiparado aos demais componentes do meio natural, sendo, portanto, um indivíduo ativo que, após sofrer a influência do meio, atua e transforma este meio. Como se pode notar, não há um rompimento com a visão naturalista, ela ainda está presente na teoria, uma vez que seu estudo se aprofunda na relação dos homens com a natureza, mas não leva em consideração a relação entre os homens.

La Blache refuta a ideia mecanicista de Ratzel em relação ao entrosamento do homem com o meio, desacreditando de que a influência determinista atue na composição e formação da história dos povos. Em sua concepção, deve haver uma análise dos resultados da ação humana na paisagem (MORAES, 2003).

Seguindo a ótica de Moraes sobre a teoria lablacheana, este defendia a ideia de que a natureza condiciona as necessidades humanas, que são supridas pelos homens através do que a própria natureza os oferta, para que estes desenvolvam as

soluções e os materiais necessários. Neste processo de trocas, o homem transforma a superfície terrestre, por meio das possibilidades que a natureza oferece, daí a procedência do conceito “possibilismo”, criada por Lucien Febvre (1878-1956).

A história dos povos, portanto, é o resultado do equilíbrio entre as condições ofertadas pela natureza e a solução que os homens desenvolvem, denominado por La Blache como gênero de vida. Da diversidade dos meios presentes na superfície terrestre deriva a diversidade dos gêneros de vida que nela são encontrados.

Moreira (2009, p. 25) destaca:

[...] após sua morte ocorrida em 1918, é publicada sua segunda obra capital, *Princípios da geografia humana*, onde lança as bases de uma geografia da civilização, [...] por sua visão integrada e muito próxima de um diálogo com a visão antropológica do fato geográfico, sobretudo por seu conceito chave de gênero de vida.

A partir do estudo do histórico das sociedades, La Blache desenvolve sua teoria expansionista, a fim de legitimar a colonização da Ásia e da África pela França, com a justificativa de que seriam territórios compostos por populações inertes, sem expectativas de progressão (MORAES, 2003).

As correntes filosóficas do século XVIII vão instigar os intelectuais do século XIX a buscarem informações e explicações para além das que existiam, que por sua vez, eram demasiadamente rasas e superficiais, apoiadas em crenças religiosas e guiadas pelas regras da igreja, majoritariamente, a fim de eliminarem os resquícios do feudalismo.

Essa busca para a ampliação das ideias e dos pensamentos apoia-se na explicação generalista e abrangente do mundo e do ser humano. Almejam explicar os fenômenos globais de maneira racional, baseados no potencial da razão humana, deixando para trás as concepções teológicas.

A postura progressista que se instaurava era de grande relevância para o avanço do pensamento crítico da época, que necessitava se renovar com a introdução do modo capitalista. A maneira extremamente racional com que tal renovação ocorre, resulta em teses e afirmações deterministas, que se mantiveram ao longo do século XIX – principalmente – justificando e esclarecendo as indagações que principiavam.

Filósofos como o iluminista Montesquieu e sua discussão sobre a ação do meio no caráter dos povos; Immanuel Kant e sua teoria sobre o racionalismo continental; Friedrich Hegel e sua afirmação da evolução das sociedades através da influência do

meio, são exemplos de filósofos que, respaldados na razão humana, desenvolvem suas teorias de caráter determinista (MORAES, 2003).

Embora atualmente seja consensual a falácia do pensamento determinista, ele incentivou e proporcionou avanços no pensamento crítico do período em questão, e mais, auxiliou na propulsão da geografia como ciência, uma vez que ela também abordava esse seguimento de assuntos e temas. Os primeiros geógrafos irão fundamentar suas pesquisas e teorias nos pensamentos dos filósofos citados anteriormente (MORAES, 2003).

É através da teoria evolucionista que se fixa plenamente a cientificidade da geografia. O evolucionismo é altamente difundido nos meios acadêmicos da época, alicerçando inúmeros debates, tomados pelo conceito fundamental de adaptação ao meio. A geografia, portanto, começa a ter uma solidez para suas indagações, apoiada na metodologia naturalista, tomando os conceitos de Charles Darwin (1809-1882) e Jean-Baptiste de Lamarck (1744-1829), originando as propostas dos primeiros geógrafos, que as passaram aos seus sucessores.

Coutinho (1959, p.196) expõe o entrosamento das ciências e correntes teóricas da época, apoiadas sobre os mesmos pensamentos:

O ambientalismo, contribuição da antropogeografia aos estudos sociais do século XIX, contaminou a mente dos historiadores da civilização e da cultura, em seguida aos trabalhos de Lamarck, Buffon, Cuvier, e à obra de geógrafos como Ritter, Kohl, Peschel, Reclus, Ratzel. Foi por meio de Buckle e de Taine que a noção se popularizou e se tornou um lugar-comum da crítica histórica e da crítica de artes e letras.

O positivismo e o evolucionismo são teorias que, ao chegarem em território brasileiro e ao serem compreendidas e adaptadas às características literárias do momento, conseguem justificar os comportamentos humanos incompreendidos, até então. É uma necessidade que incorre aos escritores naturalistas da nossa literatura e onde estes conseguem exprimir as conclusões tiradas a partir das afirmações científicas.

Como se pode observar, havia entre os intelectuais de todo o globo esta instigação ao uso do cientificismo, ao avanço das teorias e dos modos de pensar. O naturalismo foi o ponto de partida para se obter as respostas tão desejadas por tais intelectuais, como afirma Coutinho (1959, p.194-195):

Repelindo qualquer explicação última, qualquer finalismo teológico ou metafísico e concentrado sobre o fatalismo científico, exaltou a ciência social ou sociologia, como a rainha das ciências, dando-lhe como método e princípios os mesmos que caracterizam as ciências físicas.

O século XIX é um período de grandes mudanças no Brasil, principalmente sua segunda metade, sendo a de maior relevância cultural. As mudanças foram provenientes de circunstâncias históricas, nacionais e internacionais, contando com o surgimento da burguesia democrática, industrial e mecânica, além da penetração do cientificismo no mundo das ideias e da prática através da biologia (COUTINHO, 1959).

A corrente filosófica do positivismo esteve presente em grande parte dos seguimentos e indivíduos da sociedade brasileira, no decorrer do século XIX. Influuiu em intelectuais, políticos, escritores, entre outros. Para os escritores do período naturalista da literatura brasileira, como Aluísio de Azevedo, havia a necessidade em se explicar certos comportamentos e atitudes dos indivíduos, rompendo com as explicações generalistas e superficiais.

O movimento realista da literatura se inicia na França, com Gustave Flaubert (1821-1880), em 1857, através da publicação da obra *Madame Bovary* onde o escritor resgata a prática do adultério de maneira crua, além de criticar o clero e a burguesia. O livro acabou impactando a igreja e os críticos da época, os quais, obviamente, não receberam a publicação de forma amistosa.

O clero detinha grande parte do domínio e da influência de opiniões sobre os assuntos, inclusive acerca das obras publicadas. Flaubert é denunciado pela igreja e julgado por ofender a moral e a religião no enredo de sua publicação, mas acaba sendo absolvido. O caso tomou grandes proporções, contribuindo de maneira positiva para a divulgação do livro, que despertou nos indivíduos, o interesse por sua leitura.

O realismo se inicia com a proposta de se opor ao período romântico e suas características estéticas. De acordo com Coutinho (1959, p. 198) “Em literatura, Realismo opõe-se habitualmente a idealismo (e a Romantismo), em virtude da sua opção pela realidade tal como é e não como deve ser.”

A partir de agora, as representações serão feitas de maneira objetiva e fiel ao cotidiano e à dinâmica do ser humano. “O realismo encara a vida objetivamente. [...] O autor não confunde seus sentimentos e pontos de vista com as emoções e motivos das personagens” (COUTINHO, p. 199).

As obras deixam de ser apenas distrações para o público leitor e começam a trazer consigo críticas, que atingem a hipocrisia e a corrupção de determinadas instituições sociais, sendo o clero o principal foco.

Os autores começam a observar minuciosamente a realidade dos seres humanos e a partir disso, inserirem nas obras literárias os costumes, os hábitos, as

ações praticadas pelos indivíduos, incentivados pelas ciências naturais que são, no momento, o principal respaldo científico das atitudes humanas. Mediante essa nova maneira de abordagem e representação da literatura, as obras vão tomando valor de documento, os chamados romances de tese.

Como uma ramificação do realismo, desponta o movimento naturalista na literatura. A escola naturalista aborda os mesmos quesitos que o realismo, porém, de maneira mais incisiva, levando os conceitos das ciências naturais ao extremo. Trata o ser humano como um produto biológico, impulsionado por seus instintos selvagens, prática denominada zoomorfismo, o que retrata o alto nível de aplicação do conceito determinista. “...em literatura, é a teoria de que a arte deve conformar-se com a natureza, utilizando-se dos métodos científicos de observação e experimentação no tratamento dos fatos e das personagens” (COUTINHO, 1959, p. 201).

É importante salientar que desde o período do romantismo, a presença do determinismo nas obras é marcante e expressiva. A abordagem faz parte dos exageros do período romântico, desdobrando-se através de personagens que recebem seus estereótipos e com eles permanecem até o desfecho, ou, são influenciados pelo meio em que vivem e assim, predestinados a uma certa característica. Podem, também transitar de personalidade com a mudança dos meios que se presenciam no decorrer da vida.

Um exemplo de tal mudança de personalidade que se pode encontrar na obra *O cortiço* é a personagem Pombinha. Quando a filha de dona Isabel, Pombinha, se muda para o cortiço de João Romão, é uma menina pura e ingênua, porém, ao se relacionar com os demais moradores do cortiço, passa a conhecer outros padrões e propostas de vida, sendo, assim, corrompida pelo meio hostil em que vive.

O uso do conceito determinista no período romântico e no período naturalista é retratado de maneira semelhante, porém, a intenção entre eles ao abordar se difere. O autor do romantismo usa os determinismos para confeccionar a obra com um certo grau elevado de melodrama, chegando a evadir-se da realidade, característica presente nos romances românticos.

Os escritores naturalistas, por sua vez, usam o determinismo na tentativa de apresentar o ser humano como mais um elemento que compõe o cenário natural e social, e que, portanto, sofre as influências do meio em que se insere.

Além dos instintos selvagens, o naturalismo na literatura coloca em xeque as pressões que os personagens vão sofrer através do meio e do ambiente social em

que se encontram; vão levar em consideração, também, a hereditariedade psicofisiológica, resultando nos impulsos instintivos e incontrolláveis.

Émile Zola (1840-1902), escritor francês, é considerado o principal nome do naturalismo na literatura. Influenciou diversos escritores da literatura brasileira, entre eles, Aluísio de Azevedo, escritor de maior relevância tanto do período naturalista da literatura nacional, como deste trabalho.

Apoiados em Veríssimo (1963, p. 260-261) Aluísio de Azevedo e sua produção literária são considerados por tal autor de maneira enaltecadora, como afirma:

Ele trouxe à nossa ficção mais justo sentimento da realidade, arte mais perfeita da sua figuração, maior interesse humano, inteligência mais clara dos fenômenos sociais e da alma individual, expressão mais apurada, em suma uma representação menos defeituosa da nossa vida, que pretendia definir. [...] seguiram o naturalismo e se nele ensaiaram, o que mais cabalmente realizou este feito da nossa doutrina literária foi Aluísio de Azevedo, com uma obra de mérito e influência consideráveis [...]

Na atualidade, é sabido que a adoção dessas teorias, principalmente o evolucionismo e o determinismo, não são ideais para a aplicação de suas “leis” na sociedade. Porém, foram importantes em um período histórico, uma vez que trouxeram avanços para as narrativas científicas e significativos debates para a comunidade acadêmica, para os intelectuais de diversos segmentos e para a sociedade como um todo, que passou a tomar forma no debate deste período.

O público leitor adere às novas normas literárias introduzidas pelo realismo e pelo naturalismo, mesmo que a princípio se assustem com as temáticas trazidas pelos autores e as abordagens tratadas de maneira direta e objetiva. Porém, logo as aceitam, uma vez que abordam a vulgarização na arte. Seus temas, assuntos, objetos prediletos, os processos, a estética, todo o conteúdo das obras estava ao alcance de toda a gente, que se deliciava ao discutir literatura e as vulgaridades da vida, satisfazendo-se ao descrevê-las minuciosamente (VERÍSSIMO, 1963).

Portanto, embora sejam teorias ultrapassadas, foram um importante marco da história, especialmente para as duas áreas de conhecimento trazidas nesta pesquisa. Ambas estão na mesma posição instigadora, a fim de proporem uma renovação no debate crítico a respeito do pensamento hegemônico de um período. Se encontram no decurso do século XIX, buscando pela mesma medida progressista, criticando as mesmas instituições, como o clero, por exemplo, bebendo das mesmas fontes filosóficas.

Se hoje podemos nos certificar de que essas teorias estão superadas e que seus conceitos não contemplam as afirmações atuais acerca dos temas que as abordam, foram, no entanto, necessárias para servirem de indagação aos novos conceitos e estudos que vieram posteriormente. Se surgiram da indagação, foi através dela mesma que se pôde suplantar e apresentar as novas suposições, os novos conceitos.

A apropriação dos conceitos e características do naturalismo na literatura de Aluísio de Azevedo, contribuiu para a inclusão de personagens até então, desprezados tanto pelos escritores como pela sociedade. Esses personagens estavam presentes na sociedade, compunham o contexto de vida da época, mas eram ignorados, devido à ideia de superioridade e distinção das classes média e alta.

Como exemplo disso, Aluísio toma como base para suas críticas tanto a população maranhense, em sua obra *O mulato*, quanto a população fluminense, em *Casa de pensão* e *O cortiço*, suas publicações de maior destaque.

Em *O mulato*, Aluísio de Azevedo aborda o preconceito racial de forma explícita, cabendo ao personagem Raimundo sofrer as piores situações que o racismo possa trazer, devido à cor de sua pele. A sociedade maranhense ignora por completo sua formação acadêmica e sua posição na sociedade, não aceitando que um negro alcance o mesmo destaque que um cidadão de pele clara, tanto profissionalmente, como economicamente.

Portanto, Aluísio o coloca em tal posição “privilegiada”, contrariando as regras impostas pela sociedade, e ainda mais, a expõe de maneira crua, detalhando os costumes preconceituosos que eram praticados pela população no geral e até mesmo por parentes e familiares.

Casa de pensão retrata, pelo autor, um crime verídico ocorrido na cidade do Rio de Janeiro, onde o autor, segue a configuração geral do fato, cujos personagens são baseados nela, assim como seu cenário, sua trama. Embora Aluísio faça adaptações pontuais, a obra acaba ficando restrita ao embasamento fatídico. Porém, o que se pode exemplificar é a maneira como o professor Antônio Pires, é abordada por Aluísio, não como alguém moralmente excluído, mas como alguém que abusa de seu poder como mestre.

A figura do professor é mostrada no livro com um elevado teor de autoritarismo e desrespeito, onde sua relação com os alunos é uma catástrofe, desmistificando e deslegitimando a convivência da grande maioria com tal postura.

Segue um trecho da passagem de Antônio Pires na obra (1973, p. 38-39):

O mestre, um tal de Antônio Pires, homem grosseiro, bruto, de cabelo duro e olhos de touro, batia nas crianças por gosto, por um hábito do ofício. Na aula só falava a berrar, como se dirigisse uma boiada. [...] Todos os pequenos da aula tinham birra ao Pires. Nele enxergavam o carrasco, o tirano, o inimigo e não o mestre. [...] Os pais ignorantes, viciados pelos costumes bárbaros do Brasil, atrofiados pelo hábito de lidar com escravos, entendiam que aquele animal era o único professor capaz de “endireitar os filhos”. Elogiavam-lhe a rispidez, recomendavam-lhe sempre que “não passasse a mão pela cabeça dos rapazes” e que, quando fosse preciso, “dobrasse por conta deles a dose de bolos.

O personagem Albino, de *O cortiço*, é visto, reconhecido e incluído por Aluísio no contexto habitacional do cortiço em que se passa a obra, sendo o personagem um cidadão homossexual, morador do cortiço, lavador de roupas, como as demais mulheres que desempenhavam o mesmo trabalho que ele. Aluísio deixa, também, ao retratar Albino, a reflexão de que os serviços de lavagem de roupas podem ser desempenhados por qualquer pessoa, independentemente de sua identidade de gênero.

Cito aqui alguns exemplos de tais personagens excluídos da ótica social e literária no período em destaque. Faz parte dos princípios naturalistas a exposição de todos os tipos de indivíduos e suas respectivas características psicofisiológicas, para que o autor as analise patologicamente, utilizando-se do elevado grau de cientificismo que se fazia presente em tais autores.

Após a explanação das correntes filosóficas que margearam o desenvolvimento e a fixação da geografia como disciplina científica e do período naturalista da literatura brasileira, assim como seus possíveis diálogos e entrosamento, fica evidente que a discussão naturalista foi uma forte influenciadora do pensamento do período. Em Aluísio de Azevedo não foi diferente; por este poder ser posicionado no período naturalista da literatura nacional, Aluísio absorve as características da teoria naturalista e as insere na composição de suas obras.

No capítulo seguinte será detalhado o contexto social do século XIX, importante pela incidência de relevantes acontecimentos, principalmente no Brasil, e os cenários vigentes ao longo da vida de Aluísio de Azevedo, que se passam, também, durante o século XIX. São importantes fatos que irão persuadir sobre a personalidade e a formação crítica do autor, que ao incorporar a corrente naturalista em sua visão de mundo, encontrará o caminho ideal para compor suas obras e nelas denunciar as situações problemáticas que se refletiam por toda sociedade da época.

O naturalismo nas obras de Aluísio, além de contribuir para impulsionar as abordagens de temas “intocáveis” devido aos tabus ou polêmicas que os envolviam, irá sugerir soluções para resolvê-los. A maneira com que as soluções eram propostas será explanada no capítulo seguinte, fazendo-nos refletir sobre o modo como é conduzida e sua eficácia.

2. Estudo da obra de Aluísio de Azevedo a partir do conteúdo geográfico naturalista

Grande parte dos escritores da literatura nacional do período que estamos estudando era intelectualizada, bem informada e que consumia massivamente as produções e estudos de filósofos e intelectuais, principalmente de alguns países da Europa, os quais se destacavam no ramo filosófico. Nesse mesmo período, ocorre um aumento na “importação” de estudos científicos europeus, denotando uma maior importância por parte dos escritores brasileiros, com o uso da ciência no cotidiano.

Esse aumento na relevância do cientificismo será incluído nas obras literárias, de modo que os escritores pontuarão em suas tramas abordagens de cunho científico. O conteúdo das publicações, até então, era caracterizado pela distorção da realidade e evasão dos fatos, fazendo com que as obras literárias se caracterizassem apenas como maneiras de distração para os leitores, sem que pudesse contribuir com o aspecto informativo.

2.1 Aproximação entre a geografia científica e a produção literária de Aluísio de Azevedo a partir do conceito de Naturalismo

Da mesma maneira que os literatos nacionais buscavam introduzir o cientificismo em suas produções, a geografia buscava sua consolidação como ciência, utilizando-se do mesmo meio que tais literatos, através da teoria naturalista. A geografia foi impulsionada por diferentes maneiras de se delineá-la como disciplina científica e por diferentes autores precursores, que desenvolveram suas teorias como contribuição à sistematização da mesma.

A mudança na postura dos escritores, com o intuito de produzir literatura associada ao uso científico, vai gerar duas importantes escolas literárias no Brasil, o realismo e o naturalismo. Aluísio de Azevedo pode ser posicionado no período naturalista, identificando-se com as abordagens da teoria naturalista, juntamente às suas opiniões pessoais, ingredientes ideais para compor suas obras e formar sua carreira de escritor.

A biografia mais recente de Aluísio será o principal sustento das informações acerca do escritor, para se obter a maior fidelidade possível aos fatos que o cercaram e ao processo pessoal e profissional de sua trajetória, assim como dados do século XIX que o influenciaram.

Apoiando-se nas palavras de Marandola Jr. e Oliveira (2009, p. 503) levando em consideração a relevância dos autores da literatura brasileira:

“Os autores da literatura brasileira, por exemplo, nos brindam com a procura do cerne de nosso sentimento como nação. [...] Pois, são estes ficcionistas que têm o segredo de criar personagens e colocá-los em um cenário cotidiano, como expressão da vida, penetrando e identificando múltiplas realidades. Portanto além ou aquém é entre a literatura e a geografia que reside o segredo do sagrado, do mistério, da imagem de nossa nação e de nossa gente brasílica.”

Nascido a 14 de abril de 1857, em São Luís, Maranhão, Aluísio de Azevedo inaugura no Brasil um importante período da literatura nacional, o Naturalismo. Nasce em um ambiente de crise e decadência provincial, com consequências de médio a longo prazo, após sangrentas batalhas, como a Revolução do Balaio de 1839 e o declínio de suas principais atividades econômicas, como a cultura do algodão, por exemplo.

A resistência dos portugueses moradores das províncias do Norte e Nordeste em relação à independência declarada por D. Pedro I fora tão forte que gerou um clima de guerra entre estes moradores e a população tradicional das províncias, como os tapuias, no Pará, designando o movimento nomeado Cabanagem. Esses moradores de descendência portuguesa contavam com o apoio da oligarquia (portuguesa) e de comerciantes, que tinham interesses ligados à antiga metrópole (MÉRIAN, 2013).

Durante o período de decadência da província do Maranhão, no início da segunda metade do século XIX, os ricos fazendeiros se veem obrigados a saldar as dívidas advindas da crise, vendendo seus melhores escravos, no momento em que o abastecimento da força negra de trabalho começa a se esgotar, por conta da aprovação da Lei Eusébio de Queiroz, de 1850.

Ocorre, então, a tentativa de formar “fazendas de reprodução de escravos” (MÉRIAN, 2013, p. 30), porém, a mortalidade infantil era estarrecedora e os casamentos entre negros, escassos. Nesse contexto, há um movimento político de cariz econômico visando a promoção de imigrantes europeus e asiáticos ao Brasil

como colonos, a fim de substituir a mão de obra escrava pela mão de obra livre, movimento este que fracassa consideravelmente.

A economia maranhense se mantém razoavelmente nesse período por meio das culturas do algodão e do açúcar, da produção de cachaça e, em menor expressividade, da carne, madeira e produtos oleaginosos.

Aluísio recebe uma educação bastante completa, tanto no sentido escolar, como nas atividades desenvolvidas paralelamente em casa, incentivadas pelos pais. Nesse contexto, por exemplo, é que Aluísio descobre seu interesse pelo teatro, juntamente com o irmão dois anos mais velho, Artur, e, plenamente atraído pela leitura, “Aluísio não teve o privilégio de ter uma família rica, [...] mas teve a sorte de viver numa das famílias mais cultas de São Luís. Seu pai e sua mãe foram seus primeiros mestres.” (MÉRIAN, 2013, p. 46).

A família de Aluísio não possuía nenhum escravizado, visto que, no período da sua infância, ainda não havia sido abolida a escravidão. Segundo Mérian (2013), a consciência de Aluísio e Artur perante a infeliz situação da escravidão se deu através de conversas que a família mantinha sobre o assunto, uma vez que David Gonçalves de Azevedo, seu pai, desempenhou um importante papel no movimento da Balaiada.

A Balaiada foi um importante acontecimento social para a história do Maranhão e do Brasil, resultante da insatisfação da camada economicamente mais carente da sociedade, perante as atitudes impopulares que os conservadores tentavam propor em benefício próprio. A proposta de ampliar os poderes dos prefeitos instiga indivíduos dessa parcela da sociedade já esgotada com a alta desigualdade, gerando a luta por parte desses indivíduos contra a elite política maranhense.

Segundo Galves:

Nesse período, brancos pobres, negros forros, escravos e índios foram protagonistas da cena pública, e mantiveram em alerta grandes proprietários, autoridades provinciais e imperiais, responsáveis pela dura repressão que pôs fim ao movimento.

A revolta inicia-se em dezembro de 1838 e se encerra com os movimentos repressivos de Luís Alves de Lima e Silva, que posteriormente seria identificado por Duque de Caxias, em 1841. O nome da revolta é oriundo do artesão Manoel Francisco dos Anjos Ferreira, que produzia balaios de palha.

Em sua crônica, publicada na revista *O Pensador*, datada de 1881, Aluísio descreve uma cena de tortura em decorrência da repressão da escravidão, sofrida por um escravo dentro de um convento, demonstrando que, ao presenciar este fato, aos

12 anos de idade, sentiu uma enorme aversão àquela situação, trazido por Mérian (2013):

“Já lá se vão doze anos e entretanto o escravo de Nossa Senhora do Carmo está vivo em minha memória como se eu o tivesse visto neste instante. Foi ele quem me despertou a primeira idéia da liberdade, devo talvez a esse desgraçado o grande ódio que voto hoje a tudo que é despótico e opressor.” (p. 53)

A tortura e repressão aos escravos perdurou durante o período que transcorreu a adolescência de Aluísio, mesmo após algumas tentativas de emancipar os negros escravizados através de propostas negligenciavelmente cumpridas, como a Lei do Ventre Livre de 1871 e a criação do fundo de emancipação, presente nesta lei.

Aluísio rememora os momentos em que esteve presente nos ambientes escravagistas e escreve um artigo para um jornal do Rio de Janeiro, relatando os abusos sofridos pela população escravizada, intitulado *A mulher brasileira é escravocrata?* publicado em 1884. Vejamos um trecho desse artigo, pelo qual Aluísio procura frisar a argumentação por ele provocada em detrimento do combate à escravidão:

Conheci na minha província muita senhora honesta quanto às suas atribuições de esposa, muito boas e generosas quanto ao seu modo de praticar com os parentes e amigos, mas verdadeiramente perversas quanto aos escravos. [...] Uma senhora conheci, muito velha, muito devota, que saía todas as manhãs para a igreja, deixando um escravo no castigo, e ordem para não se parar enquanto ela não voltasse; outra me consta que mandou arrancar os dentes de uma escrava, porque o marido numa ocasião tivera a imprudência de dizer que a infeliz tinha uns dentes admiráveis. (MÉRIAN, 2013, p. 55).

Outro exemplo que Aluísio expõe sobre a prática das torturas escravagistas feitas por mulheres, contra outras mulheres - negras escravizadas - é a descrição da cena em que dona Quitéria pratica diversos tipos de tortura com Domingas, mãe de Raimundo, o mulato, personagem principal da obra:

Estendida por terra, com os pés no tronco, cabeça raspada e mãos amarradas para trás, permanecia Domingas, completamente nua e com as partes genitais queimadas a ferro em brasa. Ao lado, o filhinho de três anos, gritava como um possesso, tentando abraçá-la, e, de cada vez que ele se aproximava da mãe, dois negros, à ordem de Quitéria, desviavam o relho das costas da escrava para dardejá-lo contra a criança. A megera, de pé, horrível, bêbeda de cólera, ria-se, praguejava obscenidades, uivando nos espasmos flagrantes de cólera. Domingas quase morta, gemia, estorcendo-se no chão (AZEVEDO, 1978, p. 37).

Para Mérian (2013), havia a necessidade de mudar a mentalidade da sociedade escravocrata, uma vez que, cenas como esta, faziam parte dos costumes da época. A discriminação racial se estendia a todo preto e mestiço e não somente aos escravos.

O desprezo da população branca recaía até mesmo sobre os mulatos livres, de pele razoavelmente escura, que ocupavam posições sociais comparáveis às dos brancos.

O reconhecimento dessas pessoas era tão irrisório, que a maioria vivia em condição de miséria, superlotando os cortiços da cidade, que abrigavam, também, os escravos foragidos. Esses espaços eram constantemente denunciados pela imprensa da época, que relatava a insalubridade do ambiente e a proliferação de doenças como febre amarela, varíola e tuberculose entre os moradores.

Podia-se observar também a discriminação cultural advinda da burguesia perante festas, bailes e cultos afro-brasileiros, onde os mesmos eram vistos como “obscenos e primitivos” (MÉRIAN, 2013, p. 67).

Havia a prática comum do concubinato entre comerciantes, caixeiros e mulatas, e entre fazendeiros e escravas, intensificando as manifestações discriminatórias e o ódio racial que sentiam as esposas legítimas. Além do fato de constituir outra maneira de exploração.

A grande maioria das famílias se opunha ferrenhamente ao casamento de um ente branco e uma mulher mulata e mais ainda quando os papéis se invertiam, e quem entraria para a família seria um homem negro, casando-se com uma mulher branca.

Graça Aranha, conterrâneo de Aluísio de Azevedo, revela em sua autobiografia *O meu próprio romance*, como sua família seguia essa prática:

“Zelava-se a pureza de raça com furor. [...] O cruzamento com negros e mulatos seria uma abominação. No interior da província encontrei muitos desses meus parentes na extrema indigência, de pés descalços, meros trabalhadores empregados nas fazendas, mas conservando a integral pureza do sangue branco

[...]

Minhas tias, [...] se descobriam a menor tintura de sangue negro ou bugre, não descansavam enquanto não viam desfeita a malfadada aliança. (ARANHA, 1931, p. 99-100)

Aluísio aborda o preconceito matrimonial em seu romance *O mulato*, publicado em 1881. A história de amor entre Raimundo e Ana Rosa é vista pela família da moça e pela sociedade como uma “quebra de regras”, indo contrariamente às práticas e segregações habituais da população naquele período. Assim como Graça Aranha expõe na citação anterior, Aluísio, algumas décadas antes, também desejara demonstrar essa mazela causada pelo preconceito racial extremamente pungente no cotidiano da população, que não se restringia apenas à província do Maranhão, mas a todo o resto do país.

Para o pai de Ana Rosa, Manoel, é inadmissível que ela se case com um homem mulato e ex-escravo, por mais que ele tenha outras atribuições e variadas qualidades. Vejamos um diálogo entre Manoel e Raimundo, do livro *O mulato*, ainda sem que Raimundo soubesse a sua procedência maternal:

“- Recusei-lhe a mão de minha filha, porque o senhor é... é filho de uma escrava...
 - Eu?!
 - O senhor é um homem de cor!... Infelizmente esta é a verdade...
 Raimundo tornou-se lívido. Manoel prosseguiu, no fim de um silêncio:
 - Já vê o amigo que não é por mim que lhe recusei Ana Rosa, mas é por tudo! A família de minha mulher sempre foi muito escrupulosa a esse respeito, e como ela é toda a sociedade do Maranhão! Concorde que seja uma asneira; concordo que seja um prejuízo tolo! O senhor porém não imagina o que é por cá a prevenção contra os mulatos!... Nunca me perdoariam um tal casamento; além do que, para realiza-lo, teria que quebrar a promessa, que fiz a minha sogra, de não dar a neta senão a um branco de lei, português ou descendente direto de portugueses!... O senhor é um moço muito digno, muito merecedor de consideração, mas... foi forro à pia, e aqui ninguém o ignora (AZEVEDO, 1978, p. 130).

Durante sua adolescência, Aluísio trabalhara como caixeiro em um armazém de despachantes de alfândega, e mesmo sem nenhum dom para tal profissão, pôde acompanhar e conhecer a fundo a sociedade comerciante maranhense. Tirou dessa experiência, a oportunidade de escrever com sabedoria algumas páginas que compõem *O mulato*, descrevendo “... as ambições, exigências, alegrias e misérias dos caixeiros, suas relações com os patrões e os sonhos dos mais hábeis de um dia ocuparem essa posição.” (MÉRIAN, 2013, p. 86).

Pôde observar também, ao ocupar o cargo de caixeiro, os trâmites das formalidades alfandegárias, a decadência das práticas econômicas da burguesia, como a venda de escravos, a importação de produtos europeus, a exportação de algodão, entre outras (MÉRIAN, 2013, p. 86).

É importante salientar que há uma certa desinformação acerca da adolescência de Aluísio, mais precisamente sobre os cinco anos que preconizaram sua primeira ida ao Rio de Janeiro, portanto, as informações citadas anteriormente são frutos do cruzamento de informações e comparações entre textos, ajustando o contexto em que o autor viveu com os acontecimentos que o influenciaram.

De acordo com esses ajustes e cruzamentos de informações, se pôde constatar através de um testemunho de Olavo Bilac e na obra *O naturalismo no Brasil*, do autor maranhense Aderbal de Carvalho, que durante a adolescência, Aluísio demonstrara grande talento para a pintura, chegando a ser convidado por um pintor italiano

(Domingos Tribuzzi – 1893-1974) que morava na província do Maranhão, a estudar pintura na Itália, sendo necessário ser paga uma modesta pensão. A profissão de vice-cônsul de David Gonçalves de Azevedo, pai de Aluísio, não trazia condições econômicas confortáveis a ponto de manter Aluísio e os estudos na Europa.

À uma data que não se pode afirmar com precisão, Aluísio abandona a profissão de caixeiro e opta por preencher sua rotina com trabalhos temporários de guarda-livros e professor de gramática portuguesa e desenho no Colégio do padre Teillon para formar suas economias financeiras; e no aprendizado de pintura e desenho com o velho pintor Tribuzzi e João Cunha, pintor maranhense, alcançando o aperfeiçoamento de seus dons artísticos (MÉRIAN, 2013, p. 87).

A profissão que mais lhe agradava era a de pintor, a qual Aluísio se empenhava com vigor e dedicação. João Afonso do Nascimento, companheiro de infância, ao rememorar este período da vida de Aluísio, no ano de 1875, descreve o seguinte comportamento do aspirante a artista:

Durante esse tempo, Aluísio recebia noções de desenho do professor italiano Domingos Tribuzzi, em cuja aula era uma espécie de revolucionário, rompendo com a estreita rotina do mestre, para obedecer à impetuosidade de uma vocação, a qual o impelia a prematuramente empreender obras que somente os artistas consumados se atreveriam a abordar (MÉRIAN, 2013, p. 87).

A atitude autoconfiante de Aluísio nas criações das pinturas, já demonstrava seu dom e identificação com as artes, mesmo sem estudos aprofundados. Esse posicionamento iria se repetir na vida de escritor, porém, ainda não havia indícios dessa vocação.

Ao adquirir confiança em si mesmo, opta por deixar as aulas no colégio particular do padre Teillon, onde recebia um salário irrisório, para se arriscar vivendo da sua pintura.

Olavo Bilac relata, em 1895, na revista *O álbum*, o perfil das pinturas de Aluísio, principalmente fazendo referência a retratos de defuntos, nos quais, ao contrário do que era costumeiro, Aluísio se preocupava em retratar a morte de maneira leal ao estado do corpo do falecido, com a cor da face diferenciada e os olhos entreabertos, por exemplo.

Pode-se considerar que, desde esse período, já havia certa influência das ideias positivistas sobre o modo de pensar de Aluísio, e este transpassava às obras artísticas a preocupação com *a verdade na Arte*, característica do positivismo, mas também do romantismo, que exagerava em determinados aspectos da realidade.

Ainda de acordo com os testemunhos de Olavo Bilac, o interesse pelo romance em Aluísio surgiu por volta de 1875, quando este tinha 17 anos. É nessa época que escreve seu primeiro romance, publicado em 1879, *Uma lágrima de mulher*. A trama do livro se desenvolve na Itália, sugerindo a fascinação e o sonho de Aluísio com a possibilidade de estudar pintura nesse país, naquele momento.

Neste período, as ideias realistas e naturalistas ainda não haviam chegado ao Maranhão; era o positivismo que atraía alguns estudiosos. O pai e o irmão de Aluísio estavam ligados ao positivismo, servindo de influência e exemplo para ele. Artur Azevedo, irmão de Aluísio, dirigiu o jornal semanário *O domingo*, que era o ponto de encontro dos jovens positivistas no Maranhão.

Foi neste jornal que Artur publicou crônicas contra os ideais cristãos obscurantistas e fanáticos, sustentando a importância do avanço da ciência e da razão. A “questão dos bispos”, foi um relevante movimento do período que exigiu tal posicionamento.

Durante sua primeira estadia no Rio de Janeiro, entre os anos de 1876 e 1878, Aluísio aprofunda os conhecimentos adquiridos na província do Maranhão sobre as ideias positivistas, abolicionistas e republicanas, através do convívio com colegas que partilhavam das mesmas opiniões e ao frequentar os mesmos espaços que eles. Pode-se citar aqui, os principais: Teixeira Mendes, Lopes Trovão e José do Patrocínio. Aluísio expressa suas convicções nesse período em poemas e desenhos, nos jornais da corte.

Os jornais existentes à época eram de grande influência na opinião da população; esta, acompanhava as publicações e lia ativamente as edições. Os jornalistas e desenhistas não deixavam escapar nenhum acontecimento relevante. De acordo com Mérian (2013), assuntos como escravidão, vida política e social, a questão religiosa, o movimento das ideias, a vida literária e artística, fomentavam a inspiração desses profissionais.

É neste contexto que seu irmão, Artur, que já trabalhava em jornais, insere Aluísio no cenário jornalístico, apresentando-o como caricaturista. Os caricaturistas eram extremamente ácidos nas publicações, de modo que qualquer pessoa que ocupasse qualquer cargo, poderia ser alvo das críticas sátiras dos caricaturistas. Este fator fazia com que a opinião da população flutuasse bastante, uma vez que ela absorvia a variedade dos conteúdos publicados.



Figura 1 - Aluísio Azevedo sendo apresentado como caricaturista no jornal *O Fígaro*, 1876.
 Fonte: <https://www.revistas.usp.br/nonaarte/article/view/136899>

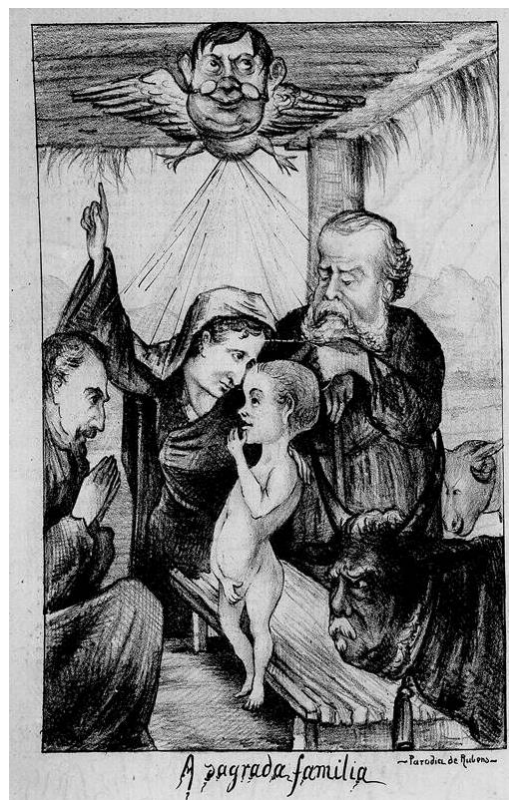


Figura 2 - A família imperial representada por Aluísio Azevedo no jornal *O Mequetrefe*, 1877.
 Fonte: <https://www.redalyc.org/jatsRepo/3381/338147802007/html/index.html>

Na primeira imagem, Aluísio é apresentado por Artur ao ingressar no jornal *O Fígaro*, em 13 de maio de 1876. O detalhamento de Artur com a nova profissão de Aluísio é descrito da seguinte maneira: “...é um rapaz hábil que se propõe a fazer caricaturas se o público, juiz severo e imparcial, não mandar o contrário.” (MÉRIAN, 2013, p. 107).

A segunda imagem se refere à paródia *A sagrada família*, feita por Aluísio do quadro de Rubens, onde apresenta a família imperial de maneira irreverente. O general Duque de Caxias é representado como o boi do presépio. O general era chefe do governo conservador no período de publicação da charge. (MÉRIAN, 2013). Em seus desenhos, Aluísio aborda a ideologia positivista, a qual idealiza como principal corrente da nova filosofia política do século XX, a única saída para libertar o Brasil do cenário caótico que se encontrava.



Figura 3 - O povo brasileiro representado como Jesus crucificado, sofrendo as explorações do império. Aluísio Azevedo, Jornal *O Mequetrefe*, 1877.

Fonte: <https://www.redalyc.org/jatsRepo/3381/338147802007/html/index.html>



Figura 4 - A três fases do processo histórico do Brasil, de acordo com a concepção de Aluísio Azevedo. Jornal *O Mequetrefe*, 1877.

Fonte: <https://www.redalyc.org/jatsRepo/3381/338147802007/html/index.html>

Pode-se observar na figura 3 o general Duque de Caxias com uma lança na mão, golpeando o povo brasileiro simbolizado pela crucificação de Jesus Cristo. O imperador, ao fundo, joga dados com um padre.

Juntamente ao tema político, Aluísio abordava outras temáticas também, como a defesa da República, a exploração do povo brasileiro por parte dos portugueses, o governo imperial, o obscurantismo da igreja, a seca no Nordeste etc. Em suma, seguia os princípios da moral positivista contra vícios, depravação e imoralidade onde quer que estivessem.

É isto que demonstra a crítica da quarta figura. De acordo com a descrição de Mérian (2013, p. 110):

“A Idade do Ouro está representada sob os traços de um índio antes da chegada dos portugueses.
A Independência apresentada como uma mentira, assume o aspecto de um imperador cujo cavalo pisoteia o povo encadeado. É a Idade do Bronze.
A época contemporânea é denominada Idade da Folha de Flandres. Segundo Aluísio Azevedo, a civilização no Brasil é um vício. O Brasil aparece como um bêbado corrompido por uma prostituta – a Política – e um padre depravado que simboliza a Igreja.”

Machado de Assis instaura uma grande polêmica no Rio de Janeiro através da crítica que faz, em 1878, à obra *O primo Basílio*, de Eça de Queiroz, publicada em 1874 no Brasil. Eça já era um autor conhecido por conta da publicação de *O crime do padre Amaro* (1875), porém, sua segunda publicação em território brasileiro só se

torna famosa após a crítica negativa de Machado, que neste período era contrário à nova estética literária que chegava, o realismo.

Na imprensa, a ideologia realista foi incluída mais rapidamente do que nos romances. Autores como Franklin Távora, Celso Magalhães, Sílvio Romero, entre outros, absorveram as ideias de Eça de Queirós não apenas no plano literário, mas também no filosófico, social e político.

Celso Magalhães e Sílvio Romero abordam o estilo realista, a vontade de trabalhar em prol do progresso social, satirizando os costumes. Foi através da imprensa, por volta de 1875, no Rio de Janeiro, que a maioria desses escritores engaja-se ativamente na difusão de ideias novas, resultando na modificação das mentalidades dos leitores.

Para o romance, os sinais mais notórios da mudança são encontrados nas obras de Franklin Távora, José do Patrocínio e Inglês de Souza. Em *O cabeloira*, de 1876, Franklin Távora questiona o posicionamento romantizado de José de Alencar perante os índios e o hábito de contemplar esteticamente a natureza; para ele, o autor deveria “partir da experiência direta, de um contato íntimo com o ambiente, a natureza e os homens.” (MÉRIAN, 2013, p. 120).

Esse posicionamento de Franklin Távora colocava o regionalismo na literatura como foco principal, levando Antônio Cândido a declará-lo precursor de Gilberto Freyre, José Lins do Rego e Graciliano Ramos.

É importante dizer que na concepção de Sílvio Romero, Franklin Távora representava um “naturalismo tradicionalista e campesino” (MÉRIAN, 2013, p. 121), porém, essa definição não corresponde ao naturalismo dos romances de Eça de Queirós e Émile Zola. Távora estava fora dos padrões da nova corrente literária que tomava forma na Europa, mesmo assim, sua concepção de realismo na literatura aproximou-o dos dois mestres que inspirariam os romancistas brasileiros.

De acordo com Mérian (2013) Franklin Távora pôde auxiliar para o desenvolvimento da estética realista, mais como crítico literário, do que como escritor. Sua obra *O cabeloira*, de 1876, não se caracterizou como uma obra revolucionária, capaz de transformar a vida literária do Brasil.

Para Nelson Werneck Sodré, Inglês de Souza é o precursor da estética naturalista no Brasil. Em sua obra *O coronel sangrado*, datada de 1877, há uma descrição realista das paisagens do Amazonas, mas a organização da obra e a abordagem psicológica dos personagens não se enquadram nos parâmetros do

romance naturalista. É válido ressaltar que as poucas obras publicadas de Inglês de Souza não foram capazes de impactar a crítica, tampouco de fazer evoluir o gênero naturalista no Brasil.

Neste período, o público estava acostumado com os folhetins publicados nos jornais, traduzidos do francês. Autores consagrados da França e Portugal também atraíam os leitores, bem como os brasileiros, José de Alencar, Bernardo Guimarães, Visconde de Taunay e Machado de Assis (MÉRIAN, 2013).

Ramalho Ortigão, respeitado crítico literário e fiel defensor das ideias de Auguste Comte, em suas opiniões sobre Eça, muito possivelmente tenha influenciado os jovens que seguiam suas críticas fundadas na perspectiva positivista, inclusive Aluísio de Azevedo. Para eles, “o realismo na literatura e a filosofia positivista eram aspectos complementares da ação em prol do progresso da humanidade.” (MÉRIAN, 2013, p. 126-127).

Retornando à polêmica entre a crítica de Machado de Assis e a publicação de *O primo Basílio*, pode-se considerar que nesse período é que realmente ocorrem as mudanças mais expressivas no sentido da inserção da corrente realista na literatura brasileira, já que se acaloraram os debates sobre o tema.

Machado era adversário do realismo, acreditava que Eça de Queirós escrevia imoralidades nas páginas de *O primo Basílio*, definindo a personagem Luísa, por exemplo, como sedutora, cobiçadora. Por outro lado, havia os defensores de Eça e sua escrita. Os principais antagonistas de Machado de Assis foram S. Saraiva e Amenofis Efendi (pseudônimo para Ataliba Lopes de Gomensoro).

Em 5 de maio de 1878, Aluísio Azevedo publica um desenho no jornal *Comédia Popular*, intitulado *Romantismo e Realismo: luta aberta*, demonstrando tomar partido na discussão que se desenrolava, sob a influência das publicações partidas dos apoiadores de Eça e do realismo. O desenho impactou fortemente os que acompanhavam a discussão, gerando vários comentários.

Mérian (2013) afirma que nesse período Aluísio esteja convencido plenamente de suas convicções perante os argumentos realistas e às teses do positivismo, os quais lhe serviram de base para as carreiras de jornalista, caricaturista e escritor.

Através das publicações de Ramalho Ortigão, Aluísio pôde atualizar-se acerca dos lançamentos produzidos pelos intelectuais que contribuíam para a renovação de ideias, em Portugal, tais como: Teófilo Braga e Oliveira Martins.

No cenário realista/naturalista que se formava, pouco se via sobre as obras de Émile Zola, ou referências a ele. Destaca-se que a grande motivação para debates sobre as ideias que estavam sendo introduzidas ou a rejeição das mesmas, foram as publicações de opinião de Machado de Assis e a publicação d'*O primo Basílio*. As obras de Zola influenciaram os escritores brasileiros a partir da publicação de *O mulato*, em 1888, por Aluísio de Azevedo.

Este período relatado até aqui, que antecede a publicação de *O mulato*, caracterizava-se por um insistente romantismo e uma nova proposta de romance que ainda se definia, se lapidava. Para a maioria dos críticos, a diferenciação entre realismo e naturalismo se dava através das referências feitas à fisiologia, à imoralidade e à pornografia. (MÉRIAN, 2013).

Cabe destacar que, por mais alvoroçado que o público estivesse com as novidades literárias e as argumentações trazidas, não se pode afirmar que ao ano de 1878, o novo gênero literário introduzido por Eça de Queirós (*O primo Basílio*), tivesse cativado imediatamente os leitores. O que se pode afirmar é que este acontecimento conquistou Aluísio, sendo, portanto, um marcante episódio na sua formação literária.

Para Aluísio, o grau de civilização da população estava diretamente ligado à literatura. Em sua crônica *O pensador*, publicada em 1880, ele estabelece as novas normas estéticas e uma nova proposta de conteúdo dos romances, onde as obras deveriam tratar dos assuntos corriqueiros e reais, explorados e narrados com objetividade, tornando-se úteis ao público. Esta postura aumentaria o nível de civilização da sociedade.

Só depois de possuímos boa constituição política, bom governo, boa família, boa sociedade, boa ciência, boa indústria, bons costumes, bom caráter, é que teremos boa literatura, porque a literatura de qualquer país nunca foi outra coisa senão a consequência de tudo isso.

Este trecho foi retirado da crônica citada no parágrafo anterior e retrata o olhar de Aluísio perante a relação entre sociedade e literatura. Esse olhar pode ser considerado um tratamento realista sobre esta relação.

A influência determinista, bem marcada na carreira de Aluísio, dá seus primeiros sinais na obra *Uma lágrima de mulher*, escrita por Aluísio e publicada em 1879. Embora haja uma certa polêmica relacionada ao formato estético da obra (se se encaixa no formato romancista ou não), o período em que foi publicada e o posicionamento ideológico de Aluísio no segmento cronológico, considera-se que seja

de maior relevância, de acordo com o tema desta pesquisa, destacar a presença de características deterministas nos personagens da publicação em questão.

No romance, o determinismo é levado ao extremo, com o meio influenciando diretamente nos personagens, sendo uma corrente bastante abordada e comumente usada nos romances realistas, uma das características mais expressivas desse estilo literário.

É importante destacar que o determinismo não surgiu nas obras realistas; ele já estava incorporado nos romances de folhetim, precursores à nova estética que principiava. A descrição detalhada e determinante de aspectos como: comportamentos, rostos que anunciam caráter, vícios e roupas, são encontrados nos dois segmentos de publicações citados. A obra *Uma lágrima de mulher*, não se afasta dos padrões românticos - por esse motivo, também, a polêmica gerada sobre a obra e o caráter estilístico da escrita de Aluísio.

Outro ponto polêmico/debatido nas publicações da carreira de Aluísio é a obra *O mulato*, considerada por grande parte de críticos e estudiosos do assunto como a obra de inauguração do período naturalista da literatura brasileira. Publicada em 1881 e editada em 1889, contrapõe-se à afirmação generalizada de ter inaugurado a implementação das ideias naturalistas no plano literário, uma vez que a edição de 1889 é a mais amplamente lida e utilizada no decorrer dos anos, até os dias atuais.

Havia entre os críticos literários, a opinião unânime de que as edições (de 1881 e 1889) eram idênticas. Aluísio afirma na introdução da edição de 1889, ter feito “pequenas modificações” (MÉRIAN, 2013, p. 210), porém, o que se descobriu após a comparação entre as publicações pôde-se constatar relevantes modificações, ainda que Aluísio tenha mantido o enredo no geral e a organização dos capítulos. Usando as definições de Mérian (2013), o romance publicado em 1889 (2ª edição), foi “purificado de várias imperfeições e amputado de longas passagens, que deram lugar à polêmica de 1881.” (MÉRIAN, 2013, p. 212).

Essa análise e discussão são importantes para a compreensão do desenrolar das ideias estéticas de Aluísio, portanto, não serão especificadas e detalhadas as modificações de equívocos de datas, por exemplo, presentes nas correções da edição de 1889.

É fato que o romance seja fruto de uma observação atenta de Aluísio aos costumes da sociedade maranhense, de um delineamento das mentalidades dos personagens e do balanço dos determinismos sociais, porém, há uma forte presença

do estilo romântico. As situações de reviravoltas no romance são um exemplo disso, quando trazem à tona mais uma característica de romances-folhetins que o jogo dos determinismos sociais e psicológicos, marcos da corrente naturalista.

Ao fazer a descrição dos retratos, Aluísio utiliza-se de referências da pintura, como o pintor italiano Giacomelli para descrever o rosto da personagem Ana Rosa. Essa referência é suprimida na edição de 1889, onde Aluísio procurou se preocupar mais com a representação realista da jovem. Esse fato denota também um deslumbre ainda existente em Aluísio sobre a hipótese de estudar pintura na Itália.

Ainda se tratando da personagem Ana Rosa, que é o par romântico de Raimundo (personagem principal; mulato) Aluísio retrata o perfil psicológico da mesma com maior preocupação científica, modificando a expressão “acesso de febres românticas” da primeira edição por “aproximação da puberdade” na segunda.

A necessidade de tal modificação adveio do fato de Aluísio se preocupar com a psicologia e o papel das mulheres na sociedade, do que se pode encontrar passagens a respeito na obra *Casa de pensão* (1884) e *O homem* (1887). Para escrever *O homem*, Aluísio realizou um estudo abrangente sobre a histeria das mulheres, colocando em vigor as teorias científicas do momento sobre o tema.

Raimundo é representado na edição de 1881, contemplado totalmente pela ideologia positivista a filosofia de Auguste Comte para ele é uma verdade irrefutável. Posteriormente, Aluísio suavizaria, em 1889, essas convicções excessivas e os comportamentos artificiais justificados pelos médicos e sociólogos. Muito possivelmente o romancista tenha percebido que seu ideal de cidadão moderno, perfeitamente irracional, não existia.

Em resumo, o que se poderia encontrar na primeira versão de *O mulato* era “uma apologia ao positivismo, uma acusação contra o obscurantismo da Igreja e a política do governo imperial, um manifesto em favor do ensino público – o único capaz de guiar o povo na via do progresso -, uma acusação violenta contra as taras da sociedade escravagista e a defesa da abolição da escravidão e finalmente uma longa crítica contra os costumes da sociedade maranhense.” (MÉRIAN, 2013, p. 234).

Na busca por tratar ou demonstrar a realidade do cotidiano, das práticas da sociedade, nos costumes, Aluísio acaba por prejudicar essa intenção quando as descrições eram artificializadas em demasia, consequentemente, o realismo da obra literária também saía prejudicado.

No decorrer do período entre a primeira publicação e a segunda edição (em português) da obra *O mulato*, houve mudanças tanto na maturidade das ideias de Aluísio, como no público leitor e até mesmo no cenário social; dessa forma, as preocupações de Aluísio se modificaram.

Havia o desejo de dar uma maior coerência nas representações do mulato e os ideais que ele expressava ao leitor, portanto, Aluísio abandona ao máximo as representações de cenas e ações exageradamente românticas, justificadas pelo amor exorbitante, características difíceis de “fugir”, por mais que se intencionasse propor uma nova estética, já que o romantismo era o principal modelo estilístico de escrita.

Neste período adaptativo, de transformações na esfera política e social do Brasil, uma das mais importantes mudanças foi a abolição da escravidão. Cheia de idas e vindas, impasses entre os grandes donos de terras (e de escravos) e a Coroa que, pressionada pela Inglaterra a extinguir a escravidão e pelos proprietários de escravos a não extinguir, se viu obrigada a definir qual seria o desfecho do assunto turbulento. Decretou algumas restrições e medidas, mas, ainda assim, não resolveu objetivamente a situação.

A política monarquista vinha se enfraquecendo com o passar dos anos e o movimento republicano e simpatizantes do mesmo, se destacavam. No início da década de 1880, o assunto é retomado e a pressão, desta vez, parte das ruas, das senzalas, da imprensa. Com a recusa da Câmara em analisar urgentemente a proposta de Joaquim Nabuco, que consistia em aniquilar a escravidão até 1890, foram fundadas pelos abolicionistas e o deputado em questão, a Sociedade Brasileira Contra a Escravidão e a Associação Central Emancipadora.

Levando em consideração que até o início da década de 1880 não havia uma opinião pública explicitamente favorável à abolição, nem um movimento em prol desta causa, é de impressionar a mudança rápida do cenário escravagista. No Ceará, por exemplo, os jangadeiros se recusaram a transportar os escravos até os navios que seguiriam para as províncias do sul do país, no ano de 1883; um ano depois, a escravidão havia se erradicado nessa província (CARVALHO, 2012).

As províncias que produziam insumos de exportação, como o açúcar, em Pernambuco, Bahia e Maranhão, e o café nas províncias do sul, eram as que mais detinham escravos. Nestas, o processo abolicionista foi mais violento, com incêndios em canaviais e retirada à força de escravos das fazendas, resultando em mortes e feridos. (CARVALHO, 2012).

A regente Isabel, responsável pelo comando do Brasil em exercício naquele momento, apoia abertamente a causa abolicionista e nomeia, em 1888, um novo gabinete, que, mesmo conservador, seguia a ideologia abolicionista. Foi apresentado um projeto de abolição imediata e sem indenização aos proprietários de escravos que afirmaram se sentirem lesados caso a escravidão fosse extinta. Tal projeto foi aprovado em cinco dias na Câmara e no Senado, deixando clara a abolição na prática. Em 13 de maio de 1888, a princesa assina a lei, conhecida como Lei Áurea.

A abolição abala todos os partidos existentes no período, em específico, os partidos monárquicos, que já vinham sofrendo desmoralizações. Houve uma pendência ao republicanismo e até mesmo a um neorrepublicanismo, composto pelos ex-proprietários de escravos sedentos pela indenização não recebida. (CARVALHO, 2012).

Após 18 meses da assinatura da lei que aboliu a escravidão, há a Proclamação da República, orquestrada pelos militares, através de um golpe no governo de Dom Pedro II, proclamado pelo marechal Deodoro da Fonseca, impulsionados pela filosofia do positivismo e pelos ideais de Augusto Comte, através do major Benjamin Constant, que pregara tais ideias aos soldados da Academia Militar.

A formação dos oficiais não era restrita ao conhecimento bélico, muito pelo contrário, aplicava-se assuntos sobre matemática, filosofia e letras, formando-se “bacharéis fardados”, segundo a definição utilizada por Carvalho (2012, p. 125). Ainda segundo este autor, “dois pontos da doutrina positivista eram particularmente relevantes naquele momento: a rejeição da escravidão e o apoio à República.” (CARVALHO, 2012, p. 125).

O exército brasileiro, neste período, possuía certa convivência contínua com soldados libertos ou descendentes de escravos que se alistavam em busca de uma carreira humana e profissionalmente digna, deixando-lhes clara a evidência de que a escravidão serviria como obstáculo no recrutamento de bons soldados.

Em 15 de novembro de 1889, o golpe é aplicado, obrigando o imperador a assinar o reconhecimento da independência do Brasil. De acordo com Fausto (1995, p. 246), o exército não possuía uma concepção esclarecida sobre o que viria a ser a República; a princípio, o objetivo dos militares era recuperar a honra e a expressividade do exército, escassos durante a monarquia.

Os militares sabiam que havia a necessidade de dar um novo segmento aos rumos do país, conscientizados de que a República deveria ter ordem e progresso. O

progresso correspondia à “modernização da sociedade através da ampliação dos conhecimentos técnicos, do crescimento da indústria, da expansão das comunicações.” (FAUSTO, 1995, p. 246).

O quadro econômico do período era preocupante, uma vez que já vinha se desgastando nos últimos anos da fase monárquica, considerando também, a dívida externa que havia sido feita durante o império e que consumia grande parte do saldo da balança comercial anualmente. Em 1890, a situação se agrava devido ao aumento do *déficit* público, de modo que o governo não conseguia arcar com os gastos de acordo com os valores do capital que recebia.

Ainda que com dificuldades, o século XIX, principalmente em sua segunda metade, representou um expressivo período de mudanças e avanços em importantes segmentos, como a urbanização e a industrialização. O ensino superior e as instituições de pesquisa se expandiram e multiplicaram, como por exemplo, a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838, ainda no período monarquista; e a criação da Escola de Minas de Ouro Preto, em 1876, dentre outras.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro nasce a partir da necessidade que o cônego Januário da Cunha Barbosa percebe em se possuir um instituto que presasse não só pelo passado da nova nação, mas também pelos componentes étnicos, pela geografia, pela fisionomia contemporânea, para que o conceito de nacionalismo não se limitasse e permanecesse apenas no plano idealizado, sendo necessário, afim de evitar tal limitação, uma exploração científica do espaço físico e cultural do território brasileiro.

O ecletismo que se mostrou ao longo das publicações feitas pelo Instituto Histórico e Geográfico procedeu da ideologia exaltante do país, praticada pelos escritores da primeira geração romântica. O resultado disso foi a possibilidade de pesquisar etnograficamente as características indianistas, trazendo o ideal de que o futuro retrataria a fase evoluída do ser humano, palpado pela ciência.

No campo cultural, houve avanços também, mesmo que de maneira modesta, devido ao alto número de pessoas analfabetas. A influência francesa nas artes, na arquitetura e na literatura foi maciça; pensadores franceses, como Auguste Comte e Ernest Renan predominavam na vida intelectual dos brasileiros. Charles Darwin e Herbert Spencer, de nacionalidade inglesa, também se destacavam como influentes no público intelectual.

A Missão Francesa de 1816 influenciou segmentos do ensino acadêmico no Rio de Janeiro, como: desenho, pintura, escultura e arquitetura. Tal Missão, liderada por Joaquim Lebreton (indicado por Alexander von Humboldt), criou, no mesmo ano em que aconteceu, a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, a qual, dez anos depois se tornou Academia Imperial de Belas Artes (BOSI, 2012).

A instituição formou diversos profissionais dos segmentos anteriormente citados, dentre eles, arquitetos responsáveis pelas construções de edifícios neoclássicos em pontos da cidade do Rio de Janeiro, que se assemelhavam às construções da Europa naquele período.

Na literatura, pôde-se observar no início do romantismo uma imagem idealizada do índio e da natureza, um certo nativismo. Até mesmo antes, nas epopeias de Basílio da Gama, por exemplo, datadas do período colonial, já era possível observar alguns traços nativistas.

A primeira geração do romantismo é marcada por escritores como Gonçalves de Magalhães – que inaugura essa fase com sua obra *Suspiros poéticos e saudades*, publicada em 1836 -, Gonçalves Dias e José de Alencar, sendo estes os mais relevantes e conhecidos do período.

Gonçalves Dias (1823-1864) perpassa pelas mesmas concepções idealizadas dos demais escritores, porém, segundo Bosi (2012, p. 236) “o índio de Gonçalves Dias não é decorativo, é expressivo”. Esta passagem demonstra a perspectiva de Gonçalves Dias ao retratar os indígenas nas suas obras. Existe no escritor a conscientização de que a colonização aniquilou indivíduos e populações nativas do território brasileiro.

É notável, também, em Gonçalves Dias, a crítica à dominação branca e ao poder dos proprietários de escravos, como demonstra em sua obra *Meditação*, de 1846, atentando-se ao fato de o período ser administrado politicamente pelos regressistas.

Em 1863, Antônio de Castro Alves publica seu poemeto *A canção do africano*, no qual deixa clara sua preocupação com a configuração escravagista que se encontrava no Brasil, antes mesmo desse assunto ser debatido e discutido abertamente, o qual não passava de uma consideração de alguns poucos indivíduos.

Indo na contramão do regionalismo idealizado de José de Alencar, principalmente em sua obra *O gaúcho*, publicada em 1870, Franklin Távora (1842-1888) destaca o drama do cangaço, o perfil violento e a pobreza presentes no sertão

nordestino, como demonstrou em seu livro *O cabeloira*, de 1876. Távora ressalta a redução de certa identidade brasileira, que estaria o sul perdendo, através da importação e incorporação de defluências estrangeiras, com o norte livre de tais defluências, sendo privilegiado pela brasilidade.

O Brasil estava, aproximadamente, em vinte anos de atraso se comparado às ideias que se difundiam na Europa. Ao longo do desenrolar do século XIX, essa diferença entre atraso e avanço começa a diminuir, denotando, cada vez mais, uma concomitância, obtida através da absorção maciça dos intelectuais brasileiros engajados nos assuntos dos jornais, revistas e livros europeus, destacando filósofos e pensadores franceses, alemães e ingleses.

Auguste Comte (1798-1857) foi um desses filósofos de extrema influência nos intelectuais brasileiros, através de sua corrente positivista. No Brasil, os principais disseminadores do pensamento positivista foram Miguel Lemos e Teixeira Mendes, filiados à Sociedade Positivista do Rio de Janeiro, em 1876, responsáveis por influir com o método positivista sobre educadores, militares e demais profissionais ao longo da Primeira República.

Auguste Comte e Herbert Spencer (1870-1903), com sua teoria positivista e evolucionista, sucessivamente, tiveram distorções ideológicas em território brasileiro. O positivismo operou de maneira “ditatorial”, através de um governo centralizado, sugerida pelos próprios discípulos da corrente filosófica. O evolucionismo, por sua vez, fazia com que os seguidores acreditassem piamente no liberalismo e na disputa social, onde os indivíduos mais fortes e hábeis se destacariam, sem que o Estado precisasse intervir (BOSI, 2012, p. 259).

Não era bem isso que as teorias pregavam; Comte, acreditava no poder altruísta - termo desenvolvido por ele mesmo - dos indivíduos, através da inclinação instintiva do ser humano em se preocupar com o próximo, característica natural que seria acentuada através do positivismo, evitando o afloramento do sentimento egoísta.

Os evolucionistas, juntamente com Spencer, seguiam a lógica do indivíduo que alcançaria o viver através da disputa vital e social com os demais. Essa disputa, ao olhar dos seguidores desta corrente, era o que caracterizava o progresso da espécie.

De qualquer forma, mesmo com as controvérsias, ambas teorias contribuíram para a construção ideológica da sociedade brasileira da época. Os positivistas atenuaram propostas acerca dos direitos sociais e os evolucionistas/liberais no tocante à luta pelos direitos políticos. (p. 259).

Usando as palavras de Bosi (2012) sobre a influência positivista no Brasil:

Justiça se faça à doutrina de Comte, que jamais discriminou as populações não brancas, condenou veementemente a escravidão, inspirou algumas de nossas primeiras leis trabalhistas; e, no caso de seus seguidores brasileiros, como o marechal Rondon, reconheceu no indígena a prioridade no povoamento do Brasil, atribuindo-lhe o direito de viver nas suas terras como em uma pátria paralela ao Estado nacional.

Além dessas conquistas, os positivistas também conseguiram regulamentar o casamento civil, dissociaram a igreja do Estado e implementaram o lema exclusivamente comtiano na nova bandeira: “Ordem e Progresso”. Comte foi, segundo os militares da proclamação da República, no fatídico 15 de novembro de 1889, o mentor daquela conquista (BOSI, 2012).

A relação entre literatura e as novas ideias que surgem no período pode ser considerada em duas vertentes. As correntes filosóficas e as obras literárias têm momentos convergentes e momentos divergentes. O que se pode considerar de convergente, é a união do uso do cientificismo aliado à teoria naturalista na literatura ficcional. O naturalismo francês é um modelo estimado quando se leva em consideração a proposta do experimentalismo das ciências biológicas, perpassados à literatura. Émile Zola (1840-1902), seus estudos e obras, foram bem recebidos na Europa e América Latina (BOSI, 2012).

O objetivo de uma obra realista é observar a vida social, sendo capaz de expor os tipos mais representativos; esse ideal encabeçou o movimento naturalista. Porém, o movimento naturalista alcançaria outro patamar, como a tentativa de entregar a produção artística de um escritor às conclusões científicas da época, fixando leis generalistas para o comportamento humano.

Esta definição dos tipos seria engendrada pela observação da sociedade, o que também dependeria das disposições hereditárias que operam em cada indivíduo, responsabilizando-os pelos seus atos.

Em sua obra amplamente conhecida - *O Germinal* (1885) - Zola, apesar da tentativa em manter o rigor doutrinário, não consegue reprimir a indignação que a convivência com os trabalhadores explorados pela revolução industrial lhe trouxe. Bosi (2012, p. 264) explica esta fusão na obra da seguinte forma:

Ideais socialistas e revolta romântica permearam os seus romances que misturam o naturalismo “científico”, virtualmente determinista, e o protesto contraideológico. Se contradição há nessa mescla de programa teórico e criação ficcional, trata-se de uma contradição rica de ensinamento.

A partir do uso e incorporação das correntes ideológicas nos romances e da adoção do conceito de “verdades absolutas” sobre essas correntes, surge o designado romance de tese. O conteúdo desses romances era esdruxulamente científico, a ponto de distorcer as referências, chegando ao nível abstrato, fantasioso.

No Brasil, os autores naturalistas de maior relevância foram: Aluísio Azevedo, Adolfo Caminha e Inglês de Souza, que abordaram em suas publicações as mazelas do cotidiano – preferencialmente – urbano. A composição de suas obras seria, por um lado, demonstrar a pressão que o meio exerce sobre os indivíduos, juntamente com as características herdadas, gerando comportamentos decadentes; e por outro lado, o foco nas circunstâncias especialmente brasileiras.

Aluísio Azevedo (1857-1913), como já foi dito, se inspira na “prosa ágil e precisa” (BOSI, p. 265) de Eça de Queiroz, demonstrando seu estilo vigoroso nas abordagens. Além de *O mulato*, sua primeira obra de maior apreciação, cuja crítica se dá na crueldade do racismo e o quanto ele pode ser agressivo quando destilado sobre alguém.

Suas obras consequentes tratam do contexto urbanístico, conotando seu perfil de escritor ficcionista urbano, como se pode observar em *Casa de pensão* (1884) e *O cortiço* (1890). Segundo Bosi (2012, p. 265):

[...] Aluísio atinou com a fórmula que se ajustava ao seu talento. Desistindo de montar um enredo em função de pessoas, ateve-se à sequência de descrições objetivas de quadros sociais, em que cenas coletivas e tipos primários fazem do cortiço a personagem mais convincente do romance. Existe o quadro e dele derivam as figuras.

Émile Zola aborda em seu *O germinal*, o cotidiano dos operários de uma mina e a relação dessa condição com os indivíduos de maiores condições econômicas. Aluísio Azevedo se aproxima desta perspectiva ao expor n’*O cortiço* os trabalhadores da pedreira, juntamente com os afazeres das mulheres no cortiço e a dinâmica com João Romão, proprietário do cortiço, consequentemente, um cidadão de maiores posses financeiras.

É no período entre os anos 1830 e 1889, que se consolidam os aspectos da nacionalidade. Neste período, o Brasil experimenta diversas modificações no plano cultural, político, social e econômico, porém, sem deixar de lado algumas mazelas, como a desigualdade, a exclusão e a marginalização de uma parcela da sociedade. Essa contradição – modernização e desigualdade – arrastou-se até os dias atuais, estando presente paulatinamente no histórico do Brasil e no cotidiano da sociedade.

De acordo com Paula (2012), um processo de modernização, crescimento e desenvolvimento econômico só pode ser plenamente reconhecido, quando os efeitos de tal desenvolvimento se irradie por todo o conjunto da sociedade, onde essa usufrua dos benefícios trazidos por ele. Seu pressuposto básico é a distribuição primária da renda, não apenas a renda da riqueza, mas de habilidades técnico-científicas e direitos de cidadania.

Devido à maneira como foi concebida, e de acordo com alguns pontos selecionados e explanados neste texto, a República se consolidou aos poucos, ao longo dos anos. Após a participação do país em guerras civis e conflitos, estabilizou-se durante o mandato de Campos Salles, na presidência.

O capítulo seguinte irá tratar do processo de urbanização nesta contraditória fase do Brasil e da sua então capital, a cidade do Rio de Janeiro. A modernização urbana do Rio ocorreu de maneira desordenada e excludente; a principal meta, após a Proclamação da República no quesito urbano, era a semelhança às grandes metrópoles europeias, uma vez que a cidade do Rio de Janeiro era a maior e mais importante cidade do Brasil, no final do século XIX.

3. Estudo da obra de Aluísio de Azevedo a partir do conteúdo geográfico urbanista

Neste capítulo, será abordada a maneira como ocorreu a modernização da capital do Brasil nos últimos anos do século XIX e quais problemas essa modernização sem planejamento causou à cidade do Rio de Janeiro e, consequentemente, à população local.

Será considerado o arcabouço histórico e as motivações que levaram a tal modo de modernização. O que se deseja neste capítulo é demonstrar qual era a configuração espacial da cidade do Rio de Janeiro no período de escrita e publicação da obra literária de análise – *Casa de pensão* – e como ocorria a correlação entre tal configuração urbana, à utilização de localidades da cidade expostas por Aluísio de Azevedo na respectiva obra literária.

O uso da obra literária, datada de 1884, permitirá, no decorrer do capítulo, a “visualização” imaginária do espaço urbano do Rio de Janeiro, anteriormente às grandes reformas urbanas da virada do século XIX para o XX, impulsionadas pelo desejo do poder público em transformar a então capital do Brasil, em uma metrópole semelhante às europeias.

3.1 *Casa de pensão* e a imaginação do espaço urbano do Rio de Janeiro

Como eram formados os cortiços da época e quais eram as principais características dos moradores que os compunham? As casas de pensão eram procuradas por quais indivíduos e o que representavam no espaço urbano da época? Essas são algumas perguntas que guiarão as perspectivas deste capítulo, que tem como objetivo criar na mente do leitor um imaginário de como era a cidade do Rio de Janeiro na época das obras literárias, anteriormente ao período das reformas urbanas, modelo encontrado atualmente na cidade.

Para entender a modernização da cidade do Rio de Janeiro é necessário contextualizar historicamente o período que será abordado, datado do final do século XIX, especificamente após a Proclamação da República, em 1889, até o início do século XX, sem a exatidão do ano, uma vez que a modernização se desenvolveu

mesmo após o período de execução dos trabalhos. A nova modelagem urbana seguiu seu padrão no decorrer do século XX e está fortemente marcada até os dias atuais.

Era indispensável, aos olhos dos governantes em voga, após a recém proclamada República, que a capital do Brasil se modernizasse, a ponto de assemelhar-se às metrópoles europeias. Para alcançar tal medida, o então presidente da República, Rodrigues Alves (1848-1919), incumbiu o prefeito do Rio de Janeiro, Francisco Pereira Passos (1836-1913), a realizar este feito. Cabe observar que a gestão de Passos como prefeito transcorre o intervalo de 1902 a 1906, mesmo período em que Rodrigues Alves ocupa a presidência do Brasil.

Engenheiro de formação, Pereira Passos articulou e executou a reforma urbanística, de maneira assídua, sendo o seu mandato o período em que ocorreu a maior quantidade de reformas, e as mais transformadoras. Sua meta reformista contou com os seguintes objetivos primordiais: reconfigurar a rede viária, instituir condições salubres de sobrevivência e embelezar urbanisticamente a cidade, aos padrões da *Belle Époque* (SILVA, 2018).

A cidade do Rio de Janeiro estava bem distante do ideal para uma cidade minimamente organizada e saudável. Havia surtos de epidemias por conta das más condições de higiene, as ruas eram estreitas e as vielas comumente presentes, a iluminação pública era defasada, enfim, este era o resultado para o escasso planejamento que havia. Se é que havia.

Sobre a porção central da cidade, podemos imaginar de acordo com a descrição de Silva (2018, p. 50):

O centro antigo do Rio de Janeiro era um espaço bastante distinto, coexistia uma gama de pessoas de diferentes classes sociais, que desempenhavam diferentes papéis sociais e econômicos: cavalheiros e damas da elite, biscateiros, vendedores de carnes e vísceras, brancos, negros e mulatos, homens, mulheres e crianças, ex-cativos, imigrantes e sempre livres.

Como justificativa para a realização da reforma, Pereira Passos usa os motivos de sanitaristas, que associavam a insalubridade ao calçamento precário, à falta de coleta de esgoto, à má distribuição de água e à presença dos cortiços. Realmente, as condições eram de extrema precariedade, portanto, os motivos eram plausíveis para uma proposta de reforma.

Há de se relevar, ainda, o hábito da classe dominante e até mesmo dos higienistas de atribuírem aos moradores dos cortiços e à população pobre a

proliferação das doenças e a causa da insalubridade como únicos causadores de tais problemas.

A maneira de execução da proposta modernizadora foi a pior possível para esta população, uma vez que, o plano “bota abaixo” (SILVA, 2018), consistia na derrubada de extensos cortiços para, primordialmente, abrir as grandes vias e um novo Rio de Janeiro.

Para perder o aspecto colonial, havia a pretensão de abertura das largas avenidas para comportar os trens e bondes, que viriam substituir os carros movidos pelos animais, no centro da cidade. A cidade toda ia recebendo ares de modernidade com a limpeza das habitações indesejadas, que poluíam a paisagem, apagando as marcas do passado (SILVA, 2018).

É através deste mecanismo que a população pobre, e principalmente os negros que, após a abolição da escravidão, não conseguiram se alocar na sociedade, partem para os morros em busca de novos espaços para as moradias. Com isso, fica evidente qual era o foco da preocupação de Pereira Passos, já que para ele essa parcela da população – diga-se de passagem, uma parcela considerável – não o impediu de colocar em prática seu plano modernizador, sem dar atenção e condições de moradia a esses indivíduos. O importante era a modernização urbana, custe o que custar, e a quem custar.

A consequência da busca da população pobre pelos morros e áreas menos valorizadas foi o processo de favelização e segregação socioespacial, denotando o caráter excludente da modernização de Pereira Passos (SILVA, 2018). A zona central não fica mais “à disposição” de todos os indivíduos da sociedade, excluindo a massa pobre de sua dinâmica, impulsionada pelas novas avenidas e vias que se instauraram para o melhor escoamento de mercadorias e comodidade aos pedestres e transeuntes.

É importante ressaltar que, como bem traz Silva (2018), neste processo, a camada elitista da sociedade carioca se muda para a zona sul da cidade, modelando-a de acordo com a perspectiva nobre que se ali se iniciava. Antes residentes da região central da cidade, abandonam seus casarões em busca da nova zona elitista que se formava. Os indivíduos recém-desabitados ocupam esses casarões na intenção de possuírem uma moradia. Na busca pelo progresso, à luz do capitalismo e da modernidade, o processo segregacionista de Pereira Passos desencadeou as

maiores consequências para a sociedade, dividindo-a de acordo com o critério de classes (ALBERGARIA, 2010).

Depois de executada a modernização urbana de Pereira Passos, o mesmo, em busca da continuidade da nova configuração espacial que produziu, instaura um decreto impedindo a construção de novos cortiços, de modo a manter as aparências visíveis de uma cidade moderna e desenvolvida, ainda que seja apenas na porção central da cidade.

Esta breve explanação acerca de Pereira Passos e sua reforma urbana – altamente excludente e danosa à população pobre - pode ser considerada a versão mais comumente observada e presente na historiografia, porém, ao longo deste capítulo, serão discutidas as reformas e providências públicas relacionadas à cidade do Rio de Janeiro, de forma detalhada, com o auxílio de imagens, para que se possa, além de entender os processos das transformações urbanísticas, visualizá-las em fotos do período que se trata, ou próximas a ele.

É certo que valha a pena inserir um outro lado, uma opinião divergente da, até então, demonstrada aqui, de acordo com o conteúdo que se aborda – reformas urbanas e tomadas de decisão dos políticos acerca do íterim urbano. André Nunes de Azevedo caracteriza a reforma urbana de Pereira Passos como uma “modernização conservadora”.

Vejamos:

Ao desenvolver-se referenciada na ideia de civilização, a reforma urbana de Pereira Passos evocou a herança simbólica do Império, para a qual um passado, a atividade estética e intelectual, o polimento e a urbanidade eram elementos fundamentais a serem sublinhados. Devemos lembrar, tomando como referência as várias edições do dicionário Moraes ao longo do século XIX, que a palavra urbanizar significava civilizar e que a urbanidade seria a expressão da internalização dos valores da civilização. Assim, podemos afirmar que a reforma urbana conduzida pela municipalidade do Rio de Janeiro constituiu um projeto de modernização conservadora (AZEVEDO, 2003, p. 297).

Assim a considera, de acordo com as limitações que as camadas sociais mais baixas encontravam para adequarem-se ao que a modernização urbana exigia, e sem disponibilizar recursos para que tal parcela da sociedade pudesse atender à expectativa. Passos inspirou-se na burguesia europeia ao incentivar a boa aparência física e o asseio ao se vestir (AZEVEDO, 2003).

Também era intenção de Passos, segundo Azevedo, que a população humilde frequentasse o perímetro modernizado, e com isso, absorvesse a cultura presente naquele espaço, vinda dos teatros e bibliotecas. Destinou a construção de coretos a

esses indivíduos de baixa renda, para que assistissem a apresentações de músicos clássicos, aproximando o contato dessas pessoas ao “civilizado”.

Por melhor que fosse a intenção de Pereira Passos, de acordo com a visão de Azevedo, o plano não saiu como idealizou-se, já que o cotidiano da classe operária e dos ex-escravos não era compatível ao que propôs Passos. Os trabalhos pesados dessas pessoas resultavam em aparências sujas, sem nenhum tipo de sofisticação nas vestimentas ou asseio pessoal e corporal.

Passos não disponibilizou a essa parcela social, o acesso às riquezas, para que assim pudessem adequar-se ao exigido pelo prefeito e enquadrarem-se no processo modernizador que acontecia, e consequentemente, integrarem-se à nova configuração urbana. Além desse obstáculo, Passos “importou” os padrões europeus, que nada condiziam à realidade brasileira que se fazia presente naquele período.

É relevante deixar claro o significado de civilização, bem como de seus derivados, tais quais: civilidade, civilizado. Pode-se notar ao longo do texto, em seu momento explicativo sobre o outro viés interpretativo da reforma urbana de Pereira Passos, que esses termos derivados da palavra “civil” apareceram algumas vezes.

A definição de “civilidade”, por exemplo, no período histórico abordado, era encontrada como: “Conjunto de formalidades, observadas pelos cidadãos entre si, quando bem educados; delicadeza, cortesia.” (AZEVEDO, 2003, p. 236). Esta definição muito se assemelha ao que foi exposto sobre a intenção do prefeito Pereira Passos em relação à população, principalmente ao desejo que possuía acerca do comportamento da camada mais pobre da sociedade.

Relativo ao contexto de civilidade e sua definição, o termo “urbanidade” condiz muito paralelamente ao sentido exposto: “Qualidade do que é urbano; civilidade; cortesia; afabilidade.” (AZEVEDO, 2003, p. 236). Torna-se, portanto, perceptível a relação direta entre os termos e o interesse de Passos ao reformar a urbe carioca.

A modernização da cidade do Rio de Janeiro não ocorreu apenas a propósito do setor municipal. Aliás, ela foi proposta pelo governo federal, do então presidente, Rodrigues Alves. No que se refere à reforma urbana tratada pelo ramo federal, pode-se interligar o termo “progresso” como justificativa à modernização. Sendo assim, a definição para progresso era encontrada como: “Marcha ou movimento para diante: progredimento, desenvolvimento; melhoramento ou aumento; qualquer adiantamento, em sentido favorável.” (AZEVEDO, 2003, p. 237).

Ficaram a cargo do governo federal, a ampliação e modernização do porto, como obra principal, e a abertura de três avenidas, com o propósito de aumentar o poder de fluxo de mercadorias recém chegadas ao porto e possibilitar uma melhor conexão entre a zona portuária e seus arredores. Estavam contidos nesse projeto interesses como: “[...] saneamento urbano, desenvolvimento comercial, ampliação da arrecadação fiscal e captação de mão-de-obra estrangeira, através do melhoramento da imagem externa do Brasil.” (AZEVEDO, 2003, p. 243).

Uma dessas três avenidas era a Avenida Central, inaugurada em sete de setembro de 1904. Passou a se chamar, em 1912, Avenida Rio Branco, em homenagem ao Barão do Rio Branco, nomenclatura que se mantém até os dias atuais. É a avenida que se posiciona à frente da Biblioteca Nacional, permeando o atual Museu de Belas Artes e o Teatro Municipal.



Figura 5 - Avenida Central, 1903. Fotografia de Augusto Malta.

Fonte: http://www.objdigital.bn.brobdigital2acervo_digitaldiv_iconografia/icon1363475icon1363475.jpg



Figura 6 - Avenida Central e prédios em diferentes estilos arquitetônicos, ao ano de 1907, fotografados por Augusto Malta.

Fonte: http://www.objdigital.bn.brobjectdigital2acervo_digitaldiv_iconografiaicon1363493icon1363493.jpg



Figura 7 - Nesta fotografia, a mesma avenida, porém, com a nomenclatura alterada para Avenida Rio Branco. Augusto Malta, sem data definida.

Fonte:

http://www.pobjdigital.bn.brobjectdigital2acervo_digitaldiv_iconografiaicon1363480icon1363480.jpg



Figura 8 - Avenida Rio Branco com vasta quantidade de transeuntes, carros e prédios modernos.
Fotografia de Augusto Malta, sem data definida.

Fonte: http://www.objdigital.bn.brobjectdigital2acervo_digitaldiv_iconografia/icon1363481/icon1363481.jpg

A intenção em se fazer notar o Brasil como país moderno (mesmo que uma pequena porção do seu vasto território), aos olhos dos estrangeiros, consistia no plano de atrair mão de obra de outros países, visto que a escravização dos negros havia sido abolida alguns anos antes. As lavouras de café, principal atividade econômica do Brasil àquele período, corria sérios riscos de terem seu manejo afetado pela falta de indivíduos a cumprirem essa tarefa.

Outro motivo que propiciava o interesse pela população estrangeira, era o de embranquecer a população através de colonos advindos de áreas do globo com essa característica. De acordo com Azevedo (2003, p. 253):

Ainda, a elite republicana paulista, cujo o ideólogo máximo era Alberto Sales, acreditava que o embranquecimento da raça deveria melhorar a composição étnica brasileira que, segundo acreditavam, era elemento decisivo na propulsão do progresso de um país.

A imagem de cidade incivilizada e pestilenta (Azevedo, 2003) em nada contribuía para o êxito de tais objetivos. O foco de Rodrigues Alves em aprimorar a estrutura portuária tinha como missão atender ao objetivo do almejado “progresso”, sendo a principal porta de entrada e saída às mercadorias do comércio internacional, bem como o símbolo máximo de modernidade do Brasil, a fim de desmanchar a

imagem colonial e ultrapassada, ressaltando o período republicano que se havia conquistado.

O prefeito Pereira Passos, além da reformulação urbanística, instaura regras à população de vivência em sociedade, com o intuito de melhorar as condições sanitárias e higiênicas dos locais urbanos. Azevedo (2003, p. 276) traz alguns exemplos:

[...] proíbe que se cuspa na rua e nos bondes, proíbe a vadiagem de caninos, proíbe que se faça fogueiras nas ruas da cidade, que se solte balões, proíbe a venda ambulante de loterias, de exposição de carnes à venda nas ruas, também proíbe o trânsito de vacas leiteiras na cidade e andar descalço e sem camisa.

Nota-se que essas regras viriam a contribuir no tocante à melhoria dos hábitos de higiene, o que, realmente, era uma necessidade. É indiscutível que tais mudanças fossem indispensáveis aos novos costumes da cidade que se transformava, deixando para trás os ares de atraso e as doenças, pestes, contaminações frequentemente presentes entre os cariocas, devido às precárias condições sanitárias.

Por outro lado, houve mudanças que o prefeito realizou que destruíram as práticas culturais locais, afim de se obter modos de cultura “importados” do continente europeu, tidos como referência nesse setor. A exemplo, a substituição da festa popular luso-brasileira, semelhante ao carnaval, denominada Entrudo, pela Batalha de Flores, uma festa tradicional francesa, também de fundo carnavalesco. Nesta busca pela cultura “ideal” e civilizada, derrubam-se os quiosques do centro da cidade para a instalação de lojas para o chá da tarde (Azevedo, 2003).



Figura 9 - Na fotografia acima, de Augusto Malta, é retratada a comemoração Batalha das Flores, em 1902.

Fonte: http://www.objdigital.bn.brobjectdigital2acervo_digitaldiv_iconografiaicon1450896icon1450896.jpg



Figura 10 - Fotografia da Rua 1º de março, no centro do Rio de Janeiro, testemunhando um quiosque “sobrevivente” às modernizações impostas pelo prefeito Passos, datada de 1911.

Fonte: http://www.objdigital.bn.brobdigital2acervo_digitaldiv_iconografia/icon1310865/icon1310865.jpg

É desta forma que, ao interpretar o viés proposto por Azevedo (2003), elucidase a ideia de que a intenção de Pereira Passos, ao realizar a reforma urbana, não era excludente da massa pobre. Algumas proposições feitas pelo prefeito, vieram a somar grandemente pelo desenvolvimento da cidade e dos habitantes. Outras propostas, não podem ser consideradas de todo assertivas. Ao longo do texto, utilizando as referências de Azevedo (2003), notam-se erros e acertos, contribuições e desagradados do prefeito Passos.

Lília Moritz Schwarcz, no livro de 2012 dirigido e coordenado por ela, *A abertura para o mundo 1889-1930*, 3º volume da coletânea *História do Brasil nação: 1808-2010*, relata a reforma urbana de Pereira Passos, à sua visão:

Ícone dos novos tempos foi também a “nova avenida Central” – atual avenida Rio Branco, na cidade do Rio de Janeiro –, exemplo maior do projeto urbanístico que transformou a capital federal em verdadeiro cartão-postal, com fachadas *art nouveau* feitas de mármore e cristal, modernos lampiões à luz elétrica, loas de produtos importados e transeuntes à francesa. Marco paralelo e complementar a toda essa cantilena das novidades foi a expulsão da população pobre que habitava os casarões da região central e a destruição dos famosos “cabeças de porco”. Era a ditadura do “bota-abaixo” que demolia casas, sobretudo as antigas e pobres, disseminando cortiços e hotéis baratos – os “zunga” –, onde famílias inteiras deitavam-se no chão ou mudavam para as chamadas “periferias” das novas urbes. Isso sem esquecer a repressão às festas populares, que se submetiam, igualmente, a esse “processo

civilizatório”: saía o entrudo mestiço, entrava o limpo Carnaval de Veneza.” (SCHWARCZ, 2012, p. 44-45).

Vale ressaltar que, de acordo com Monteiro (2002), além da adaptação estrutural urbana da cidade do Rio de Janeiro, havia a transição da produção cafeeira no campo para a industrialização, na qual os barões do café se preparavam para o comando das indústrias.

Em contrapartida, no sertão nordestino, a situação era caótica em comparação ao desenvolvimento observado no sudeste. As intensas secas que castigavam as terras sertanejas, deixaram à beira da ruína os coronéis locais e, conseqüentemente, as plantações de algodão. A exemplo disto, Monteiro (2002) nos traz:

Se na virada do Século XIX a cidade do Rio de Janeiro passaria por profundas alterações em sua estrutura física para adaptar-se às novas funções que a passagem do Império à República e aquela da monocultura cafeeira ao embrião de vida industrial está exigindo, o sertão nordestino passava por um período extremamente grave em decorrência de secas pronunciadas que podem ser batizadas por aquelas de 1887 a 1915.

Nessa situação extrema, os sertanejos são obrigados a buscarem novos rumos, tanto devido às secas, como pelo poder político dos coronéis que, quando passam a ter domínio sobre as terras, expulsam os sertanejos dos seus locais de pertencimento (MONTEIRO, 2002).

Ainda sobre a realidade dos sertanejos nesse período, pode-se considerar as obras “contra a seca”, projetadas a partir do governo de Epitácio Pessoa como mais um fator que motivou a expulsão dos mesmos do sertão. Monteiro (2002, p. 84-85) especifica seus destinos:

[...] Os açudes – em terras dos coronéis – e as estradas que se multiplicam a partir do governo de Epitácio Pessoa, em nome de obras “contra a seca”, reforçam a marginalização e saída dos sertanejos – para os seringais da Amazônia, a princípio, e depois para as cidades em via de industrialização no Sul.

Essa passagem comparativa entre sertão se devastando e sudeste em desenvolvimento, é uma importante reflexão histórica e espacial, acerca das duas localidades presentes na obra *Casa de pensão*. O livro, que conta a trajetória de Amâncio de Vasconcelos, inicia sua narrativa na província do Maranhão, terra natal do personagem, que se muda para a cidade do Rio de Janeiro ainda jovem.

Aluísio de Azevedo, autor do livro em questão, possui o mesmo percurso de vida protagonizado por Amâncio. Ainda que sejam caminhos coincidentes, Amâncio não caracteriza a trajetória pessoal de Aluísio, em *Casa de pensão*. Como bem expõe Mérian (2013, p. 484):

Ainda que se desculpando antecipadamente, na introdução, pelas semelhanças que pudessem surgir entre as aventuras contadas em seu romance e as cenas da vida real, Aluísio Azevedo inspirou-se amplamente em uma ocorrência policial ocorrida seis anos antes, quando de sua primeira estadia no Rio de Janeiro.

Ainda assim, é de se considerar a importância da breve explanação acerca da província do Maranhão e, conseqüentemente da porção nordeste brasileira, já que protagonista e autor são advindos de tal local.

Referindo-se agora à cidade do Rio de Janeiro, em segmento ao proposto neste capítulo, Monteiro (2002) traz contribuições acerca do espaço urbano carioca. Se havia marginalidade no sertão nordestino no prelúdio do século XX, havia também, próxima à Proclamação da República, a população marginalizada em solo carioca.

Esta parcela marginalizada que compunha a sociedade da cidade do Rio de Janeiro habitava, quase que exclusivamente, as moradias coletivas presentes no espaço urbano. Os cortiços são exemplos de tais moradias.

Embora o foco deste trabalho seja o livro *Casa de pensão* e, conseqüentemente, o espaço da casa de pensão e seu contexto urbano, é inevitável não se discutir *O cortiço* em determinados momentos, devido à semelhança e estreita aproximação dos assuntos tratados.

Em suas obras, Aluísio de Azevedo relaciona diretamente os personagens à condição que os envolve e permeia; o resultado desta relação são suas atitudes, hábitos, reações, impulsos... Além dessa característica, o autor retrata o convívio coletivo dos personagens, em duas obras expressivas de sua carreira: *Casa de pensão* e *O cortiço*.

Essa relação pode ser observada em Mérian (2013, p. 485):

Em *Casa de pensão*, como mais tarde em *O cortiço*, Aluísio Azevedo primou na pintura dos personagens coletivos: reuniões pensionistas, vida dos operários e das lavadeiras... Até mesmo os heróis principais se diluem no ambiente, chegando, às vezes, a desaparecer, engolidos pelo meio, pelas exigências do grupo em que vivem.

Se Machado de Assis analisou seus personagens de maneira particular, sem associá-las ao contexto social no qual inseriam-se (MÉRIAN, 2013), Aluísio de Azevedo age de forma contrária, “mesmo fazendo uma análise psicológica e fisiológica dos personagens, considerava que não havia indivíduo isolado na sociedade. Os dramas pessoais nasciam das relações sociais e raciais.” (MÉRIAN, 2013, p. 485).

Os personagens, em *Casa de pensão*, são movidos pela relação que possuem com o meio e entre si, e a pensão, “representa um lugar privilegiado de observação e experimentação.” (MÉRIAN, 2013, p. 487).

Esta representação que a pensão proporciona ocorre devido à sua vasta composição em termos de diversidade de indivíduos nela presentes. É um local de moradia que, por abrigar indivíduos distintos, acaba por possuir uma “personalidade” própria, denotando um verdadeiro personagem coletivo.

Em acordo a isso, Mérian (2013, p. 487) bem elucida:

[...] É um microcosmo onde convivem homens e mulheres de todas as idades, de origem díspar, cujos centros de interesse e a função na sociedade são os mais diversos (estudantes, artistas, empregados de comércio, operários especializados, professores, famílias equívocas, mulheres de moralidade duvidosa...).

Em *Casa de pensão*, a intenção do autor é de expor o cotidiano das casas de pensão de acordo com a personalidade de cada hóspede, que a completa. Embora muito se almejasse pelos proprietários das pensões, elas não poderiam ser definidas como lugares de excelente virtuosidade. Dentro de seus quartos, havia más intenções a serem praticadas, crimes sendo planejados e até mesmo executados.

Como dito, a casa de pensão, que é o “meio”, possui sua própria personalidade, formada pelas características dos moradores, portanto, dispõe seu ritmo de vida, seus hábitos, seus gostos, sua “moral”. Dois propósitos mobilizam o grupo morador do pensionato: a ganância e a sexualidade. A partir dessa perspectiva, os valores morais, como amizade e amor, por exemplo, tornam-se fatores secundários, vindo a ser “úteis” em prol do projeto imoral que se deseja alcançar: enriquecer e seduzir (MÉRIAN, 2013).

Em *Casa de pensão*, os personagens principais, influenciados pelos comportamentos coletivos, agem segundo uma moral que gira ao contrário e cujo traço principal é a hipocrisia. Apenas um indivíduo com um caráter bem forte poderia resistir às solicitações do meio. Ora, os heróis do romance são todos seres frágeis e vulneráveis (MÉRIAN, 2013, p. 487).

Dos moradores da pensão, pode-se destacar três – não sendo apenas estes - que se encaixam no perfil que busca alcançar o projeto imoral mencionado, os quais são as principais figuras da casa: Madame Brizard, João Coqueiro e Amélia. Os dois primeiros formam o corpo proprietário da pensão, agem de forma extremamente ambiciosa, criando um plano elaborado para enriquecer através da fortuna roubada de Amâncio; e Amélia, o ponto chave de tal plano, que deverá seduzir Amâncio para o êxito da armadilha idealizada pelos três personagens em questão.

Amâncio de Vasconcelos, nessa situação, segundo as palavras de Mérian (2013, p. 487):

[...] Amâncio, em razão de sua personalidade e de sua história, está predisposto a tornar-se uma vítima. Jovem provinciano rico, sensual, ávido por conhecer as novidades do mundo, ele se deixa cair na armadilha armada por aqueles que representam “a alma” de *Casa de pensão*: os donos. Amélia, falsa ingênua, converte-se em instrumento dócil de um irmão e de uma cunhada sem escrúpulos, que se conduzem como proxenetas para pôr a mão na fortuna de um provinciano ingênuo.

Aluísio de Azevedo aprofunda-se no histórico de vida dos personagens e nas características particulares que constituem a personalidade de cada morador. O veículo que conduz a formação de cada personagem, no livro, é a perspectiva naturalista, sem deixar de considerar a inspiração do autor no crime ocorrido na cidade do Rio de Janeiro em 1876, denominado “Caso Capistrano”.

O desejo do autor, não era de produzir uma obra romântica, nem um estudo de caso científico, mas, um esboço analítico da vida social carioca, dentro do recinto familiar que a casa de pensão transparecia (MÉRIAN, 2013). Para Aluísio de Azevedo, a família representava integridade, um lar deveria ser composto de amor e carinho. A exposição detalhada de cada atitude, sentimento e ação dos personagens, vinha à propósito da reflexão dos leitores em relação à ideia de moral familiar.

A família burguesa carioca, aparentemente estava completa e realizada. Como foi citado anteriormente, a hipocrisia entre os personagens do livro estava fortemente presente, o que não se distanciava da realidade. Ao narrar as afirmações hipócritas dos personagens, Aluísio intencionava criticar a própria sociedade carioca, que vivia muito de aparências, incluindo o ambiente familiar.

Nesse sentido, vejamos dois exemplos presentes na obra, que contemplam tal afirmativa: “A família de João Coqueiro, [...] levava em si o germe de sua própria decadência. A família Campos estava ameaçada pelo próprio fato da diferença de idade e de temperamento entre os cônjuges.” (MÉRIAN, 2013, p. 490-491).

Seguindo essa perspectiva, agora, sobre a personagem Madame Brizard:

Aluísio Azevedo deixa a Madame Brizard, francesa experiente, o trabalho de tirar lições da situação e filosofar sobre o casamento. Sua concepção utilitarista, materialista, sem ideal, não era a do romancista, mas traduzia a ideia que ele tinha de casamento na burguesia carioca. (MÉRIAN, 2013, p. 491).

Os questionamentos e críticas de Aluísio Azevedo, não se limitaram ao casamento e à organização familiar. Foram mais além, alcançando outros segmentos

da vida social dos brasileiros. Ao descrever o período em que Amâncio de Vasconcelos esteve na província do Maranhão, antes de sua ida ao Rio de Janeiro, Aluísio deixa clara sua crítica ao sistema econômico e social da província. Pode-se conectar às críticas que produziu em *O mulato*, sua primeira publicação de viés naturalista, como elucidado no segundo capítulo.

Com relação à escravidão, Mérian (2013, p. 492) expõe a dualidade dos comportamentos, tanto dos escravizados, como dos indivíduos livres, segundo a vivência de Amâncio:

A ama sífilítica, que é apenas um dos elementos do sistema escravagista, é ao mesmo tempo vítima da sociedade e perigo para essa mesma sociedade. A doença que ela transmite a Amâncio é mais que uma realidade, é um símbolo dos vícios aos quais os homens livres estão expostos desde o berço. Os costumes rudes e a brutalidade dos pais, patriarcas todo-poderosos, são o resultado de seu comportamento em relação aos escravos, tratados como gado. Amâncio, em troca, adota diante do patriarca um comportamento baseado no dos escravos: dissimulação, cálculo, hipocrisia. A libertinagem que exerce junto às mulatas, suas escravas, prefigura a atitude que adotará em relação às mulheres livres do Rio de Janeiro.

A casa de pensão passa por duas etapas. A primeira, foi a fase do ápice, a concorrência em busca de um quarto, a presença de hóspedes ilustres, um local de real badalação e importantes reuniões. A segunda etapa caracteriza-se pela decadência do pensionato. Passam a ocupar os quartos, indivíduos indistintos, diferentes daqueles que outrora estiveram ali, tanto como hóspedes, como a convite.

Pode-se notar, quando Aluísio de Azevedo (1973, p. 280) assim descreve:

Mas o certo é que as obras se fizeram, e a célebre casa de pensão de Mme. Brizard, outrora tão animada e concorrida transformou-se num desses melancólicos sobradões de alugar quarto, que se observam a cada canto do Rio de Janeiro e onde, promiscuamente, se aninha toda a sorte de indivíduo, mas de indivíduos que já foram alguma coisa ou de indivíduos que ainda não são nada.

Aí, as mais belas e atrevidas ilusões vivem paredes-meias com o mais denso e absoluto ceticismo. Velhos boêmios, curtidos no veneno de todos os vícios e no segredo de todas as misérias, encontram-se diariamente, ombro a ombro, com os visionários estudantes de preparatórios.

Aluísio, através das duas fases da pensão, exalta as diferentes possibilidades de comportamento dos proprietários, personagens originários da burguesia, a fim de representarem os reais donos de pensões de família e casas de aluguel de cômodos na cidade do Rio de Janeiro. O que mais desponta, é a exploração através do interesse em algum tipo de ganho, agindo como parasitas (MÉRIAN, 2013).

Pode haver também um certo ressentimento por parte de Aluísio de Azevedo, enquanto esteve hospedado em casas de pensão durante suas estadias em solo

carioca. Assim afirma Mérian (2013, p. 493): “[...] Aluísio, que tinha más lembranças desse gênero de estabelecimento, deixou-se levar por um sentimento de vingança, e certas páginas têm o tom de um acerto de contas.”

Portanto, em suma:

Em *Casa de pensão*, Aluísio Azevedo, partindo de uma ocorrência policial amplamente comentada nos jornais sete anos antes, não se entregou apenas a um estudo dos principais atores. Ele recompôs, a partir de dados concretos e de sua própria experiência do microcosmo das pensões de família, uma história que lhe permitia desnudar certos mecanismos da sociedade carioca. Trata-se ao mesmo tempo de um estudo das mentalidades e de uma crítica da sociedade (MÉRIAN, 2013, p. 496).

Depois de detalhada a casa de pensão em seu contexto interior, juntamente a seus hóspedes, representantes da sociedade carioca, vejamos a conjuntura da casa de pensão no âmbito urbano.

De acordo com Bastos (1998, p. 1) “A geografia, que hoje procura novas alternativas para formas de apreensão do espaço, muito tem a ganhar através da incorporação crítica de discursos como o da literatura [...]”. A autora aborda duas vertentes em sua proposta acerca da representação do espaço geográfico na literatura, em específico nos romances. A primeira consiste na representação espacial através das visões e experiências do autor; e a segunda, comporta a representação espacial que o leitor projeta, a partir do seu próprio saber, e a fusão deste com a exposição do autor (BASTOS, 1998).

Em algumas circunstâncias, durante a leitura de alguma obra literária ou outro segmento neste sentido, acaba se tornando incompreensível a visualização imaginária do que se lê, em detrimento da diferenciação dos períodos de vivência entre autor e leitor. Para o leitor, criar na mente as imagens pertinentes ao que o autor relata na obra, torna-se uma situação de total abstração.

Nesse segmento, as obras urbanas que Aluísio de Azevedo compôs – *Casa de pensão* e *O cortiço* – oferecem ao público leitor uma certa facilidade de compreensão e visualização enquanto as obras são lidas e após o término da leitura. Isso ocorre devido ao elevado nível descritivo (característico da escola realista-naturalista) do espaço em que se desenrolam as narrativas, da estreita semelhança entre o real e descrito, onde o uso “das coisas como são”, também se enquadra na perspectiva naturalista, resultando em uma proximidade do leitor com as cidades, os espaços ali tratados, mesmo em diferentes épocas.

Aluísio de Azevedo detalha, em *Casa de pensão*, a idealização de Amâncio de Vasconcelos ao se referir à Corte e seu desejo de se mudar da província maranhense para lá:

Há muito tempo ardia de impaciência por tal viagem: pensara nisso todos os dias; fizera cálculos, imaginara futuras felicidades. Queria teatros bufos, ceias ruidosas ao lado de francesas, passeios fora de horas, a carro, pelos arrabaldes. Seu espírito, excessivamente romântico, como o de todo maranhense nessas condições, pedia uma grande cidade, velha, cheia de ruas tenebrosas, cheias de mistérios, de hotéis, de casas de jogo, de lugares suspeitos e de mulheres caprichosas [...] (AZEVEDO, 1973, p. 37).

De acordo com o trecho acima citado, é possível comparar essa cidade badalada que Amâncio deseja, à metrópole carioca atualmente. No período de escrita da obra, a cidade do Rio de Janeiro já se configurava como uma grande e expressiva cidade, não à toa, era a capital do Brasil e principal município do país.

Ao que presenciamos hoje, não houve muitas mudanças na perspectiva de importância e “agitação” da cidade carioca. Ela continuou crescendo e aumentando tais características já existentes no século XIX, período em que Aluísio pôde vivenciar o Rio de Janeiro e registrar em suas obras as espacialidades cariocas e seus devidos contextos.

O escritor consome experiências, emoções, linguagem, memória e produz o texto, fruto de um complexo sistema de escolhas determinado por valores que pressupõem uma ideologia que orienta a produção do discurso em dado momento. Portanto, este não é um produto neutro (BASTOS, 1998, p. 3).

Como pôde ser observado nos capítulos anteriores deste trabalho, a crítica aflorada em Aluísio de Azevedo denotando seu afastamento da imparcialidade, tanto em sua vida privada como em suas publicações. Foi o escritor inaugural do período naturalista da literatura brasileira, em acordo à postura crítica que possuía, deixando claro seus desagrados perante os hábitos e costumes sociais que lhe soavam inoportunos.

Dessa forma, nos contempla Bastos (1998, p. 4):

[...] o discurso é sempre parcial, seja ele literário, político, religioso ou científico. Considerando o discurso da literatura uma forma de apreender o real, o romance é, também, um meio de representação do real, no qual os processos de estruturação dos simbólicos estão presentes.

Os autores, a partir do tema que desejam abordar, iniciam a narrativa de maneira a compor a obra a partir das experiências de vida e das características sociais, juntamente ao desenrolar da trama. Esse é um nicho privilegiado que a literatura ocupa, no que se refere à gama de expressões contidas em suas obras sobre

as condições sociais conflituosas, os contextos referentes às diversas culturas... A literatura pode ser um importante “arquivo”, que guarda em si processos históricos e testemunhos de outras épocas.

Bastos (1998, p. 5) explica essa característica:

O romancista posiciona-se frente aos conflitos e às articulações por ele criadas. Ele não é neutro e toma sempre posições diante do temário escolhido e das contradições que ele próprio maneja; sempre está a tomar partido e decidir no jogo dos conflitos ideológicos engendrados por ele próprio. Nisso, estão envolvidos as personagens, as ideologias que aparecem no enunciado e as atitudes do romancista na solução dos conflitos.

Não é de admirar que a posição do romancista no campo da cultura seja elemento fundamental para entender os tipos de conflitos que ele escolhe expressar no universo da narrativa. A partir daí, é preponderante entender a localização do romancista no campo literário e no campo das questões sociais do seu tempo.

Sendo assim, o autor tem uma considerável ferramenta em mãos que, atrelada ao seu posicionamento comprometido em demonstrar as mazelas que ocorrem, resulta em críticas no período presencial à escrita e publicação e, posteriormente, em dados históricos. Ao se ler essas obras, fica a contribuição para melhor visualização e compreensão de como era o espaço, a sociedade e sua interação ali descritos, ou para se fazer comparações entre os tempos remotos e o momento atual.

Aluísio de Azevedo muito contribuiu na questão comparativa, já que suas obras expõem detalhadamente os hábitos e costumes sociais, da mesma maneira que especializa as localidades e localizações da cidade. *Casa de pensão* e *O cortiço* encontram-se nessa afirmativa.

Pode-se pensar comparativamente a cidade do Rio de Janeiro de acordo com o final do século XIX e o presente momento. É possível “visualizar mentalmente” os espaços a partir da leitura de ambas obras, e entender integralmente as cenas através da descrição dos indivíduos e seus respectivos comportamentos. Outro fator é o uso de localizações reais por parte do autor, como por exemplo, o bairro de Botafogo para o cortiço, e a rua do Resende para o pensionato.

A casa de pensão e o cortiço são os principais personagens dos livros a que pertencem. Aluísio evidencia tais locais, trazendo-os ao protagonismo com a intenção de explorar a existência de tais localidades, as quais não eram comumente vistas na literatura. Além disso, havia a descrição dos personagens, cada qual trazendo uma carga crítica próxima da realidade, como os moradores pobres do cortiço e os hóspedes mal-intencionados do pensionato; desta forma, cria-se uma imagem socioespacial.

De acordo com o protagonismo das habitações coletivas e suas respectivas particularidades, Bastos (1998, p. 5) afirma:

É possível portanto, através da literatura, fazer uma leitura geograficamente possível da realidade, a qual não dará conta, jamais, da totalidade, pois a representação – no caso, a literatura – é sempre parcial. Através de uma ousadia nas associações, pode-se, então, aproximar arte e ciência, não perdendo nunca de vista a parcialidade da qual padece qualquer discurso – artístico ou científico.

Partindo da premissa discursiva de Aluísio de Azevedo sobre as espacialidades e localidades urbanas que aborda em suas obras, não se pode desconsiderar o fator das essências presentes nas obras literárias. Além do aspecto “palpável”, visível, existe a essência do que se deseja mostrar. Os lugares descritos por Aluísio possuem essência realista, de modo a naturalizar a vida como é, conseqüentemente, são espaços que abrigam o que seus moradores refletem: a casa de pensão em seu estilo “afrancesado”, cheia de costumes europeus, refletindo o *status* que a burguesia carioca desejava, e, em contrapartida, o cortiço, com seus operários e lavadeiras acostumados com as rodas de samba e o calor incessante devido ao clima da cidade, aspectos característicos do Brasil.

A respeito da casa de pensão, vejamos um trecho que Aluísio de Azevedo descreve como era o salão de visitas:

[...] Mobília antiga, um tanto mesclada; ao centro, grande lustre de cristal, coberto de filó amarelo. Três largas janelas de sacada, guarnecidas de cortinas brancas, davam para a rua; do lado oposto, um enorme espelho de moldura dourada e gasta inclinava-se pomposamente sobre um sofá de molas; em uma das paredes laterais, um detestável retrato a óleo de Mme. Brizard, vinte anos mais moça, olhava sorrindo para um velho piano, que lhe ficava fronteiro; por cima dos consolos vasos bonitos de louça da Índia, cheios de areia até à boca (AZEVEDO, 1973, p. 97).

De acordo com a passagem citada, se pode imaginar como era o recinto da casa de pensão. Contava com objetos decorativos importados e ares de sofisticação. Os hóspedes e proprietários, para acompanhar o meio em que se faziam presentes, usavam da arrogância e do espírito refinado durante as conversas, e disfarçavam possuir um alto nível intelectual. No decorrer do jantar de recepção à Amâncio de Vasconcelos, no pensionato, pode-se observar as duas condutas citadas. A primeira, protagonizada por João Coqueiro, ao se referir aos escritores que principiavam a distinguirem-se na profissão:

Publiquei já alguns [versos] com pseudônimo. Receio a convivência dos literatos que formigam por aí esfarrapados e bêbedos. Não me quero misturar com eles. Faço versos, é verdade, mas tenho a presunção de escrevê-los como devem ser e não acumulando extravagâncias e disparates para armar

efeito! Faço versos, mas não tomo parte nessas panelinhas de elogio mútuo e nesses grupos de imbecis escrevinhadores!
E, com muito azedume, com durezas de inveja principiou a dizer mal dos rapazes que no Rio de Janeiro se tornavam mais conhecidos pelas letras (AZEVEDO, 1973, p. 121).

Agora, com a personagem Lúcia, ainda no jantar oferecido à Amâncio, destaca-se tal diálogo, entre ela, o marido e Amâncio:

- Há em sua província um poeta que eu adoro, - disse ela, - cortando em pedacinhos uma fatia de carne assada que tinha no prato.
- O Franco de Sá? – perguntou o maranhense.
- Não, refiro-me ao Dias Carneiro.
Amâncio sentiu um calafrio percorrer-lhe a espinha. Nunca em sua vida ouvira falar semelhante nome.
- É – disse, entretanto. – É um grande poeta!
- Enorme! Corrigiu Lúcia, levando à boca uma garfada. – Enorme! Conhece aquela poesia dele, o ...
Novo calafrio, desta vez, porém, acompanhado de suores. E não lhe acudia um título para apresentar, um título qualquer, ainda que não fosse verdadeiro.
- Ora, como é mesmo? – insistia a senhora. – Tenho o nome debaixo da língua!
E, voltando com superioridade para o marido:
- Como se chama aquela poesia, que está no álbum de capa escura, escrita a tinta azul? (AZEVEDO, 1973, p. 120-121).

Conforme foi dito, existe a parcela da essência na maneira de representação dos espaços, assim como a parte vivenciada em uma atmosfera particular que se denomina conceitualmente de “lugar”. De acordo com Holzer (1998, p. 43-44) acerca da relação entre essência e vivência, tem-se a seguinte afirmação:

[...] o processo eidético e o processo experimental não estão ligados por relacionamentos de sucessão. As essências só podem ser visadas a partir da experiência do fato, e o fato só pode ser tratado considerando-se a visão das essências. Há um relacionamento dialético entre os processos, ou melhor, holístico.

Através da citação, é possível afirmar a correlação existente entre as duas formas de representação espacial, de acordo com o período em que se faça tal representação. Nesta perspectiva, o potencial compreensivo, ao ler grande parte das obras de Aluísio, sobre os espaços e lugares ali tratados, é expressivo, devido à unificação dos fatores exemplificados, favorecendo a cognição do que se está lendo.

Ainda sobre a afirmação de Holzer (1998), é importante salientar que a contextualização histórica é fundamental, uma vez que o processo de dupla representação (essência e vivência) não se desenvolve progressivamente. Bastos (1998, p. 10) evidencia essa importância:

A representação do espaço geográfico construído pelo romance precisa ser contextualizada historicamente, já que no espaço a ser apreendido o homem somente tem acesso ao real através dos discursos que constroem as noções de realidade, num dado momento. O romance é um objeto capaz de

desvendar articulações ideológicas expressivas do momento histórico por ele retratado e ao mesmo tempo capaz de propiciar uma representação espacial – produto das relações sociais estabelecidas em dado momento.

A cidade do Rio de Janeiro no decorrer do século XIX passa por importantes transformações urbanas, como foi comentado neste trabalho anteriormente. Partindo do princípio que seja indissociável o momento histórico e o que se deseja representar, segue-se a contextualização urbana carioca do período em que Aluísio de Azevedo vivenciou e publicou suas principais obras, a porção final do século XIX e o início do século XX.

As mudanças urbanas acompanham propostas políticas e direcionamentos através das perspectivas sociais e, principalmente, governamentais. A Proclamação da República, por exemplo, foi um acontecimento marcante no que tange às questões de reformas urbanas, uma vez que havia a “necessidade” de abandonar a imagem colonial da cidade do Rio de Janeiro.

Anterior à Proclamação da República, houve outros episódios marcantes que incitaram as modificações urbanas em solo carioca. A vinda da família real ao Brasil pode ser considerado o primeiro fator a causar mudanças expressivas tanto na questão dos costumes sociais, quanto na organização urbana. Outros dois fatos notáveis foram a Independência do Brasil e o período de expansão da produção cafeeira. Havia também, o interesse do Estado, através de capital estrangeiro, na implantação de sistemas de infraestrutura urbana, como linhas férreas e redes de esgoto e gás (ABREU, 2013).

Era uma cidade extremamente escravista, característica que não combinava com o feitiço capitalista que se iniciava. Os conflitos desta relação contraditória surgem ao longo do século, e cessam apenas no início do século seguinte, devido à separação espacial das classes sociais, que antes amontoavam-se no espaço colonial. “Essa separação só foi possível, entretanto, devido à introdução do bonde de burro e do trem a vapor que, a partir de 1870, constituíram-se nos grandes impulsionadores do crescimento físico da cidade.” (ABREU, 2013, p. 36-37).

De acordo com Abreu (2013), a cidade do Rio de Janeiro se desenvolve através da inserção de sistemas de transporte, especialmente os bondes e trens, que passam a atuar na cidade, interligando, a princípio, as freguesias mais povoadas ou de maior relevância e, posteriormente, as freguesias mais afastadas. As linhas férreas também incentivaram o surgimento de novas freguesias nos seus arredores.

Não é do interesse primordial especificar e detalhar as condições urbanas da parcela inicial do século XIX, porém, para se fazer entender os processos que viriam a acontecer, é viável que se faça uma breve explicação de como era o cenário urbano nesse período. Na década de 1820, a cidade consistia basicamente em cinco freguesias: Candelária, São José, Sacramento, Santa Rita e Santana, as quais caracterizam-se urbanas, correspondendo, atualmente, ao espaço da zona portuária e porção central da cidade. As demais freguesias que havia, ocupavam a fração rural.

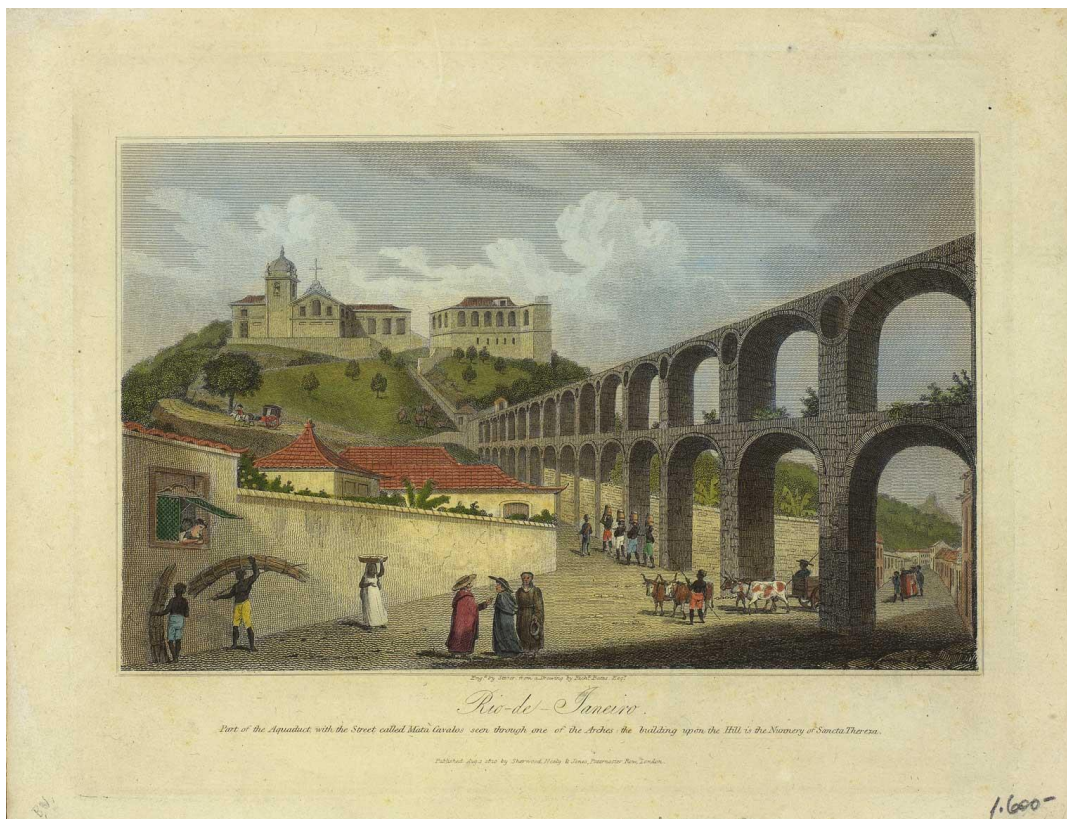


Figura 11 - Nessa gravura de 1820, é possível compreender como se apresentavam as condições urbanas do Rio de Janeiro. Nela, constam o aqueduto da Carioca, a rua de Mata-Cavalos, e ao fundo, o convento de Santa Teresa.

Fonte: http://www.objdigital.bn.brojdigital2acervo_digitaldiv_iconografia/icon280712icon280712.jpg

A porção representada na gravura abriga o que corresponde, atualmente, à uma parte do bairro da Lapa e de Santa Teresa. É no bairro da Lapa que se situa a Rua do Resende, importante localidade para este trabalho, como será demonstrado adiante. A seguinte citação mostra qual era a situação desta rua – e de outras localidades – durante a década de 1820:

Já nesta data podia-se notar, entretanto, uma tênue diferenciação social entre as cinco freguesias urbanas. Abrigando agora o Paço Real, na atual Praça XV, e as repartições mais importantes do Reino, as freguesias da Candelária e São José transformaram-se gradativamente em local de residência preferencial das classes dirigentes, que ocupavam os sobrados das ruas

estreitas da Freguesia da Candelária, ou dirigiam-se às ruas recém-abertas do Pantanal de Pedro Dias (ruas dos Inválidos, do Lavradio, e do Resende, no atual bairro da Lapa). Tinham como opção, também, as chácaras recentemente retalhadas em terras situadas ao sul da cidade (nos atuais bairros da Glória e Catete), seguindo assim os passos da rainha Carlota, que morava em Botafogo (ABREU, 2013, p. 37).

Na citação, fica clara a configuração que se dava ao período em questão. Poderia ser considerada, a cidade do Rio de Janeiro, modesta, no que tange à formação urbana. A rua do Resende, presente na última citação, é o logradouro da casa de pensão de Aluísio de Azevedo. Segue um trecho do livro ilustrando o endereço do pensionato, o qual especifica o momento em que João Coqueiro e madame Brizard se casam e iniciam as obras do pensionato:

Meteram mãos à obra. Coqueiro deixou o emprego, contratou um empreiteiro para restaurar o seu velho prédio da rua do Resende, e a casa de pensão de Mme. Brizard (como teimosamente insistiam em lhe chamar a mulher), surgiu ameaçadora, escancarando para a população do Rio de Janeiro a sua boca de monstro (AZEVEDO, 1973, p. 95).

Dando continuidade ao desenvolvimento urbano da cidade do Rio de Janeiro, de acordo com o poder de mobilidade dos indivíduos, os novos espaços a serem conquistados e a expansão urbana, iam se revelando. A parcela da população que não tinha condições de se transportar de uma freguesia à outra, acumulava-se nas já existentes, como explica Abreu (2013, p. 37):

As demais classes, por outro lado, com reduzido ou nenhum poder de mobilidade, e não podendo ocupar os terrenos situados a oeste da cidade devido à existência das áreas de mangue do Saco de São Diogo (Cidade Nova), adensaram cada vez mais as outras freguesias urbanas, especialmente as de Santa Rita e Santana, dando origem aos atuais bairros da Saúde, Santo Cristo e Gamboa.

Caminhando um pouco no decorrer dos anos, e chegando na metade do século, pode-se considerar o ano de 1850 outro momento de mudanças na paisagem urbana, em constante evolução e expansão. Em 18 de setembro de 1850, o imperador Dom Pedro II assinou a Lei de Terras, por meio da qual o país oficialmente optou por ter a zona rural dividida em latifúndios, e não em pequenas propriedades.

Acentua-se a ocupação das freguesias periféricas, em especial a da Lagoa (atual bairro de Botafogo), e a inclusão de novos terrenos à área urbana. Obras de aterro ao mangue de Saco de São Diogo são intensificadas nesse período, criando um canal de escoamento e o aterro de grande parte da porção alagadiça (Abreu, 2013).

Dessa intervenção, criou-se a Cidade Nova, mesma denominação dada ao bairro, nos dias atuais. A proporção da área corresponde, também, aos bairros de Estácio, Catumbi e o restante do mangue e uma parcela do bairro de Rio Comprido (Abreu, 2013).

Os trabalhos de drenagem do Saco de São Diogo permitiram, por sua vez, a ocupação de grande parte dos terrenos situados no antigo Caminho de Mata Porcos (Estácio), e justificaram a criação da freguesia de Santo Antônio em 1854, desmembrada das de São José, Santana e Sacramento. Essa freguesia tinha jurisdição sobre parte da Lapa e sobre os atuais bairros de Catumbi, Estácio e Santa Teresa, que só a partir da conclusão das obras de drenagem puderam ser efetivamente ocupados, embora já fossem habitados desde o início do século, estando inclusive localizada aí a nova Casa de Detenção, inaugurada em 1840 e no mesmo local até hoje (ABREU, 2013, p. 39)



Figura 12 - Gravura panorâmica de 1852 da cidade do Rio de Janeiro, a partir da vista do morro do Castelo.

Fonte: http://www.objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon17058_3icon17058_3.jpg

Devido à proximidade entre tais bairros e o centro, logo o espaço se encheu de moradores em busca das adjacências do centro urbano, uma vez que tudo era realizado no centro, como as tarefas e atividades referentes aos diversos tipos de trabalhos realizados por toda gente. Ainda era limitado o uso dos transportes públicos, devido ao fator precário, à estratificação social, e à demora nos percursos. O privilégio da mobilidade urbana ainda estava concentrado no atendimento a poucos indivíduos; a imensa classe social baixa movia-se a pé nos trajetos urbanos, por isso, a

importância de se conseguir morar mais próximo possível do movimentado centro (Abreu, 2013).

De acordo com Abreu (2013), pode-se encontrar, na atualidade, construções daquele período que sobreviveram às diversas modificações urbanas. São prédios estreitos e bastante profundos, de maneira a aproveitar o máximo de espaços que era possível, colados uns aos outros, já que se localizavam numa área com nivelamento de solo instável – como também se pode observar nos dias de hoje, ao percorrer os bairros pertencentes ao respectivo perímetro.

O bairro de Santa Teresa é outra localidade urbana citada no livro *Casa de pensão*, o qual é destino de Amâncio de Vasconcelos, sob orientação médica, para a possível cura da doença que o acometia. Segue o trecho do livro referente a essa informação:

A despeito do tratamento, as dores recrudesciam-lhe de vez em quando e assanhavam-lhe a bília. Amâncio principiou a emagrecer, tomado de uma estranha prostração, muito assustadora. O médico aconselhou-o logo a que se mudasse para um arrabalde de bons ares, como Santa Teresa, por exemplo, e esta notícia produziu enormes sobressaltos na família dos locandeiros (AZEVEDO, 1973, p. 216).



Figura 13 - Nesta fotografia é possível visualizar os Arcos da Lapa (antigo Aqueduto da Carioca), e os bairros de Santa Teresa e Glória, ao ano de 1866. O aumento de construções e de moradores já começa a se mostrar nítido nos bairros próximos ao centro.

Fonte: <http://www.brasilianafotografica.bn.gov.br/brasilianahandle20.500.12156.18507>

Em contraste às ocupações humildes que se desenvolviam, havia a procura dos bairros de Botafogo, Glória e Catete para a construção de grandes e luxuosas residências, por parte dos indivíduos abastados financeiramente. Com a alta na produção e exportação do café, vários fazendeiros aplicaram suas rendas na construção de casas na Corte. Um exemplo, é o Palácio do Catete, como é conhecido atualmente, que foi construído em 1862, na intenção de servir como residência urbana aos Barões de Nova Friburgo. Muitas dessas construções da nobreza viriam a desaparecer no século seguinte para dar lugar aos prédios de apartamentos (Abreu, 2013).



Figura 14 - Palácio do Catete entre os anos de 1911-1922, localizado no bairro do Catete. É válido atentar-se aos trilhos dos bondes, que constam na foto. Informação importante que será tratada no decorrer do trabalho.

Fonte: http://www.objdigital.bn.brobdigital2acervo_digitaldiv_iconografiaicon46390icon46390_011.jpg

Houve o calçamento com paralelepípedos, em 1854, na Freguesia da Candelária, local de maior atividade comercial, com bancos, consulados, e outros ramos, e neste mesmo ano, a inauguração da iluminação a gás no centro. No ano de 1862, a região central se beneficia, também, do serviço de esgotos sanitários, tornando-se a quinta cidade do mundo a possuir tal condição (Abreu, 2013).

Contraditoriamente a essas modernidades que o centro recebia, havia a presença das camadas sociais mais miseráveis, que ainda residiam naquela região:

Estas, sem nenhum poder de mobilidade, dependiam de uma localização central, ou periférica ao centro, para sobreviver. Com efeito, para muitos, livres ou escravos, a procura de trabalho era diária, e este era apenas encontrado na área central.

A solução era então o cortiço, habitação coletiva e insalubre e palco de atuação preferencial das epidemias de febre amarela, que passam a grassar quase que anualmente na cidade a partir de 1850 (ABREU, 2013, p. 42).

Através dos dados de Abreu (2013, p. 43), no ano de 1870, a população total das freguesias urbanas era de 191.002 habitantes; em 1868, havia 21.929 pessoas morando em cortiços dessas freguesias. Um número expressivo se comparado com a população absoluta.

Inevitavelmente, faz-se alusão ao livro *O cortiço* de Aluísio de Azevedo, uma de suas principais obras, se não for a principal, em termos de conhecimento do público desde o período de publicação. O cortiço do livro, chamado São Romão, aludindo ao nome do proprietário, João Romão, encontra-se localizado no bairro de Botafogo. A obra publicada em 1890 traz ao domínio de quem o lesse como era o cotidiano em um cortiço e como agiam seus moradores. Aluísio deseja mostrar que, tanto a construção, como os residentes, faziam parte do Rio de Janeiro, compondo aquela cidade que se desenvolvia rapidamente.

A teoria que regia Aluísio de Azevedo e suas obras era o Naturalismo, como já mencionado, pela qual as atitudes dos personagens eram baseadas e influenciadas a partir do meio em que estivessem inseridas – determinismo. De acordo com Bastos (1998, p. 12):

No Brasil, observação, documentação e análise estão presentes em obras como, por exemplo, as de Aluísio de Azevedo. Imagens várias da cidade do Rio de Janeiro aparecem em sua obra (sendo casos bastante citados os dos romances *Casa de pensão* e *O cortiço*), quase a estabelecer um contraponto da disputa entre dois pólos: personagem e espaço. O romance realista, naturalista ou neonaturalista é na verdade exímio em oferecer pistas colaterais ou intrínsecas referentes ao espaço, que nos permitem acompanhar a trajetória romanesca e dos personagens de forma a não prestar atenção exclusiva à ação.

De acordo com a afirmativa da autora, o romance como foco principal deste capítulo – *Casa de pensão* – e, conseqüentemente *O cortiço*, indispensável em determinados momentos dos desdobramentos urbanos da cidade carioca, são capazes de oferecer bases ao que se deseja apreender, em especial, se conjugado à Geografia.

A ampliação de linhas de trens e bondes traz, efetivamente, o desenvolvimento da rede urbana da cidade do Rio de Janeiro, mesmo que de maneira distinta de acordo com as regiões às quais esse desenvolvimento mais abarcou. A Estrada de Ferro Dom Pedro II (Central do Brasil, atualmente), permitiu, a partir de 1861, que as freguesias que adornavam a estrada de ferro pudessem ser ocupadas (Abreu, 2013).

Em relação à Estrada de Ferro Dom Pedro II, há um momento em que, no livro *Casa de pensão*, João Coqueiro trabalha na ferrovia, antes de reabrir o pensionato e se tornar proprietário deste. A seguir, o trecho que narra essa passagem no livro:

João Coqueiro estava então no segundo ano da Politécnica; Amélia a fazer-se mulher por aqueles dias; parentes – não os tinham... capitais – ainda menos... Como, pois, sustentar a casa de pensão?... Oh! Era preciso despedir os hóspedes, alugar o prédio, abandonar os estudos e obter um emprego. Arranjou-o de fato – na estrada de ferro de Pedro II (AZEVEDO, 1973, p. 91).



Figura 15 - Nessa gravura datada de 1858, é possível identificar a inauguração da Estrada de Ferro Pedro II.

Fonte: http://www.objdigital.bn.brobdigital2acervo_digitaldiv_iconografiaicon1463230ico



Figura 16 - Trilhos da Estrada de Ferro Pedro II na Quinta da Boa Vista, entre os anos de 1878-1889.
Fonte: http://www.objdigital.bn.brobjectdigital2acervo_digitaldiv_iconografiaicon821972icon82



Figura 17 - Trilhos da Estrada de Ferro Pedro II na Quinta da Boa Vista, entre os anos de 1878-1889.
Fonte: http://www.objdigital.bn.brobjectdigital2acervo_digitaldiv_iconografiaicon821971icon8219



Figura 18 - Estação do Campo d'Acclamação. Registro de 1881.

Fonte: http://www.objdigital.bn.br/acervo_digitaldiv_iconografia/icon381909/icon381909_03.jpg



Figura 19 - Estação do Campo d'Acclamação entre os anos de 1911-1920.

Fonte: http://www.objdigital.bn.br/brobjectdigital2/acervo_digitaldiv_iconografia/icon46391/icon46391_18.jpg

Em comparação à fotografia anterior, pode-se observar a ampliação do prédio nas porções laterais da construção, já denotando a necessidade de expansão, de acordo com o desenvolvimento urbano. O fluxo de pessoas na frente da estação também aponta para o crescimento no número de usuários, em comparação à imagem anterior. Este processo será melhor explicado na sequência.

A Estação do Campo, localizada no Campo d'Aclamação (atual Praça da República, ou Campo de Santana), era a principal estação da Estrada de Ferro Pedro II, devido ao fato de ter sido o primeiro prédio construído para tal, e por beneficiar a porção central da cidade. Posteriormente, na primeira metade do século XX, a estação é reformada, até que perpassa pelo processo de demolição, dando lugar a uma construção modernizada. No final da segunda metade do século, recebe o mesmo nome da estrada: Central do Brasil, já com nova configuração arquitetônica, a qual encontramos atualmente.

Os trens passaram a atender as localidades ainda com fraca adesão à cidade, beneficiando as pessoas que tinham condições de morar longe do centro, mas que não conseguiam comprar terrenos em áreas já bastante valorizadas, como o bairro da Glória, Botafogo ou Tijuca. Os bondes destinaram-se aos indivíduos que tinham posses e conseguiam arcar com as despesas dos lotes caros dos bairros citados, mas que não haviam deixado a zona central por conta justamente dos transportes precários, lentos e irregulares (Abreu, 2013).

Bondes e trens possibilitaram, assim, a expansão da cidade e permitiram a solidificação de uma dicotomia núcleo-periferia que já se esboçava, [...] antes de 1870.

Esta é a época [virada do século] em que as necessidades crescentes de concentração e acumulação do capital passarão a requerer, mais do que a incorporação de novos sítios à área urbanizada, uma modificação drástica da forma-aparência (e também da forma-conteúdo) dos locais de decisão política e econômica da cidade e do país, ou seja, das antigas freguesias centrais (ABREU, 2013, p. 44).

Mesmo com o passar dos anos e as modificações no cenário urbano carioca, a camada social baixa que residia no centro ainda se mantinha naquela localidade devido ao mesmo fator: a proximidade de suas residências aos locais de trabalho, de acordo com as atividades remuneradas que iam conseguindo. “Em toda a área central podiam ser encontrados os empregos sem lugar fixo, isto é, aqueles referentes aos mais variados tipos de prestação de serviços.” (ABREU, 2013, p. 49). O número de moradores nas freguesias centrais aumentava com o passar do tempo, adensando os



Figura 21 - Imagem do cortiço Cabeça de Porco, datada de 1880.

Fonte: <https://www.museudoamanha.org.br/pt-br/cabeca-de-porco-o-maior-cortico-da-historia-do-rio>

O cortiço Cabeça de Porco, além de ter sido desapropriado de maneira arbitrária e autoritária, ocorreu sem que os moradores fossem avisados e tivessem chance de recolher seus pertences para levá-los ao destino que ainda haviam de encontrar. A justificativa para tal foi a necessidade da construção de um túnel no local do cortiço, para ligar a zona portuária à estação Central do Brasil. A demolição da estalagem começou em 1893, porém, as obras do túnel só iniciaram-se em 1919, vindo a serem concluídas em 1921.

Para entender o processo de estratificação social, outro ponto deve ser considerado: os trens e seus percursos. As freguesias exclusivamente rurais, foram os destinos de passagem dos trens, o que aumentou significativamente a rápida transformação dessas freguesias. A linha de subúrbios que havia, incentivou a ocupação do trecho intermediário entre a estação Cascadura e o centro. Esse fato incentivou a criação de duas novas estações, uma vez que, as olarias, curtumes e frações rurais deste espaço transformaram-se em vilarejos, onde os moradores se sentiam atraídos pelo baixo custo das moradias.

Ao ano de 1890, a linha de Cascadura contava com doze estações para atender à demanda que ali se instaurava. Riachuelo e Todos os Santos foram as primeiras, e ao final do século, inaugurou-se as estações de Engenho de Dentro, Piedade, Rocha, Derby Club, Sampaio, Quintino, Méier, Mangueira, Encantado e Madureira. (Abreu, 2013).

O processo de ocupação dos subúrbios tomou, a princípio, uma forma tipicamente linear, localizando-se as casas ao longo da ferrovia e, com maior concentração, em torno das estações. Aos poucos, entretanto, ruas secundárias, perpendiculares à via férrea, foram sendo abertas pelos proprietários de terras ou por pequenas companhias loteadoras, dando início assim a um processo de crescimento radial, que se intensificaria cada vez mais com o passar dos anos. (ABREU, 2013, p. 50).

Houve também, em se tratando da expansão suburbana da cidade, o desenvolvimento de outros núcleos de povoamento, em várias direções a partir do centro da cidade, através da criação de outras estradas de ferro para que os trens fizessem a ligação entre os povoados no entorno das estações - que futuramente viriam a se tornar bairros - e a zona central.

Com o início da expansão industrial, o final do século XIX foi um período em que as fábricas na cidade do Rio de Janeiro se multiplicaram. Por outro lado, a atividade cafeeira na província estava em declínio, devido à extinção do sistema escravista. Juntamente a esses fatores, no mesmo período, houve a chegada de imigrantes estrangeiros, vindo a contribuir para o crescimento populacional e consequentemente, com a superlotação das habitações populares.

O Estado brasileiro, então, intervém nesta condição que se formava, e incentiva, em 1882, as indústrias, através da isenção de impostos, a construir casas populares aos operários, de maneira a atender às expectativas higiênicas e formar moradias salubres, evitando a proliferação de doenças, como a febre amarela, que assolava a cidade.



Figura 22 - Ao ano de 1880, esta é a vista panorâmica da cidade do Rio de Janeiro, a partir do Corcovado. Nota-se as freguesias urbanas em crescente expansão, desenvolvendo a cidade.

Fonte: <https://www.brasilianafotografica.bn.gov.br/brasilianahandle20.500.12156.18349>

Na década de 90 do século XIX, houve a inauguração de cinco vilas operárias nas proximidades do centro e em bairros operários, pela Companhia de Saneamento do Rio de Janeiro, que se beneficiou de outro programa de isenção de impostos por parte do Estado; além da isenção, propôs a concessão de terrenos e edifícios à indústria que realizasse a construção de casas populares edificadas. Dessa forma, fica a cargo das empresas realizar programas de amparo à população necessitada, os quais deveriam ser encargos do Estado. (Abreu, 2013).

Essas medidas, no entanto, não foram suficientes para esgotar os cortiços existentes, principalmente no centro, que abrigava a maior parte das pessoas pobres da cidade. Porém, através da “guerra aos cortiços” provocada pela prefeitura carioca, esta situação mudaria, a partir do início do século XX. Ideologicamente, o poder público já tinha os planos de como iria transformar a cidade:

As áreas abertas pela ferrovia deveriam se destinar aos mais pobres, que para lá já se deslocavam voluntária ou involuntariamente (guerra aos cortiços empreendida pelo Governo Municipal). Trem, subúrbio e população de baixa renda passavam a ser sinônimos aos quais se contrapunha a associação bonde/zona sul/estilo de vida “moderno”. (ABREU, 2013, p. 57).

Seguem-se duas fotografias de bondes, para demonstrar como eram esses tipos de meio de transporte, tomados como exemplo de modernidade. A primeira imagem refere-se a um bonde movimentado por burros, e a segunda a um bonde elétrico. Ambas correspondem ao período aproximado ao mandato do prefeito Francisco Pereira Passos, o qual será explicado em consequente às fotografias.



Figura 23 - Bondes transportando pessoas na Rua do Passeio, centro da cidade do Rio de Janeiro, em 1905, durante o mandato de Pereira Passos. Registro de Augusto Malta.
Fonte: http://www.objdigital.bn.brobjectdigital2acervo_digitaldiv_iconografiaicon1310862icon1310862.jpg

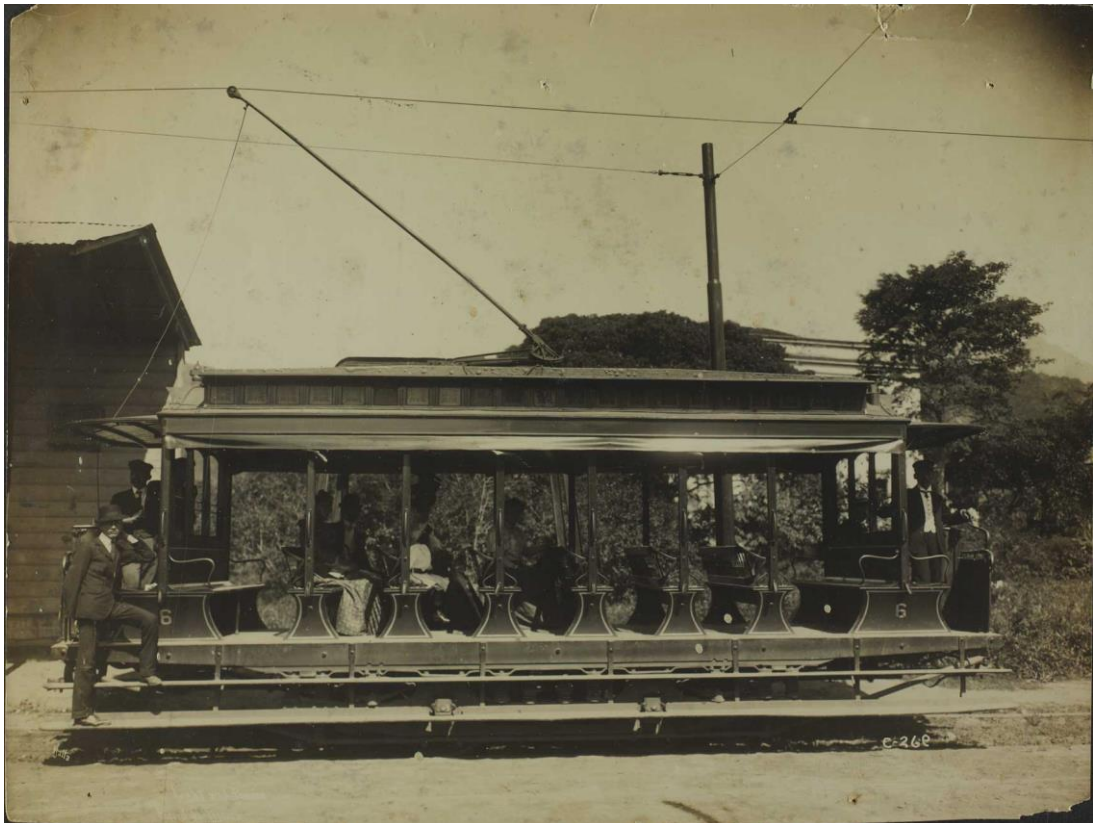


Figura 24 - Fotografia de um vagão de bonde elétrico, datada de 1907. Capturada por Augusto Malta. Fonte: http://www.objdigital.bn.brobdigital2acervo_digitaldiv_iconografia/icon1512914/icon1512914.jpg

O prefeito que efetivamente executou profunda transformação urbana foi Francisco Pereira Passos, ao longo do seu mandato de quatro anos (entre 1902-1906), quando reformou espaços da cidade, os quais já havia a pretensão de serem modificados. De acordo com Abreu (2013), Passos era um dos integrantes da Comissão de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro, plano que não havia sido implementado desde sua criação.

Como dito anteriormente acerca da reforma urbana de Passos, intencionava-se, de imediato, modernizar a zona portuária (que ficou a cargo do governo federal), para “agilizar todo o processo de importação/exportação de mercadorias, que ainda apresentava características coloniais.” (ABREU, 2013, p. 60). Além disso, a imagem de uma cidade suja, pestilenta e de más condições de vida ainda permanecia, a qual foi, além da modernização portuária, o foco, tanto do prefeito em exercício, como do poder público na esfera federal.



Figura 25 - A fotografia de Marc Ferrez referencia-se ao porto do Rio de Janeiro, em 1885.
 Fonte: <https://www.brasilianafotografica.bn.gov.br/brasilianahandle20.500.12156.17720>



Figura 26 - Esta outra fotografia de Marc Ferrez, consta ao ano de 1895, dez anos depois da fotografia anterior, e, também refere-se à zona portuária da cidade do Rio de Janeiro.
 Fonte: <https://www.brasilianafotografica.bn.gov.br/brasilianahandle20.500.12156.11885>

Na definição de Abreu (2013, p. 60):

Era preciso, também, criar uma nova capital, um espaço que simbolizasse concretamente a importância do país como principal produtor de café do mundo, que expressasse os valores *modi vivendi* cosmopolitas e modernos das elites econômica e política nacionais. [...] a importância cada vez maior da cidade no contexto internacional não condizia com a existência de uma

área central ainda com características coloniais, com ruas estreitas e sombrias, e onde se misturavam as sedes dos poderes político e econômico com carroças, animais e cortiços. Não condiziam, também, com a ausência de obras suntuosas, que proporcionavam “status” às rivais platinas. Era preciso acabar com a noção de que o Rio era sinônimo de febre amarela e de condições anti-higiênicas, e transformá-lo num verdadeiro símbolo do “novo Brasil”.

As primeiras obras a se realizarem e modificarem o espaço urbano foram os alargamentos das ruas e avenidas. Várias casas foram desapropriadas e demolidas, dentre as quais, inúmeras moradias dos indivíduos pobres. “Iniciava-se, assim, com impetuosidade, o processo de renovação urbana das freguesias centrais, que viria a atingir principalmente os bairros operários.” (ABREU, 2013, p. 60).

As imagens a seguir ilustram como eram as habitações populares do período aproximado ao que se refere o respectivo trabalho, sobre a urbanização da cidade do Rio de Janeiro, e parte de suas transformações. São fotografias que demonstram a modelagem do interior e dos fundos de estalagens, que correspondem ao que significam os cortiços, sinônimos desses tipos de moradias coletivas.



Figura 27 - Estalagem na Rua do Senado, localizada no centro do Rio de Janeiro. Sem data definida.
Fonte: <https://www.ifch.unicamp.br/ceculmapascorticoscortimagens1.html>



Figura 28 - Outra foto retratando uma grande estalagem no Rio de Janeiro. Sem data definida.
Fonte: <https://www.ifch.unicamp.br/cecultmapascorticoscortimagens1.html>



Figura 29 - Casas ao fundo da estalagem da Rua do Senado, centro da cidade do Rio de Janeiro.
Sem data definida.
Fonte: <https://www.ifch.unicamp.br/cecultmapascorticoscortimagens1.html>

Nesse processo, a prefeitura acabou desabitando mais prédios do que o necessário para a execução das obras de alargamento das ruas. Isso se deu, segundo Abreu (2013), para que a prefeitura pudesse recuperar parte dos valores investidos na reforma, através da venda de terrenos – onde se localizavam as casas desapropriadas – agora valorizados devido à modernização.



Figura 30 - Demolições na Rua Sergipe – Bairro Maracanã.

Fonte: http://www.objdigital.bn.brobdigital2acervo_digitaldiv_iconografia/icon404110icon1329322.jpg

Embora a fotografia de Augusto Malta não seja referente ao período do mandato de Pereira Passos, já que aparenta ter sido registrada em 1922, é possível entender como funcionavam as demolições das casas e o alargamento das ruas. Na calçada à esquerda, estão materiais que foram retirados da via ou irão servir para o calçamento da rua após alargá-la; e o terreno, ao lado da igreja, com a construção que havia, ao chão. Do lado direito da rua, pode-se ver as obras de alargamento, encurtando a largura da calçada para que a via fique maior.

Além dos alargamentos de ruas e avenidas, Passos revitalizou jardins, calçou ruas com pavimento asfáltico (até então nunca utilizado em cidades brasileiras), ruas

de bairros elitizados e do centro receberam arborização, pavilhões arquitetônicos foram construídos em pontos da cidade, como Botafogo, e foram construídas as avenidas Beira-Mar e Ligação, afim de ampliar e qualificar o acesso à zona sul. Mesmo fora da zona sul, o Teatro Municipal, no centro da cidade, fez parte do processo de embelezamento da cidade.

Alguns desses processos podem ser vistos nas fotografias na sequência:



Figura 31 - Avenida Beira-Mar em Botafogo, ladeada por jardins e arborização, em 1907, como parte da execução dos processos estéticos da cidade.

Fonte: http://www.objdigital.bn.brobjectdigital2acervo_digitaldiv_iconografiaicon1361628icon1361628.jpg



Figura 32 - Construção da Avenida Beira-Mar, em 1906.

Fonte: http://www.objdigital.bn.brobjectdigital2acervo_digitaldiv_iconografiaicon1355768icon1355768.jpg



Figura 33 - Tomada panorâmica da Avenida Beira-Mar em 1908, por Augusto Malta. Nota-se o canteiro central adornado pela arborização.

Fonte: httpobjdigital.bn.brobjdigital2acervo_digitaldiv_iconografiaicon1355772icon1355772.jpg



Figura 34 - Teatro Municipal à esquerda, e Escola de Belas Artes, à direita da fotografia, com a vasta presença de árvores e jardins à frente do teatro. Marc Ferrez, 1910.

Fonte: <httpsbrasilianafotografica.bn.gov.brbrasilianahandle20.500.12156.12586>



Figura 35 - Teatro Municipal em 1912. Marc Ferrez.

Fonte: <https://www.brasilianafotografica.bn.gov.br/brasilianahandle20.500.12156.15340>

Atualmente, o recinto da Escola de Belas Arte, abriga o Museu Nacional de Belas Artes, concentrando o maior acervo de obras de arte do século XIX. Ao lado do prédio do museu, posicionada na diagonal do Teatro Municipal, situa-se a Biblioteca Nacional, construção existente até os dias atuais, exercendo o mesmo papel a que foi designada no início do século XX. Estes três prédios resistiram às reformas urbanas que foram executadas ao longo do século XX, e ainda fazem parte da paisagem urbana da porção central do Rio de Janeiro, especificamente na Cinelândia.



Figura 36 - Fachada e pequena lateral da Biblioteca Nacional. Marc Ferrez, 1910.
Fonte: <https://www.brasilianafotografica.bn.gov.br/brasilianahandle20.500.12156.17208>

Como foi dito anteriormente, compuseram parte do processo de modernização urbana as grandes exposições nacionais e internacionais, as quais constituíam-se dos pavilhões arquitetônicos, para mostras de estilos, construções e demais segmentos da arquitetura. Houve, em 1908, a Exposição Nacional, comemorativa ao Centenário da abertura dos portos do Brasil. As três fotografias que seguem, de Augusto Malta, retratam os pavilhões, palácios e construções que a compunham.



Figura 37 - Exposição Nacional de 1908, com destaque ao Palácio do Distrito Federal, à esquerda.
Fonte: http://www.objdigital.bn.brobdigital2acervo_digitaldiv_iconografia/icon1355816/icon1355816.jpg



Figura 38 - Exposição Nacional de 1908, e transeuntes explorando os pavilhões.

Fonte:

http://www.objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon1355812/icon1355812.jpg



Figura 39 - Vista panorâmica da exposição, realizada na Praia Vermelha e bairro da Urca, em 1908.

Fonte:

http://www.objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon1355807/icon1355807.jpg



Figura 40 - Outro ângulo, com vista oblíqua, tomada de maneira geral da Exposição Nacional de 1908.

Fonte: http://www.objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon1355817/icon1355817.jpg

A zona sul recebia atenção privilegiada do poder público, uma vez que caminhava seu desenvolvimento, apoiado na elite populacional. Vizinho aos bairros elitizados, havia Copacabana, bairro até então com pouco, ou praticamente nenhum desenvolvimento urbano, integrado à cidade através dos custeios realizados pelo poder público. O ligamento do bairro de Copacabana aos demais foi realizado por meio do túnel do Leme e da construção da Avenida Atlântica. Para se ter uma noção,

a imagem 41, na sequência, representa o espaço referente à esse bairro em 1895, e a seguinte, já no século XX, a partir do Hotel Copacabana Palace.



Figura 41 - Fotografia de Augusto Malta.

Fonte: http://www.objdigital.bn.brobjectdigital2acervo_digitaldiv_iconografiaicon1330145icon1330145.jpg



Figura 42 - Fotografia tomada do pátio do Hotel Copacabana Palace, contemplando a Avenida Atlântica, os banhistas na faixa de areia e a praia. Registro de Augusto Malta.

Fonte: http://www.objdigital.bn.brobjectdigital2acervo_digitaldiv_iconografiaicon1330146icon1330146.jpg

Com a finalidade de melhorar a higiene do espaço, Passos canalizou rios que cortavam os bairros elitizados, como Laranjeiras, Flamengo, Botafogo e Tijuca, sendo o Rio Carioca um deles; saneou parte da Lagoa Rodrigo de Freitas e determinou a remoção do lixo urbano para a Ilha de Sapucaia. Removeu quiosques da cidade, proibiu a venda de mercadorias pelas ruas - extinguindo a renda de vários indivíduos -, a perambulação de mendigos, e demoliu mais uma série de cortiços. (Abreu, 2013).



Figura 43 - Fotografia de 1906 de um quiosque ao chão, de Augusto Malta.

Fonte: http://www.objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon848756/icon848756.jpg

Para Abreu (2013, p. 63) a reforma Passos representou:

[...] um exemplo típico de como novos monumentos de organização social determinam novas funções à cidade, muitas das quais só podem vir a ser exercidas mediante a eliminação de formas antigas e contraditórias ao novo movimento. Em segundo lugar, representa também o primeiro exemplo de intervenção estatal maciça sobre o urbano, reorganizado agora sob novas bases econômicas e ideológicas, que não mais condiziam com a presença de pobres na área mais valorizada da cidade.

Depois de ter suas residências destruídas, grande parte da população que, anteriormente, morava na porção central da cidade, segue à procura de novas opções de moradias, como o subúrbio e os morros do centro da cidade, até então, com poucos

sinais de ocupação, já que as moradias construídas pelo Estado, não atendiam a toda demanda de expropriados que se fazia necessária.

Há de se levar em consideração, também, que o problema das moradias não atingia apenas a população desabitada; havia os indivíduos que chegavam à procura de emprego na construção civil e que, atraídos pelo desenvolvimento industrial, abandonavam a zona rural (Abreu, 2013).

O período Passos representou para a cidade do Rio de Janeiro, de acordo com Abreu (2013, p. 67):

[...] a superação efetiva da forma e das contradições da cidade colonial-escravista, e o início de sua transformação em espaço adequado às exigências do Modo de Produção Capitalista. Neste movimento de transição o papel do Estado foi fundamental, tanto no que diz respeito à sua intervenção direta sobre o urbano, como no que toca ao incentivo dado à reprodução de diversas unidades do capital. Dialeticamente, o período Passos representa também a etapa inicial de desenvolvimento de novas e importantes contradições – agora de base totalmente capitalista – que marcarão profundamente a evolução da cidade no século XX.

Uma das principais heranças deixadas pelas reformas urbanas – não só a de Pereira Passos – da cidade do Rio de Janeiro, foi o processo de favelização, marcando uma das contradições citadas. De acordo com Abreu (2014), habitações populares em morros já estariam presentes antes mesmo das reformas urbanas, já no decorrer do século XIX. Porém, tais barracos representavam “uma exceção à regra da habitação popular, que era o cortiço. Ademais, nunca formavam esses barracões qualquer aglomeração de vulto.” (ABREU, 2014, p. 434).

Após a demolição do suntuoso cortiço Cabeça de Porco, já citada neste capítulo, ocorre a migração massiva de seus residentes ao morro da Providência, em busca de um novo local para se instalarem, mesmo que de maneira irregular. Essa migração se deu pelo motivo de o cortiço localizar-se ao “pé” de tal morro, proporcionando aos desalojados, a desnecessidade de mobilidade urbana na busca por um novo espaço habitacional, bem como a continuidade das atividades costumeiras desta população naquele recinto.

A partir de 1910, impulsionado pelas reformas urbanas, é que o processo de favelização se consolida, podendo ser observado em diversos pontos da cidade, e também na sua porção central (Abreu, 2014). Mesmo a contra gosto do poder público e das elites, tão renegada e repelida, as habitações e populações humildes acabam inevitavelmente marcando presença no espaço central da cidade, redefinido

arquitetonicamente para apresentar ao mundo uma capital federal moderna e elitizada. Sobre esse fato, Abreu (2014, p. 432) comenta:

Terminada a reforma, entretanto, os jornais dão-se conta que a nova fisionomia do Rio não se resumia apenas às amplas avenidas que surgiram ou aos novos edifícios, em estilo eclético, que agora embelezam a área central. Não muito longe desses “símbolos do progresso”, uma quantidade apreciável de barracos, verdadeiras negações da modernização urbana, também havia se incorporado à paisagem da cidade.

Se em outros territórios do mundo o passado caminhou juntamente ao presente e ao ideal de futuro em uma determinada sociedade, não foi assim que se sucedeu no Brasil. Para que houvesse êxito nas ideias modernizadoras, o passado deveria ser superado e rejeitado, possibilitando, assim, a esperança num futuro melhor (Abreu, 2014). “Olhou-se para o passado apenas para cimentar a identidade nacional, que estava então sendo forjada.” (ABREU, 2014, p. 31).

Foi através dessa esperança que as reformas urbanas ocorreram de modo exitoso e radical, já que possuíam o caráter de viabilizar o futuro próspero que se esperava instalar:

[...]essas reformas tiveram grande acolhida entre as elites modernizadoras do país, que jamais hesitaram em enfrentar qualquer apego a antigos valores, a antigas “usanças” urbanas, taxando sempre esse comportamento como um indicador de conservadorismo, de atraso de subdesenvolvimento (ABREU, 2014, p. 32).

Nem mesmo o berço histórico da cidade foi poupado de ser apagado da paisagem urbana (Abreu, 2014). Arrasado em 1922, o Morro do Castelo foi excluído para dar lugar aos novos projetos arquitetônicos e espetaculosos do centro da cidade. Nele, havia ruínas construídas no período da fundação da cidade, no século XVI, como fortalezas, a primeira fonte de água encanada, as construções destinadas aos jesuítas, entre outras.



Figura 44 - Forte no Morro do Castelo. Fotografia de Augusto Malta, datada de 1914.
Fonte: http://www.objdigital.bn.brobdigital2acervo_digitaldiv_iconografia/icon1402151/icon1402151.jpg

O Morro do Castelo foi ocupado no decorrer dos anos, em especial por operários e lavadeiras, e abrigava, no século XIX, uma gama de pessoas que habitavam casarões antigos e cortiços, como o Chácara da Floresta, um dos maiores cortiços da cidade; tais habitações incomodaram no planejamento de revitalização central da cidade, levando ao desmonte do morro, e consequentemente, seu arrasamento, sem deixar vestígios do que um dia ali existiu.



Figura 45 - Fotografia de parte do Morro do Castelo. Pode-se observar as estalagens e os pátios utilizados pelas lavadeiras para lavagem e secagem das roupas, penduradas em varais desde o topo da imagem até em baixo. Augusto Malta, 1921.

Fonte:

http://www.objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon1402144/icon1402144.jpg



Figura 46 - Parte do cortiço Chácara da Floresta, à esquerda da fotografia, no Morro do Castelo, em 1921. Augusto Malta.

Fonte: http://www.objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon1402181/icon1402181.jpg

Atualmente, uma das áreas que compreende uma parte do espaço ocupado pelo morro é a Cinelândia e suas edificações já citadas anteriormente – Teatro Municipal, Biblioteca Nacional, Museu Nacional de Belas Artes – que fizeram parte do embelezamento urbano do centro. A ladeira da Misericórdia, principal acesso ao morro, e primeira rua da cidade do Rio de Janeiro, com o devido calçamento, é a única testemunha ainda existente que fazia parte do Morro do Castelo.



Figura 47 - À esquerda da fotografia, encontra-se o Morro do Castelo, e à direita, um trecho da Avenida Central (atual Avenida Rio Branco), já com a presença de edificações modernizadas. Augusto Malta, 1906.

Fonte: http://www.objdigital.bn.brobjectdigital2acervo_digitaldiv_iconografia/icon1397350/icon1397350.jpg



Figura 48 - Ladeira da Misericórdia, à direita da fotografia. Um dos principais acessos ao Morro do Castelo, e primeira rua da cidade do Rio de Janeiro. Fotografia de Augusto Malta, registrada em 1922.

Fonte:

http://www.objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon1402127/icon1402127.jpg



Figura 49 - Desmonte do Morro do Castelo em 1922. Fotografia de Augusto Malta.

Fonte: http://www.objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon1402178/icon1402178.jpg



Figura 50 - Desmonte do Morro do Castelo com algumas ruínas das construções existentes.

Fotografia de Augusto Malta, 1922.

Fonte: http://www.objdigital.bn.brobdigital2acervo_digitaldiv_iconografiaicon1402182icon1402182.jpg

Outro acontecimento interessante relacionado à história do morro é a lenda de que os jesuítas haviam deixado um tesouro escondido nas galerias escavadas no interior do morro, fato abordado por grandes nomes da literatura nacional, como Machado de Assis, Joaquim Manuel de Macedo e Lima Barreto, em obras produzidas com este conteúdo. Durante a demolição, constatou-se que as galerias realmente existiram, mas não houve indícios da presença do tesouro.

Considerando as modificações demonstradas até aqui, referentes ao espaço urbano da cidade do Rio de Janeiro e suas contradições, tendo em conta as expectativas do poder público, da elite, das classes mais baixas da sociedade, foi possível perceber o quanto a cidade está em movimento, e muda suas características de acordo com as atividades sendo realizadas, em prol de algo e/ou alguém.

De acordo com tais “movimentações” urbanas e seus fatores de incentivo, Milton Santos esclarece que existem condições para que ocorram, estando diretamente ligadas ao pretexto de interesse da sociedade, em um determinado momento e período específicos. Santos (2014, p. 31), define:

Quando nos referimos, por exemplo, àquela casa ou àquele edifício, àquele loteamento, àquele bairro, são todos dados concretos – concretos por sua existência -, mas, na verdade, todos são abstrações, se não buscarmos compreender o seu valor atual em função das condições atuais da sociedade. Casa, edifício, loteamento, bairro, estão sempre mudando de valor relativo dentro da área onde se situam, mudança que não é homogênea para todos, cuja explicação se encontra fora de cada um desses objetos e só pode ser encontrada na totalidade de relações que comandam uma área bem mais vasta.

Ainda hoje, na atualidade, encontram-se contradições espaciais na cidade. Para Serpa (2019, p. 68), o espaço público é formado pela “[...] justaposição de espaços territorializados; ele não é compartilhado, mas, sobretudo, dividido entre os diferentes grupos e agentes.” Para o autor, a acessibilidade aos locais públicos da cidade ocorre de maneira limitada e controlada simbolicamente.

Conforme o que foi apresentado até então sobre as modificações espaciais e urbanas da cidade do Rio de Janeiro e os motivos que levaram a essas mudanças no final do século XIX e início do século XX, ficam implícitas as diferentes configurações da composição urbana carioca, de acordo com o que se desejava para uma determinada localidade, como, por exemplo, a região central, que foi modificada significativamente.

Para ilustrar as localidades abordadas nesta pesquisa, foram utilizadas fotografias próximas ao ano ou evento que se pretendeu aludir, na intenção de auxiliar na formação mental dos lugares descritos. Gomes (2017) traz em seu livro *Quadros geográficos: uma forma de ver, uma forma de pensar*, o uso de fotografias em um livro, a fim de dar aporte ao texto. O livro *Tableau de la Géographie de la France* (Quadros da Geografia da França), escrito por Vidal de La Blache, recebeu em sua segunda edição (1908), fotografias, que, segundo o autor, “se destinavam a dar “ ‘precisão”, a “controlar” e a “complementar” o texto.” (GOMES, 2017, p. 109).

Para Gomes (2017), a inserção das imagens não caracteriza a ideia primária da reflexão, mas cria um tipo de visualização das imagens já criadas na mente, durante a leitura do texto, servindo como uma espécie de complemento. Um texto, por si só, é capaz de produzir imagens na mente de quem está lendo, mesmo que nele não haja a descrição de uma imagem em específico.

Ao ler uma descrição gráfica, é importante saber que ela se organiza de acordo com critérios, por exemplo, a descrição geográfica, que é composta segundo variáveis previamente escolhidas. Se houver na descrição a localização e situação, seguindo

uma grade espacial, é possível concluir que se refere a uma descrição geográfica (GOMES, 2017).

Percorrendo este mesmo caminho para a criação dos espaços na mente, durante a leitura da descrição de um lugar, de acordo com as condições estabelecidas, os chamados “quadros geográficos” podem contribuir nesse sentido, uma vez que caracterizam-se pela “visualização” do que está sendo ponderado. Gomes (2017) define os quadros geográficos como:

[...] sistemas de informações geográficas que se apresentam sob variadas formas gráficas, e no limite até sob a forma de texto. A partir de uma base locacional dos dados, são criadas condições de “visualização” da posição, da forma e do tamanho dos fenômenos estudados (GOMES, 2017, p. 140).

A localização é o elo conectivo entre os elementos citados. Está relacionada, também, ao aspecto locacional, à capacidade imaginária produzida a partir de imagens textuais ou visuais. Ao se pensar geograficamente, juntamente ao conjunto de imagens aliado ao imaginário, pode-se nominar esta fusão de imaginários geográficos (GOMES, 2017).

Dentre as opções de imaginários existe, ainda, o imaginário espacial, que se exprime como “uma coleção variada de imagens, [que] permite que mobilizemos algumas delas e as conectemos, nós as relacionamos com outras disposições e refletimos a partir desse conjunto” (GOMES, 2017, p. 141). Afigura-se ao imaginário espacial uma coleção de imagens, de informações geográficas.

A reflexão a partir de imagens, ocorre por meio da imaginação. Utilizando os quadros geográficos como mecanismos de pensamento, pode-se gerar imaginação geográfica (GOMES, 2017). Ao descrever neste capítulo os processos de modificações urbanas do período em questão da cidade do Rio de Janeiro, imagens vão se formando no imaginário de quem os lê. Simultaneamente à leitura, as fotografias auxiliam nas formações das imagens na imaginação.

Propõe-se pensar a cidade do Rio de Janeiro a partir do livro *Casa de pensão*, e obter a partir dele, no imaginário, as imagens de como era a configuração urbana nos anos finais do século XIX. Esse mesmo espaço de reflexão sofre, alguns anos mais tarde, principalmente em sua porção central, reformas para modernizar o território urbano, o que, novamente, pode criar “imagens imaginativas”.

O emprego das fotografias é um mecanismo auxiliar na formação imaginária dessa cidade do Rio de Janeiro, modificada posteriormente ao período de publicação da obra *Casa de pensão*, que traz ao longo de sua história localidades da cidade

carioca que ainda possuíam características coloniais, as quais se formaram ao longo do desenvolvimento urbano.

As reformas urbanas modernizadoras visavam eliminar essa feição colonial “atrasada” que o Rio de Janeiro possuía, forjando uma imagem de cidade moderna, sofisticada e sem mazelas, pelo menos no centro. A cidade que outrora fora presenciada por Aluísio de Azevedo e palco de grandes obras desse autor, já não é mais a mesma na virada do século XIX para o XX.

Os quadros geográficos, propostos por Gomes (2017), juntamente ao imaginário espacial e geográfico, podem conceder a “visualização” imaginativa da cidade do Rio de Janeiro no decorrer de suas modificações urbanas, auxiliada pela descrição em formato textual e fotografias relacionadas à abordagem que está sendo feita.

Em se tratando das contradições e condições dos espaços, aos quais a cidade é composta, e as abordagens feitas pelos escritores da literatura nacional, em especial Aluísio de Azevedo, com o propósito de expor as mazelas sociais, pode-se considerar o que Monteiro (2002, p. 90) contribui acerca dessa discussão:

[...] a relação Geografia/Literatura é relevantemente esclarecedora. [...] os nossos literatos não só têm dado testemunho como denunciado, de modo claro e às vezes bem enfático, a injustiça social de que nos revestimos. Mesmo para um país onde o índice daqueles que podem fruir da Literatura é reduzido, não se pode admitir que os trabalhos geográficos – acadêmicos, técnicos ou tecnocráticos – com seus cartogramas, gráficos e tabelas estatísticas possam sensibilizar a sociedade mais do que as obras literárias.

Pretendeu-se nesse capítulo, demonstrar como eram alguns espaços da cidade do Rio de Janeiro no período em que Aluísio de Azevedo viveu, escreveu e publicou suas obras *Casa de pensão* e *O cortiço*. Por serem dois romances de caráter urbano e contarem com habitações coletivas, na cidade em questão, relacionou-se ao período de grandes mudanças que foi o século XIX, momento em que Aluísio presenciou e ilustrou em tais publicações.

O autor pretende, ao inserir tais lugares em suas obras, como centro principal dos acontecimentos da trama, demonstrar a todos que lessem suas publicações a existência dessas localidades e o que se passava dentro desses ambientes. As atitudes, assim como os personagens, eram excluídos da cena cotidiana na vida real. De acordo com Moreira (2016, p. 115), Aluísio de Azevedo ressalta em *Casa de pensão* e *O cortiço*, as críticas principais “...na ascensão social dos imigrantes, a exploração dos pobres pelos mais ricos e a luta de classes...”.

Os grupos sociais e habitações que tanto se desejou “esconder” durante as reformas urbanas do Rio de Janeiro, estavam presentes nas tramas de Aluísio, como personagens principais, onde todos estavam inseridos, e agiam de acordo com a influência do meio. Para Bastos (1998, p. 14):

Havia uma geografia embutida nos romances desses autores que apresenta empenho documental, metaforicamente apoiada em algo como uma “câmara fotográfica”, proposta que sem dúvida remonta ao neonaturalismo e ao realismo do século XIX. A “fotografia” busca conferir respaldo de veracidade ao texto que construirá, juntamente com o leitor, uma imagem social e espacial.

Através desta “geografia embutida”, se fez a correlação dos espaços das obras ao dinamismo real da urbanização, principalmente no final do século XIX e início do século XX. Haver a possibilidade de, ao ler as obras, construir mentalmente os espaços e lugares descritos pelo autor, e “visualizar” o real, o que efetivamente ocorreu na urbe carioca, não ficando apenas no patamar imaginário.

Bastos (1998, p. 14-15) afirma sobre tal assunto:

Pelo caminho da apreensão do espaço geográfico no discurso de obras literárias como estas, tem-se a possibilidade de penetrar na observação das relações sócio-espaciais que aproximam imaginário e real, ficção e ciência. [...] Sem se afastarem de determinadas frações do espaço geográfico, esses romances nacionalizam e mesmo universalizam pensamentos e conflitos, trazendo ao debate mais amplo, graves problemas [...] que transcendem os limites do local/regional.

Aluísio de Azevedo coloca o cortiço como um espaço de junção entre diversos membros da sociedade, que o compõem, cada qual à sua maneira, diversificando o ambiente. No cortiço, se pode encontrar uma gama de referências de caráter humano, bons, maus, pobres, em situação de decadência financeira, brancos, negros, imigrantes e estrangeiros... Aluísio tinha o ímpeto de mostrar as várias faces dos indivíduos e como a sociedade é composta por esses elementos de todos os tipos de natureza.

É com esta ideia de integração que se encerra esse capítulo, com a contribuição de Monteiro (2002, p 91):

Que nossas análises geográficas, na especificidade de nossa produção, possam acompanhar o apelo de nossos literatos.
[...]
[...] a marginalidade e os conflitos da sociedade e das nações [...] estão a exigir uma nova escala de valores éticos e morais, assim como uma nova concepção do conhecimento.
E é em nome de um “novo humanismo” que as relações entre Literatura e Geografia podem trazer uma preciosa ajuda.

Conclusão

A trajetória percorrida até aqui teve como missão abordar a geografia literária presente no caráter estilístico de escrita do autor Aluísio de Azevedo. O primeiro direcionamento foi estruturado a partir do nascimento da Geografia como ciência, adjacente ao período realista/naturalista da literatura nacional. Buscou-se aproximá-las de acordo com a postura crítica que ambas apresentavam no período em questão (século XIX).

Para isso, a obra *O mulato*, de Aluísio de Azevedo, apresentou-se de maneira valiosa para elucidar a proposta naturalista empregada pelo autor. Esta obra inaugurou o período naturalista na literatura brasileira ao tratar do racismo velado presente na sociedade.

Na vertente dialógica entre Geografia e literatura, a obra *O mulato* pode contribuir, também, para tratar da formação da população brasileira, uma vez que traz em sua trama, como personagem principal, um filho de escrava com um comerciante português, expõe de maneira incisiva um fato típico do contexto do período escravagista.

Tanto a Geografia, como a literatura naturalista tratam das relações da sociedade associadas aos fatos, de maneira crítica e “contestável”, e foi o que se apresentou nos primeiros capítulos desse trabalho. O fato de Raimundo ter condições financeiras de se formar em Direito na Europa incomodava a sociedade, que contestava a formação acadêmica do personagem por conta da cor da sua pele, como se esta formação e profissão estivessem direcionadas apenas aos indivíduos de pele clara.

Esta situação fundada nas “aparências”, agora presente em outra situação, incentivou, também, as reformas urbanas da cidade do Rio de Janeiro no final do século XIX e início do século XX. Após a Proclamação da República, a capital federal do Brasil não poderia ter o aspecto de cidade antiquada, e para resolver a situação, foram propostas várias modificações urbanas com o intuito de transformá-la em uma metrópole assemelhada às grandes cidades europeias.

O êxito em formar de maneira forçada – e forjada – uma cidade moderna, acabou por excluir habitações coletivas e seus moradores – operários, lavadeiras, escravos libertos -, como cortiços e estalagens, pelo menos da região central. Havia

a preocupação em “esconder” esses indivíduos, bem como suas residências, que não condiziam com o espaço pretendido pela elite política do período.

Aluísio de Azevedo possui uma postura antagônica a essa, expondo em seu *O cortiço*, de maneira objetiva, os moradores de um cortiço, a movimentação dentro dele, o tipo de vida levado nesta habitação composta por indivíduos de diversos tipos, pertencentes à cidade do Rio de Janeiro. Com isso, o autor deseja mostrar de maneira “nua e crua” que a sociedade carioca é composta também por esses cidadãos, que eles também pertencem e ocupam a cidade, sem escondê-los.

Indo nesta concepção de forjar a realidade, tem-se a obra *Casa de pensão*, que retrata o pensionato habitado por indivíduos tomados pela pompa e pelo *status* da casa. Os proprietários enfrentam um período de decadência financeira, visando superá-lo ao acessarem a fortuna do hóspede Amâncio, principal personagem da trama. O livro mostra o predomínio da ganância nos indivíduos, que buscam por riqueza a qualquer custo.

Casa de pensão e *O cortiço* são romances urbanos, que podem contribuir em outras reflexões envolvendo a cidade do Rio de Janeiro, já que trazem em si um acervo de dados e registros geográficos urbanos, bem como do modelo social que a presencia. Este acervo possibilita a abordagem entre Geografia, literatura e o patrimônio histórico, tão marcado na arquitetura da cidade do Rio de Janeiro.

O livro *Casa de pensão*, deixa implícita a possibilidade de aproximar a Geografia da Psicologia e/ou Psicanálise, de acordo com a relação entre o personagem principal Amâncio de Vasconcelos, e seu pai, Vasconcelos, uma vez que se relacionam de maneira complexa, com queixas de Amâncio sobre sentimentos, posturas e atitudes paternas.

Outro direcionamento possível para futuras pesquisas, seria a sugestão de um trabalho que incluísse o turismo ao tema, confeccionando um mapa, ou roteiro turístico contendo as localidades percorridas por Amâncio de Vasconcelos na corte, ou até mesmo outra abordagem e especificidade acerca do material passível de ser desenvolvido.

A discussão também é fértil no campo do ensino/educação. Embora não seja a vertente utilizada na base desta pesquisa, fica notória a aplicação de atividades que unam Geografia e literatura, ou mesmo aulas em conjunto, tratando de temas que contemplem as duas disciplinas. Essa atitude auxiliaria na aproximação entre assuntos tratados em sala de aula de forma segregada, trazendo à tona uma

Geografia mais abrangente e lúdica. Outras atividades poderiam ser desenvolvidas com a disciplina de História, seguindo as mesmas diretrizes sugeridas no contexto educacional.

Na configuração imagética da pesquisa houve, o emprego de fotografias históricas que podem promover uma reflexão de como se configurava o espaço urbano do Rio de Janeiro, no final do século XIX e início do século XX, e como esse espaço foi modificado de acordo com o aspecto urbano que se desejava criar.

Nossa análise permitiu concluir que *Casa de pensão* oferece vívidas representações da essência da configuração dos espaços em que perpassam seus personagens. Nesse sentido, é possível considerar, também, que ele próprio, o espaço da trama, se torna um de seus personagens, dado seu protagonismo no texto. Além disso, quando os escritos de *Casa de pensão* e os das demais obras são colocados em interação com a historiografia da Geografia urbana, revela-se uma trama ainda mais rica e reveladora da abrangência em que espaços e lugares estão apresentados nas obras.

Entendemos que o tema do trabalho em questão seja abrangente quanto às questões contributivas no desenrolar dos estudos acadêmicos. Finalizamos com a noção de que a aproximação entre a Geografia e a literatura institui-se como um campo rico para se colher reflexões e materiais afetos à criação imaginativa sobre o espaço, denotando o conteúdo proveitoso de ambas, proporcionando bons resultados para a leitura do mundo.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Mauricio de A. **Escritos sobre espaço e história**. 1 ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.
- ABREU, Mauricio de A. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. 4 ed. Rio de Janeiro: IPP, 2013.
- ALBERGARIA, Danilo. Motivações e consequências sociais das reformas urbanas do Rio. **Revista Com Ciência**. ed. 118. Campinas: Labjor Unicamp, 2010.
- ARANHA, Graça. O meu próprio romance. 1931. Disponível: https://digital.bbm.usp.br/bitstream/bbm/3926/1/022420_COMPLETO.pdf Acesso em: 05/09/2019.
- AZEVEDO, Aluísio de. **Casa de pensão**. São Paulo: Três, 1973.
- AZEVEDO, Aluísio. **O mulato**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1978.
- AZEVEDO, Aluísio. **O cortiço**. 4. ed. São Paulo: Moderna, 2004.
- AZEVEDO, André Nunes de. Da Monarquia à República: um estudo dos conceitos de civilização e progresso na cidade do Rio de Janeiro entre 1868 e 1906. **Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História**, 2003. Disponível: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=4276@1> Acesso em: 10/07/2020.
- BASTOS, Ana Regina Vasconcelos Ribeiro. Espaço e literatura: algumas reflexões teóricas. **Espaço e cultura**, n. 5, p. 55-66, 1998.
- BOSI, Alfredo. Cultura. In: **A construção nacional: 1830-1889**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. p. 225-279
- CARVALHO, José Murilo de. A vida política. In: **A construção nacional: 1830-1889**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. p.83-129.
- COUTINHO, Afrânio. **Introdução à Literatura no Brasil**. Revista dos tribunais, 1959.
- FAUSTO, Boris. História do Brasil – 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995.
- FERRAZ, Cláudio Benito et al. GEOGRAFIAS, IMAGENS E LITERATURA: DIÁLOGOS POSSÍVEIS. **Revista da ANPEGE**, v. 12, n. 18, p. 309-330, 2016.
- GOMES, Paulo Cesar da Costa. **Quadros geográficos: uma forma de ver, uma forma de pensar** / 1ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2017.
- HOLZER, Werther. **Um estudo fenomenológico da paisagem e do lugar: a crônica dos viajantes no Brasil do século XVI**. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 234, 1998.
- LÖWY, Michael. **Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista**. - 15. ed. – São Paulo: Cortez, 2002.

MARANDOLA, Eduardo; OLIVEIRA, Livia de. Geograficidade e espacialidade na literatura. **Geografia**, v. 34, n. 3, p. 487-508, 2009.

MÉRIAN, Jean-Yves. **Aluísio Azevedo: vida e obra (1857-1913)**. 2 ed. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional: Garamond, 2013.

MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. **O mapa e a trama: ensaios sobre o conteúdo geográfico em criações romanescas**. – Florianópolis: Ed. UFSC, 2002.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia: pequena história crítica**. Annablume, 2003.

MOREIRA, Jorgeanny de Fátima Rodrigues. ALUÍSIO AZEVEDO E O DETERMINISMO SOCIAL NA CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO URBANO: REFLEXÕES À LUZ DA GEOGRAFIA HUMANISTA E CULTURAL. **REVISTA GEOGRAFAR**, v. 11, n. 2, p. 108-128, 2017.

MOREIRA, Ruy. **O que é Geografia**. São Paulo: Brasiliense, 2017.

NASCIMENTO, J. V.; GONÇALVES, E. C. (2014). Reminiscências teatrais e carnavalescas em charges de Aluísio Azevedo. *9ª Arte (São Paulo)*, 3(1), 105-121. Recuperado de <https://www.revistas.usp.br/nonaarte/article/view/136899> Acesso em: 21/11/2019.

PAULA, João Antônio de. O processo econômico. *In: A construção nacional: 1830-1889*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012, p. 179-223.

QUELUZ, Marilda Lopes Pinheiro. Humor e política nas caricaturas de Aluísio Azevedo. *Revista Tempo e Argumento*, v. 8, n. 18, 2016. Universidade do Estado de Santa Catarina.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. 5. ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SCHWARCZ, Lília Moritz. População e sociedade. *In: A abertura para o mundo: 1889-1930*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012, p. 35-83.

SERPA, Ângelo. **Por uma geografia dos espaços vividos: geografia e fenomenologia**. São Paulo: Contexto, 2019.

SILVA, Marcelo Penna da. O processo de urbanização carioca na 1ª República do Brasil no século XX: uma análise do processo de segregação social. **Estação Científica (UNI-FAP)**, Macapá, v. 8, n. 1, jan./abr. 2018, p. 47-56.

UEHBE, Laís Nascimento. **Geografia, literatura e cidade: uma análise geográfica dos romances urbanos de Jorge Amado**. 2018. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

VERÍSSIMO, José. **História da Literatura Brasileira**. 4. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1963.

<https://www.historia.uff.br/impressoesrebeldes/?temas=balaiada-maranhao-e-piaui-1839-41-povo-e-politica> Acesso em: 28/12/2020.